

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DANIELA DE CAMPOS**

**A CAMPANHA OPERÁRIO PADRÃO:  
COMO TORNAR-SE UM MODELO DE TRABALHADOR (1970-1985)**

Porto Alegre

2014

**DANIELA DE CAMPOS**

**A CAMPANHA OPERÁRIO PADRÃO:  
COMO TORNAR-SE UM MODELO DE TRABALHADOR (1970-1985)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Cláudia Musa Fay

Porto Alegre

2014

## Catálogo na Publicação

C198c Campos, Daniela de  
A Campanha Operário Padrão : como tornar-se um  
modelo de trabalhador (1970-1985) / Daniela de  
Campos. – Porto Alegre, 2014.  
204 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
História, Universidade Católica do Rio Grande do Sul.  
Orientadora: Dra. Cláudia Musa Fay

1. Trabalho e Trabalhadores – Brasil. 2. Campanha  
Operário Padrão – Brasil. 3. Trabalho – História.  
4. SESI. I. Fay, Cláudia Musa. II. Título.

CDD 331.0981

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

*Aos operários, padrão ou não.*

## AGRADECIMENTOS

Esses últimos anos de dedicação à tese, ainda que não em tempo integral, teriam sido mais difíceis não fosse o apoio e a amizade de algumas pessoas especiais.

Início agradecendo aos funcionários da Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND/CNI-Brasília – pelo auxílio com a documentação. Também, preciso agradecer aos depoentes operários padrão do Rio Grande do Sul, Sr. Alfredo Hansen (*in memoriam*) e a sua família, Sr. Antônio Luiz da Silva, Sr. Djalmo da Silva Flores e Sr. Orildo José Coloda. Igualmente, agradeço a Sra. Áurea Fialho, coordenadora nacional da Campanha Operário Padrão (1966-1982).

Às queridas amigas Barbara Jacoby, Isadora Farias dos Santos, Maria Claudia Moraes Leite e Olívia Barros de Freitas, muito obrigada por “segurarem a barra” num momento muito difícil.

Aos amigos do coração, Telma Almeida da Silva e Eduardo dos Santos Chaves, pelo apoio constante e fundamental, um agradecimento mais que especial.

Agradeço à professora Claudia Musa Fay, minha orientadora, pela confiança e apoio, e à professora Marluza Marques Harres, por estar sempre disponível, desde a época da graduação.

À Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e ao Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Farroupilha, obrigada pelo apoio institucional.

Agradecimento especial a meus pais, Iria e Sebastião, por tudo, e as minhas irmãs e companheiras da vida Fabiana e Fernanda.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço ao Marciano e à Khadija, por estarem comigo nesses últimos anos (eu sei que não foi fácil!).

*Um homem se humilha  
Se castram seu sonho  
Seu sonho é sua vida  
E vida é trabalho*

*E sem o seu trabalho  
O homem não tem hora  
E sem a sua hora  
Se morre, se mata*

*Não dá pra ser feliz  
Não dá pra ser feliz*

*(Gonzaquinha – Um homem também chora)*

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir a Campanha Operário Padrão desenvolvida no período de 1970-1985. Para tal, utilizou documentos relacionados ao concurso, especialmente dos trabalhadores que venceram a competição no estado do Rio Grande do Sul, no período citado, assim como entrevistas orais com alguns desses personagens. O concurso, realizado desde 1955, no estado do Rio de Janeiro, e, depois, estendido para o restante do país, experimentou uma longa duração até o final da década de 1980. Ao ser criado, segundo seus idealizadores, tinha por meta difundir uma noção positiva do operário brasileiro, ao contrário do que era cotidianamente publicado nos jornais. A campanha, promovida pelo SESI e pelo jornal O Globo, propunha premiar um trabalhador em cada estado e, depois, eleger o operário nacional. A pesquisa realizada analisou como o concurso foi utilizado pelos empresários, por meio do SESI, para propagar os ideais de harmonia entre as classes e criar um modelo de operário que estivesse em consonância com os padrões da elite empresarial brasileira, desse modo, procurando disciplinar, através desse modelo, os demais trabalhadores industriais.

**Palavras-chave:** Operário Padrão. Trabalho. Disciplina. SESI.

## **ABSTRACT**

This paper aims to discuss the Campaign Operario Padrao in the period 1970-1985. To this end, we used documents related to the contest; especially of workers who won the competition in the state of Rio Grande do Sul at the mentioned period, as well as oral interviews with some of these personages. The contest, held since 1955 in the state of Rio de Janeiro and then extended to the rest of the country, lasted for a long time, until the late 1980s. When created, according to its initiators, had the goal to spread a positive image of the Brazilian worker, contrary to what was published regularly in newspapers. The campaign, sponsored by SESI and the newspaper O Globo, proposed awarding a worker in each state, and then elect a national worker. The research examines how the competition was used by businessmen, through SESI, to propagate the ideals of harmony between the classes, creating a model worker which was in line with the standards of the Brazilian business elite and which had as a goal to discipline through the model, the remaining factories workers.

**Key-words:** Standard Worker. Work. Discipline. SESI.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organização do SESI.....	67
Figura 2 - Cartaz Operário Padrão 1980 .....	75
Figura 3 - Diploma concedido ao Operário Padrão do Rio Grande do Sul 1985 – Sr. Orildo José Coloda.....	83
Figura 4 - Diploma concedido ao Operário Padrão do Rio Grande do Sul 1974 – Sr. Alfredo Hansen.....	83
Figura 5 - Operário Padrão com Presidente da República João Figueiredo, 1981. ..	87
Figura 6 - Premiação Operário Padrão 1984 .....	88
Figura 7 - Mapa do estado do Rio Grande do Sul – Municípios dos OPs estaduais (1970-1985).....	119
Figura 8 - Cosma Andrade de Lima, vencedora da Campanha Operário Padrão 1985. ....	151

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente de 10 anos e mais de idade, segundo os setores de atividade - 1940-1980.....	33
Tabela 2 - Números de emprego em 31.12.1998.....	33
Tabela 3 - Participação Concurso Operário Padrão Rio Grande do Sul .....	115
Tabela 4 - Operário Padrão Rio Grande do Sul - Idade de ingresso no mundo do trabalho .....	121
Tabela 5 - Operários Padrão RS – Tempo de empresa .....	129

## LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CIERGS	Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação nacional da Indústria
CONCLAP	Conferência Nacional das Classes Produtoras
COP	Campanha Operário Padrão
CRT	Companhia Rio-grandense de Telecomunicações
DN	Departamento Nacional
DR	Departamento Regional
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IAPs	Institutos de Aposentadoria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
LIMDE	Liga da Mulher pela Democracia
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MUT	Movimento de Unificação dos Trabalhadores
OP	Operário Padrão
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS	Programa de Integração Social
PSQT	Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SFH	Sistema Nacional de Habitação
TFP	Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade

UCF

União Cívica Feminina

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 TRABALHO E TRABALHADORES NO BRASIL</b> .....	<b>29</b>
2.1 A CATEGORIA “TRABALHO” .....	29
2.2 TRABALHO NA HISTÓRIA BRASILEIRA.....	32
<b>2.2.1 Trabalho e escravidão no Brasil</b> .....	<b>34</b>
<b>2.2.2 O Brasil dos anos de 1930: ascensão de Vargas e a valorização do trabalho e do trabalhador</b> .....	<b>40</b>
2.3 SISTEMAS DE RACIONALIZAÇÃO E GESTÃO FABRIL.....	44
<b>2.3.1 Ideias sobre racionalização no sistema produtivo no Brasil</b> .....	<b>47</b>
2.4 O ESPÍRITO DA ÉPOCA: O REGIME MILITAR E A QUESTÃO DO TRABALHO . .....	49
<b>3 A CAMPANHA OPERÁRIO PADRÃO</b> .....	<b>57</b>
3.1 O JORNAL O GLOBO.....	58
3.2 SESI: MAIOR PATROCINADOR DA CAMPANHA OPERÁRIO PADRÃO .....	60
3.3 A DOCTRINA DA PAZ SOCIAL.....	69
3.4 DE OPERÁRIO PADRÃO A OPERÁRIO BRASIL .....	72
3.5 AS REGRAS DO JOGO: OU O QUE ERA PRECISO PARA SE TORNAR OPERÁRIO PADRÃO .....	76
3.6 O CONCURSO COMO RITUAL .....	84
<b>4 FABRICANDO O OPERÁRIO MODELO</b> .....	<b>90</b>
4.1 UMA QUESTÃO DE DISCIPLINA.....	91
4.2 A CAMPANHA OPERÁRIO PADRÃO COMO PRÁTICA DISCIPLINADORA.....	99
4.3 A COP E O CONTEXTO POLÍTICO .....	105
4.4 ADESÃO EMPRESARIAL AO CONCURSO.....	109
<b>5 OS OPERÁRIOS PADRÃO DO RIO GRANDE DO SUL (1970-1985)</b> .....	<b>112</b>
5.1 O DESENVOLVIMENTO DO CONCURSO NO RIO GRANDE DO SUL .....	112

5.2 CARACTERIZANDO O OBJETO DE ESTUDO.....	116
5.3 DECIFRANDO O OPERÁRIO PADRÃO MODELO DO RIO GRANDE DO SUL 120	
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICE A - Nominata de operários padrão 1956-1990 .....</b>	<b>174</b>
<b>APÊNDICE B - Nominata de operários padrão Rio Grande do Sul 1970-1985 .</b>	<b>177</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese é resultado da pesquisa sobre a Campanha Operário Padrão (COP), um concurso que premiava anualmente o “operário modelo” da indústria brasileira. Essa Campanha, inicialmente chamada de Concurso Operário Padrão, estreou no Rio de Janeiro, em meados de 1950, uma iniciativa do jornal O Globo, e, a partir da década seguinte, passou a abranger praticamente todo o território nacional, pois contou com o envolvimento do Serviço Social da Indústria – SESI. Com a adesão do SESI, o concurso se estendeu por todo o Brasil e, assim, ganhou maior projeção.

Este trabalho focaliza a análise nos operários padrão vencedores da fase estadual no Rio Grande do Sul, no período 1970-1985. O marco temporal inicial foi escolhido por ter sido nessa década que o concurso melhor se estruturou, uma vez que o SESI só iniciou sua participação cinco anos antes. A data final marca o término do período ditatorial, importante fator de compreensão da Campanha.

O estudo contempla ainda a ideia que os empresários, por meio do SESI, tinham quanto ao trabalhador modelo, imagem propagada pelo concurso e como este pôde ser pensado como instrumento de disciplinarização dos trabalhadores industriais. Tem como objeto um segmento dos trabalhadores industriais, personagens que viveram uma realidade que já não se apresenta como tal, mesmo que trabalhem com um passado pouco remoto.

Nota-se, nas pesquisas históricas que abordam as categorias “trabalho”, “trabalhadores” ou “movimento operário”, certo privilégio por estudos situados na Primeira República e no primeiro governo de Getúlio Vargas. Para períodos posteriores diminuem, em termos quantitativos, os trabalhos realizados por historiadores e, em se tratando da década de 1970, o campo ainda é muito pouco explorado. As investigações, nessa área, que examinam esse período ou épocas mais atuais são, em sua grande maioria, realizadas por cientistas sociais.

Os estudos convergem, por via de regra, para o contexto de São Paulo, estado que concentra um grande número de indústrias e para o qual milhares de migrantes se dirigiram em busca de novas oportunidades no setor industrial, dessa forma, criando uma peculiaridade que, apesar de importante para a constituição social e econômica brasileira, não reflete plenamente as particularidades de todas as

regiões. Como afirma Mike Savage<sup>1</sup>, é necessário privilegiar diferentes espaços geográficos, de dimensões locais, para que tenhamos uma visão mais elaborada do todo.

Ademais, pesquisas realizadas por historiadores que se dedicam ao assunto abrangem, geralmente, movimentos de contestação à situação vivida pelos operários. Todavia é necessário também conhecer a história daqueles que se enquadraram no sistema, conscientemente ou não, e como esses trabalhadores se articulavam no espaço fabril. Ainda, de que forma os trabalhadores, tidos como modelo pelo seu empregador, assumiram em sua prática cotidiana, ideais propagados pelo SESI e, em certa medida, pelos militares enquanto estes estavam no poder.

Na introdução ao livro “Culturas de Classe”, um conjunto de textos enfocando a cultura operária e/ou do trabalho, os organizadores mencionam o fato de que,

[...] a ênfase nas relações de produção, no processo e mercado de trabalho, como elementos estruturantes da coesão política dos trabalhadores, fez com que, por muito tempo, o acento recaísse sobremaneira nas lutas, nas formas de organização e nos movimentos políticos. Ao focar o ativismo e a consciência de classe, os estudos tenderam a idealizar as comunidades operárias concebendo-as como coletividades relativamente indiferenciadas e homogêneas, enquanto subestimavam os aspectos que indicavam dispersão e variabilidade de referências e comportamentos sociais.<sup>2</sup>

Ainda, segundo os autores, pesquisas mais recentes analisam esta variedade de situações que envolvem a classe operária e incorporam referências ambíguas e dissonantes.<sup>3</sup> Dessa forma, parece plausível afirmar que as variabilidades de comportamento dos operários não ocorriam apenas nas relações extrínsecas aos portões das fábricas, mas engendravam-se no cotidiano do trabalho, nas relações com os superiores e entre os colegas.

Duas pesquisadoras se ocuparam da discussão da Campanha Operário Padrão. Antonia Colbari<sup>4</sup>, em tese de doutoramento, pesquisou o concurso e os operários no estado do Espírito Santo e teve como orientação a “primazia da família

<sup>1</sup> SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

<sup>2</sup> BATALHA; SILVA; FORTES, op. cit., p.12-13.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>4</sup> COLBARI, Antonia L. **Ética do Trabalho**. A vida familiar na construção da identidade profissional. 2. ed. São Paulo: Editora Letras & Letras. Ed da FCAA/UFES, 1995.



como referência básica na constituição dos elementos que motivam, condicionam, favorecem ou dificultam o engajamento no processo produtivo, na formulação e disseminação de uma ideologia e de uma moral do trabalho no conjunto da sociedade brasileira”<sup>5</sup>. Assim, a autora entende a constituição do operário padrão a partir de seu núcleo familiar e das necessidades geradas por ele. O outro trabalho sobre o tema é um artigo da historiadora estadunidense Bárbara Weinstein<sup>6</sup>, que estudou alguns casos paulistas, vencedores das etapas regionais ou das unidades fabris. Afirma a historiadora que a Campanha, apesar de ter sido lançada ainda em meados dos anos 1950, tomou fôlego a partir da implantação da ditadura militar, pois, de certa forma, os objetivos da Campanha iam ao encontro do ideário militar de conformação social dos movimentos sociais, inclusive do operariado nacional.

Após essa breve contextualização, destaca-se que este estudo procura enfocar uma parcela dos trabalhadores muito pouco examinada pela historiografia dedicada aos estudos do mundo do trabalho, ou seja, os trabalhadores que, de certa forma, conformaram-se com o sistema de fábrica, com a disciplina que esse lhes impunha e com todas as questões de submissão a um sistema criado para privilegiar os detentores de capital. Os operários que participaram do concurso deveriam estar mais alinhados com os ideais dos dirigentes da indústria, do que concebiam ser um bom operário, do que propriamente com uma parcela de seus pares que estava disposta a lutar por melhores condições de trabalho de forma mais coletiva.

A pesquisa se volta para a concepção do empresariado sobre o tipo de trabalhador ideal, no entanto não deixa de ser também um estudo sobre o trabalho e os trabalhadores. Muda-se o foco, aqui, não aquele trabalhador combativo, atuante no sindicato, muito privilegiado pelas análises históricas da área, mas aquele operário que adota uma outra forma de atuação em sua experiência laboral.

O jornal O Globo, ao inaugurar o concurso em 1955, lançou as diretrizes básicas sobre o que seria um trabalhador modelo, a iniciativa, porém, não contava com a sistematização que adquiriria após o ingresso do SESI. Assim, o periódico informava que:

---

<sup>5</sup> COLBARI, op. cit., p. 8.

<sup>6</sup> WEINSTEIN, Barbara. The model worker of the paulista industrialists: The “Operário Padrão” Campaign. **Radical History Review**, Durham, NC, p. 92-123, Winter 1995.

[...] *padrão* deverá ser uma soma de índices, cabendo a cada indústria escolher o seu. Não haverá protocolos especiais ou de difícil execução. Ninguém deve estar mais interessado do que o homem de negócios em fomentar o bom exemplo entre seus funcionários.

Isso foi o início de um projeto que durou mais de quarenta anos.

A premiação ao trabalhador ideal não existe mais; atualmente, o SESI realiza o Prêmio SESI Qualidade no Trabalho (PSQT) pelo qual distingue a empresa como um todo e não mais o indivíduo. Entretanto foi um empreendimento duradouro, passando por várias etapas do desenvolvimento econômico, social e político do país e, assim, assumiu diferentes nuanças ao longo de sua duração, porém manteve sempre o mesmo formato. Para o presente estudo, interessou-nos especialmente a campanha desenvolvida nos anos de 1970-1985, período marcado pela ditadura militar, pela abertura política nos anos oitenta e, como consequência disso, o ressurgimento do movimento sindical, anteriormente abafado pelos acontecimentos advindos com o golpe civil-militar de 1964. Nesse período, também, ocorreu o chamado “Milagre Econômico”<sup>7</sup>, em que houve desenvolvimento econômico e industrial considerável à custa de endividamento externo e aprofundamento das desigualdades sociais.

Segundo Bárbara Weinstein, existia uma relação entre a ideologia subjacente ao concurso e os ideais propugnados pelos militares no poder. Conforme a autora, esse tipo de campanha forneceu a oportunidade perfeita para o SESI “comemorar as virtudes que tem trabalhado para inculcar na classe trabalhadora brasileira e para demonstrar as oportunidades reais para o sucesso e mobilidade social dentro da indústria caso os trabalhadores aderissem à filosofia do SESI”<sup>8</sup>. Se a Campanha já era uma excelente iniciativa em seu princípio, a partir de meados da década de 1960, a conjuntura política a tornará ainda mais favorável, em que pese o significado dado à disciplina, ao discurso sobre a ausência de conflito entre os segmentos sociais e o retraimento das contestações do operariado nacional. De acordo com Eder Sader, havia, nos anos de 1970, uma estreita colaboração entre os órgãos repressivos do governo ditatorial e as empresas.

---

<sup>7</sup> Período compreendido entre 1967-1974, em que a economia brasileira presenciou elevadas taxas de crescimento anuais calcadas no setor industrial. Após 1974, houve drástica desaceleração econômica, provocando uma também radical redução no nível de vida da classe trabalhadora.

<sup>8</sup> WEINSTEIN, op. cit., 1995, p. 97.

Contando com a plena colaboração da repressão estatal, os sistemas de controle da mão de obra manejados pelos empresários visavam pulverizar os trabalhadores, aguçando os mecanismos de concorrência entre eles, de abandono de qualquer veleidade de resistência sindical e de integração às políticas patronais.<sup>9</sup>

Desse modo, pode-se supor que “andar na linha”, para alguns operários, poderia significar não ter problemas com seus superiores na fábrica e ainda serem reconhecidos por estes, isso podendo resultar numa bem-vinda promoção funcional.

Adentrar o espaço da fábrica era ingressar num lugar de ordem e disciplina definidas “de cima”, por autoridades desconhecidas, mas cujos olhos e braços se faziam sempre presentes. Aqueles que quisessem usufruir das vantagens prometidas por uma carreira profissional na indústria deveriam se submeter às suas regras.<sup>10</sup>

Segundo Antonio Luigi Negro, em entrevistas feitas com operários da Willys-Overland do Brasil, muitos operários “viam na empresa um ente não só grande e poderoso, mas também preferível ao sindicato”<sup>11</sup>. Muito provavelmente esses eram os operários padrão na visão do empregador os quais serviriam de modelo aos demais e, portanto, deveriam ser os indicados para participar do concurso, pois a escolha da lista dos possíveis participantes era realizada pelos empregadores e chefes de seção.

O período analisado apresenta algumas diferenças em relação ao que se percebe hoje no mundo do trabalho. Já, há algum tempo, certos problemas surgiram gerados pelas rápidas transformações nas relações de trabalho e no modo de produzir, fatos que ocasionaram índices de desemprego e empurraram muitos trabalhadores para o setor denominado informal. As mudanças geradas no mundo do trabalho levaram a uma fatal diminuição no número de pessoas que trabalhavam no setor secundário da economia, ao passo que o setor de serviços obteve aumentos significativos, especialmente com a terceirização de algumas etapas do processo produtivo. Do mesmo modo, o trabalho e suas relações tornaram-se mais heterogêneas, nas palavras de Antunes, houve um aumento da “classe-que-vive-do-

<sup>9</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 74.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>11</sup> NEGRO, Antonio Luigi. Zé Brasil foi ser peão. Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs). **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2004, p. 418.

seu-trabalho”<sup>12</sup> em contrapartida a essa situação. Porém, conquanto essas transformações ocorram, o trabalho ainda é categoria central para a nossa sociedade e ao entendimento da mesma.

Se o trabalho não mais estrutura as promessas de progresso social, se os coletivos “de classe” foram desfeitos sob as injunções do trabalho precário, se direitos e sindicatos não mais operam como referências para as maiorias, se tudo isso mostra que os “tempos fordistas” já se foram, o trabalho não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social.<sup>13</sup>

Anteriormente, ser assíduo, pontual, dedicado e realizar cursos promovidos pelo SENAI garantiam ao trabalhador certa estabilidade e ascensão na empresa, hoje, exigem-se atributos que fogem a esses padrões. Aqueles que trabalham no setor industrial ainda precisam continuar provando que são capazes, mas os critérios são muito distintos. Exigem-se competências variadas dos trabalhadores, assim como níveis de escolaridade cada vez mais altos. No entanto isto é uma iniciativa que deve ser de responsabilidade do próprio trabalhador. Os cursos do SENAI já não garantem emprego e estabilidade.

O controle da força de trabalho hoje também se distingue do praticado anteriormente. Ele é mais subjetivo. Procura-se agora trabalhadores que sejam autogestionáveis, ainda que, em grande medida, no Brasil, um modelo mais tradicional, chamemos assim, de controle dos operários ainda persista. Este era necessário num momento em que era preciso disciplinar a força do trabalho e moldá-la ao trabalho fabril se fazia premente. Isso ocorreu, principalmente, a partir da década de 1930, acentuando-se nas décadas subsequentes, período em que o Brasil viveu uma intensa migração da população do campo para o meio urbano, que vinha em busca de melhores condições de vida, empregando-se nas indústrias. Essa mão de obra, portanto, precisava ser disciplinada.

No Brasil, mesmo sofrendo influências da cultura europeia desde a sua “invenção”, o estabelecimento de uma sociedade de tipo industrial ocorreu tardiamente, “atraso” ocasionado por diversos fatores que não cabem aqui serem discutidos. Pode-se mencionar, em linhas gerais, que a afirmação do capitalismo

---

<sup>12</sup> ANTUNES, Para onde vai o mundo do trabalho? In: ARAÚJO, Ângela M. Carneiro (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997.

<sup>13</sup> TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v.18, n.1, jun. 2006. p. 173.

industrial aconteceu a partir da década de 1930, mesmo que tenha suas raízes ainda no início do século XX, com uma incipiente industrialização restritamente localizada (São Paulo e Rio de Janeiro).

Assim, a implantação de uma sociedade desse tipo no Brasil acarretou um discurso e práticas disciplinadoras utilizados com fins políticos (agir sobre o trabalhador e suas práticas comportamentais), e econômicos, objetivando maior produção.

A criação do Sistema S (SESI, SENAI), na década de 1940, pode ser entendida como a concretização de uma necessidade dos industriais brasileiros: formação de mão de obra qualificada para atuar na indústria, assim como a tentativa de “enquadrar” o trabalhador numa determinada doutrina social, que visava à sociedade ideal, com ausência de conflitos, ou seja, a conformação.<sup>14</sup>

Tanto o SENAI como o SESI agiram no sentido de preparar o trabalhador para a indústria, porém de formas distintas. Se o SENAI possuía maior preocupação com o trabalhador dentro da fábrica, o SESI vai se ocupar com esse mesmo trabalhador, só que em âmbito que extrapolava seus muros. Buscava-se a “paz social”<sup>15</sup>, propiciando aos trabalhadores um espaço de lazer, saúde e de educação de uma forma mais ampla. Aquilo que o Estado deveria suprir, mas fazia, e ainda faz, de forma precária, o SESI procurava “dar” aos trabalhadores, demonstrando uma atitude de boa vontade e de consideração por parte dos industriais, isto é, aqueles que mantinham e controlavam o SESI.

Dessa forma, a Campanha Operário Padrão está inserida nos ideais do sistema criado pelos industriais, no sentido de ajustar os trabalhadores, premiando aqueles que, na visão dos empregadores, eram operários ideais, exemplares. O conceito de disciplinamento está intrinsecamente ligado a isso. Para se entender a noção de disciplina imputada aos trabalhadores através dessa Campanha, apropria-

<sup>14</sup> WEINSTEIN, Bárbara. **(RE) Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

<sup>15</sup> Em 1946, mesmo ano da criação do SESI, foi publicada, pelos órgãos representativos do empresariado, a “Carta da Paz Social”, baseada na “Carta Econômica de Teresópolis, fornecendo diretrizes para empregadores e empregados para uma convivência harmoniosa, visando o crescimento econômico. Ver. SANTOS, Ana Paulo Balthazar dos. **SESI, Ação sócio-política do empresariado industrial junto aos trabalhadores**. 1995. 118fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

se dos conceitos elaborados pelo filósofo Michel Foucault<sup>16</sup> e do economista Jean-Paul de Gaudemar<sup>17</sup>.

Foucault afirma a existência da supremacia da disciplina sobre o trabalho, pois “não seria o trabalho [...] que teria introduzido as disciplinas, mas muito pelo contrário, as disciplinas e as normas que teriam tornado possível o trabalho tal como ele se organiza na economia chamada capitalista”.<sup>18</sup>

Segundo o filósofo, o poder disciplinar surgiu durante os séculos XVII e XVIII, a partir da necessidade de inculcar nas pessoas normas comportamentais específicas com o intuito de atingir determinados fins, como o melhor aproveitamento da mão de obra ou a “recuperação” de um indivíduo para sua reinserção na sociedade. Podemos denominar, conforme Foucault, o poder disciplinar de um biopoder, pois age sobre a vida – e próprio da sociedade normalizadora, um poder que tem por finalidade a correção do indivíduo para seu melhor aproveitamento na sociedade. Ele surge de uma necessidade específica da época, que era justamente a melhor utilização do indivíduo por meio da proliferação de um saber sobre o homem, sobre o corpo do mesmo. Nesse contexto, o poder disciplinar foi um importante instrumento para a implantação do capitalismo industrial e do meio social que lhe é correlato.

A partir da construção de um saber sobre os indivíduos, o poder disciplinar age muito mais no plano psíquico do que no plano físico do sujeito, ou seja, não tortura e não fere o corpo, em contrapartida adentra a mente com o objetivo de disciplinar para um fim produtivo. Nesse sentido, utiliza-se de vários mecanismos, inclusive o das construções e projetos arquitetônicos destinados a este fim.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar mais e melhor. [...] A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>17</sup> GAUDEMAR, Jean-Paul. El orden y la producción. Nacimiento y formas de la disciplina de fábrica. Madrid: Trotta, 1991.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 335.

<sup>19</sup> FOUCAULT, **Vigiar...**, p. 143.

Nesse espaço, as transgressões e as exceções estão proibidas, bem como tudo aquilo que atente contra a ordem vigente e o bom funcionamento do organismo, seja ele uma fábrica, uma prisão ou um hospital. A disciplina organiza o espaço interno: cada indivíduo possui o seu lugar, procura-se destruir a circulação difusa, as aglomerações, as deserções e a vadiagem. Aqui, cabe uma consideração, a partir de análise feita por Michelle Perrot: ainda que em muitos aspectos semelhantes, fábrica e prisão são instituições distintas, “aliás, todo o seu problema [da fábrica] foi o de conseguir de pessoas livres uma presença regular e exatidão”.<sup>20</sup>

Na sociedade disciplinar, também, foi preciso regular o tempo. No espaço fabril, o tempo é pago, por isso, deve ser o mais útil possível. O trabalho não pode ser interrompido, e o indivíduo passa a ser regido pelo relógio da fábrica, não mais pelo relógio natural.

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar.<sup>21</sup>

Em se tratando de uma sociedade disciplinar, podemos visualizar seus efeitos mais claramente nas fábricas, nos asilos, nos hospícios, nos hospitais, nas escolas e nas prisões. Entretanto o poder disciplinar perpassa toda a sociedade e todos os indivíduos, mesmo aqueles em que não se produz uma ação direta. No caso da disciplina fabril, esta não ficou restrita aos muros da fábrica: o disciplinamento dos trabalhadores também chegou às suas residências através da construção de vilas ou cidades operárias e associações de lazer que atrelaram o operário à fábrica, mesmo próximas aos locais da fábrica. Também, a criação de fundos de auxílio para acidentes e aposentadorias no tempo em que estivesse fora dela.

Todo esse conjunto de mecanismos destinados ao controle e disciplina dos sujeitos possibilitou o registro contínuo dos indivíduos e facultou a produção de um saber sobre os mesmos, dessa maneira, facilitando a ação de mecanismos de poder. Essa ação prevê, inclusive, a adoção de punições para os indivíduos inadequados à regra normalizadora.

---

<sup>20</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 54.

<sup>21</sup> FOUCAULT, **Vigiar...**, p. 129.

De outra forma, o reverso da punição é a recompensa, assim, hierarquizando os “bons” e os “maus”. Por conseguinte, pode-se pensar que a Campanha Operário Padrão ao recompensar o melhor, segundo um modelo previamente estabelecido por outrem, pune aquele que não se enquadra nesses moldes.

Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida “valorizadora”, a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal.<sup>22</sup>

Segundo Gaudemar, que estudou como o poder disciplinar agiu no ambiente específico da fábrica, disciplina e controle fabril são fenômenos subordinados aos ideais do capitalismo industrial e devem ser pensados, necessariamente, nesse contexto. Partindo do conceito elaborado por Foucault, o autor desenvolveu concepções sobre eras ou ciclos disciplinários e tipos equivalentes de fábricas. Cada ciclo disciplinário tem suas próprias características e corresponde a uma determinada época do desenvolvimento industrial, o que não significa que aspectos de uma fase não possam coexistir com os de outra. Para Gaudemar, apesar da generalização do trabalho assalariado na época contemporânea, o problema a ser resolvido não é mais tornar o trabalho obrigatório, mas sim torná-lo atrativo, convertendo-o em um novo modo de vida<sup>23</sup>. O poder disciplinar tem essa função.

O conceito de disciplina, a partir das considerações de Foucault e Gaudemar, é uma chave para a compreensão da Campanha Operário Padrão, entendendo o concurso como um mecanismo para adequação da mão de obra segundo os princípios dos empresários nacionais.

Este trabalho também se insere na discussão historiográfica sobre os trabalhadores nacionais e de que forma essa categoria social era vista pelos industriais. Por isso, procede-se uma breve sistematização atinente à produção acadêmica relevante acerca do tema proposto, qual seja, operários e setor industrial na sociedade brasileira do século XX.

---

<sup>22</sup> FOUCAULT, **Vigiar...**, p. 152-153.

<sup>23</sup> GAUDEMAR, *op. cit.*, p. 35.



Em texto publicado em 1983, mas ainda utilizado por muitos estudiosos dos trabalhadores, Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera Silvia Telles argumentam que “foi só ao iniciar a década dos 60 que a classe operária se tornou objeto de reflexão sistemática no Brasil”<sup>24</sup> e que, até este período, “a imagem do trabalhador nas ciências sociais só aparecia como agregado amorfo sem vida própria [...] ou como derivação abstrata de uma filosofia da história”<sup>25</sup>.

A partir do momento em que os trabalhadores industriais se tornaram numericamente relevantes e, com isso, assumiram um “potencial” social e político considerável, os pesquisadores se dedicaram com maior atenção para esse segmento da sociedade. Isso coincidiu também com a época em que o Brasil experienciava a passagem de um modelo baseado no agrário para o urbano-industrial.

Os estudos inaugurais relativos às classes trabalhadoras urbanas, inseridos na tradição sociológica, procuraram dar conta das “reações dos trabalhadores urbanos ao processo de modernização”<sup>26</sup>, frente a uma sociedade em transição de um modelo tradicional para um modelo urbano-industrial. Estas pesquisas apresentavam os trabalhadores industriais como uma classe heterogênea, sob o ponto de vista de sua composição social, incapaz, amorfa, sem identidade própria e estritamente subordinada ao Estado. Ou seja, era uma visão impregnada de negatividade.

Inserem-se nesta tradição, trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes e Leôncio Martins Rodrigues, publicados na década de 1960. Para eles, as origens culturais e regionais da classe operária proviam a explicação de suas formas de expressão. Também, nessa época, meados dos anos de 1960, autores como Aziz Simão questionavam sobre a vinculação estrutural existente entre sindicalismo populista e Estado, considerando a influência da tutela estatal no papel dos sindicatos, organismos formadores de consciência operária.

Com o golpe civil-militar de 1964 e a ocorrência de mudanças na política e, em certa medida, na economia do país, os intelectuais perceberam que não seria possível uma transformação democrática da sociedade desencadeada pelo

---

<sup>24</sup> PAOLI, Maria Célia et al. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 6, p. 129-149, set. 1983, p. 132.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 133

<sup>26</sup> ADORNO, Sérgio. Prefácio. In: ROSA, Maria Inês. **Trabalho, subjetividade e poder**. 2. ed. São Paulo: EDUSP: Letras & Letras, 2002, p. III.

Estado<sup>27</sup>. Com isso, ocorreu uma ruptura no modelo proposto para a compreensão da classe trabalhadora que se seguia até então. Esses novos estudos tiveram como parâmetro os trabalhos de Francisco Weffort, que mostrava uma classe trabalhadora atuante, com um movimento operário sujeito de sua própria história. Inscrevem-se, nessa vertente, obras de historiadores que “procuraram recontar o passado como movimento vivo de enfrentamento de classes e grupos sociais”<sup>28</sup>.

Ao final dos anos de 1970, como indica Nadya Guimarães<sup>29</sup>, houve um desvio teórico na Sociologia do Trabalho Industrial. Isso ocorreu por dois processos: o ressurgimento do movimento sindical e as reorientações teóricas que estavam em curso na Sociologia do Trabalho em outros países. Essa reorientação priorizava o cotidiano da fábrica, assim os processos eram vistos sob a “perspectiva da construção subjetiva da experiência do trabalho”<sup>30</sup>. Houve também maior aproximação com a produção da história social inglesa, representada por Eric Hobsbawm (“Os Trabalhadores e Mundos do Trabalho”) e E.P. Thompson (“A formação da classe operária inglesa”).

O grande impacto viria, porém, com as greves do ABC paulista. A partir desses acontecimentos, as pesquisas voltadas aos trabalhadores mudaram de foco. Nas palavras de Sérgio Adorno, a “história da classe trabalhadora passou a ser contada do ponto de vista dos ‘vencidos’, e não mais exclusivamente dos ‘vencedores’”<sup>31</sup>. Mas não foi só isso, os estudos se tornaram mais plurais, pois o operário passou a ser analisado também fora do espaço fabril.

No que diz respeito especificamente ao campo historiográfico, Claudio Batalha<sup>32</sup> indica que, após um período de crise, no final da década de 1990, houve uma retomada na produção de pesquisas voltadas ao mundo do trabalho. Esses estudos ampliaram ainda mais as abordagens, os limites cronológicos e os marcos geográficos, explorando não só o eixo Rio-São Paulo, mas também outros estados e cidades.

---

<sup>27</sup> PAOLI, op. cit.

<sup>28</sup> SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth L. C. (org.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 55. Os autores citam os historiadores Edgar Salvador De Decca, Kazumi Munakata e Michael Hall.

<sup>29</sup> GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Caminhos Cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: USP/Curso de Pós-Graduação Sociologia/ 34, 2004.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>31</sup> ADORNO, op. cit, p. IV.

<sup>32</sup> BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

O operário de que se fala nesta pesquisa é o trabalhador ligado à indústria, ou melhor dizendo, a um modelo de indústria definidor de uma sociedade – a urbano-industrial. Um trabalhador que pautou a sua vida, por conseguinte, a de sua família, pelo seu ofício e pelas relações que daí se originaram. O operário padrão aqui retratado é um operário baseado num modelo antigo, alcançou certa notoriedade devido ao seu trabalho e esforço pessoal e destacava-se frente aos seus colegas, mas que não deixa de ser, de certa forma, um trabalhador comum.

No campo dos estudos do movimento operário há muito que foi incorporada a perspectiva crítica de que o historiador deve priorizar o trabalhador comum aos militantes ou aos dirigentes, a classe às instituições, e, em alguma medida, o dia a dia aos momentos excepcionais de greves e revoltas.<sup>33</sup>

Assim como os estudos a respeito da classe trabalhadora, pesquisas que analisaram o empresariado industrial no Brasil, numa primeira vertente, tomaram esse segmento como frágil e de pouca expressão política, como ocorria no restante da América Latina, o que exigiu, em muitos aspectos, a interferência estatal na efetivação de políticas de desenvolvimento industrial.<sup>34</sup>

As pesquisas iniciais dedicadas ao empresariado industrial brasileiro, tomando como modelo aquele empreendido em países de economia capitalista mais avançada como os Estados Unidos e países europeus, concluíram que este setor não era portador de capacidades necessárias para a transformação do país em uma sociedade tipicamente capitalista. Exemplos desse tipo de análise estão contidas nas obras de Fernando Henrique Cardoso ("Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes e Empresário Industrial" e "Desenvolvimento Econômico no Brasil"), Luciano Martins ("Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento"), e Nathaniel Leff ("Política Econômica e Desenvolvimento no Brasil: 1947-1964")<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> Apesar dessa consideração, o autor continua remarcando o fato de que é importante não deixar de lado o estudo dos militantes e dos dirigentes das associações operárias, para não incorrer assim e um novo reducionismo (BATALHA, Vida..., p. 91).

<sup>34</sup> Conforme LOBO, Eulália L. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 217-239.

<sup>35</sup> Ver: SOARES, Walmer Jacintho. **Os interesses industriais na consolidação do nacional-desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, [1990?]; MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: Balanço da literatura e agenda de pesquisa. In: V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE. O MUNDO EMPRESARIAL E A

Num segundo momento, a partir dos anos de 1970, alguns autores reconsideraram a função desempenhada pela burguesia industrial e atribuíram-lhe um papel político na sociedade brasileira, procurando se basear na própria realidade nacional e não em casos exteriores. O mais importante estudo dessa vertente é o de Eli Diniz e Renato Boschi, "Empresariado Nacional e Estado no Brasil". Nessa obra, os autores analisaram a atuação da classe empresarial em dois momentos distintos da história brasileira, mas ambos de caráter autoritário: o primeiro relativo a 1930-1945, e o segundo correspondente ao início da ditadura militar até o ano de 1976.

Para eles, a constatação de que no Brasil, da década de 1930, havia "um setor industrial de pequeno porte e de pouco significado econômico traduz, em consequência, uma incapacidade de gerar um empresariado forte e organizado em torno de seus interesses", tese defendida por alguns autores e que não seria totalmente incorreta, no entanto esse argumento encerra em si um reducionismo pernicioso para o estudo do período, pois "a constatação da fraqueza do empresariado como um todo nada nos diz acerca da possibilidade da existência de uma elite industrial relativamente expressiva e atuante"<sup>36</sup>.

Nessa direção, segue o trabalho de Maria Antonieta Leopoldi<sup>37</sup>, ao estudar as políticas de protecionismo à indústria, no qual analisa a formação de entidades representativas da classe industrial. Apesar de focar especialmente as políticas tarifárias e de protecionismo, Leopoldi demonstra que o empresariado nacional procurou assegurar o seu papel na política brasileira em diversos momentos e aponta o governo de Getúlio Vargas como aquele em que os industriais e suas entidades assumiram maior preponderância. Tal como Diniz e Boschi, Leopoldi rechaça a ideia de que os industriais foram meros espectadores no processo político-econômico, enquanto o Estado controlava totalmente a situação. As associações da classe industrial não são vistas como um bloco monolítico, mas sim como um espaço em que conviviam interesses contraditórios.

Seguindo o argumento de Mancuso, que afirma ter ocorrido uma leva de trabalhos de brasilianistas a partir de meados da década de 1990, os quais

---

QUESTÃO SOCIAL. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2006. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/5workshop/index.htm/>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

<sup>36</sup> DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, p. 25-26.

<sup>37</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira**. As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

defenderam a tese de que o empresariado nacional era detentor de uma fraqueza política, gerada pelo sistema corporativista de representação a que estava atrelado há décadas, ao longo dos anos de 2000, surgem trabalhos que se contrapunham a essa concepção. Estas pesquisas<sup>38</sup> procuraram mostrar a capacidade de organização e mobilização dos industriais brasileiros, para tanto, questionando o peso do corporativismo nas organizações.

Essas são as principais reflexões, sob o ponto de vista da produção acadêmica, dos dois principais agentes sociais envolvidos no presente trabalho: operários e empresariado industrial. Interessa, especialmente, como o empresariado industrial fez uso da campanha como instrumento de disciplinarização dos operários e, dessa maneira, procurou veicular um modelo ideal de trabalhador por meio de uma premiação pela qual valorizava o melhor, então, elencando quesitos importantes dentro de um arcabouço moral próprio de sua classe. Isso tudo feito a partir de uma organização criada para valorizar a paz social, o Serviço Social da Indústria – SESI, a qual ambicionava a diminuição dos conflitos à medida que haveria aumento da colaboração entre as classes sociais e, é claro, acréscimo de produção.

Isso posto, a pesquisa se fundamentou nos documentos do concurso e, em menor medida, em depoimentos orais de operários vencedores. Para cada edição da Campanha Operário Padrão, o SESI produzia uma série de documentos referentes ao concurso e, especialmente, os registros sobre os candidatos ao prêmio: os currículos. Esses documentos não eram elaborados pelos próprios trabalhadores, mas por um funcionário do SESI ou alguém designado pela empresa para construir a história de seu operário. O material constituía a fonte para a comissão julgadora avaliar os candidatos nas fases estaduais e nacional. Toda a documentação pertinente ao concurso, relatórios da Campanha, regulamentos e currículos eram enviados ao Diretório Nacional, na época, localizado no Rio de Janeiro.

Atualmente, a massa documental sobre a COP encontra-se na sede do SESI, SENAI e CNI em Brasília e constitui um grande acervo, com aproximadamente 90 caixas de documentos. Este conjunto, como se pode observar, contém também material produzido pela imprensa escrita a respeito da Campanha. Esses

---

<sup>38</sup> OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. O papel da Coalizão Empresarial Brasileira e as negociações da ALCA. In: MANCUSO, op. cit.

documentos, em especial os que foram produzidos pelo Departamento Regional do Rio Grande do Sul, forneceram a base documental para esta pesquisa.

Para a apresentação do estudo em foco, a presente tese está dividida em mais quatro capítulos, além desta introdução. Assim, na sequência, explica-se, a partir da pesquisa bibliográfica, como se configurou a noção de trabalho e, conseqüentemente, dos trabalhadores no Brasil, pois o objeto central da pesquisa são operários. Para isso, o capítulo discorre sobre o conceito de trabalho e como essa atividade vital para a sobrevivência humana se configurou na sociedade brasileira, considerando a relevância da escravidão em sua constituição até o período da ditadura militar.

O capítulo terceiro trata do surgimento do Concurso Operário Padrão. A reflexão sobre esse fato é precedida pelo entendimento das instituições que idealizaram a Campanha: o jornal carioca O Globo e o Serviço Social da Indústria, SESI, analisando mais detalhadamente a instituição empresarial, pois se entende que com ela, a partir de meados dos anos de 1960, o certame assumiu um caráter nacional e de continuidade. Analisa-se, nesta parte do trabalho, também a doutrina da paz social, importante para se compreender as ações do SESI e posteriormente a configuração da Campanha, desde sua fase inicial até o término.

A quarta parte compreende o entendimento do operário padrão a partir da concepção do SESI e como o concurso pode servir de instrumento de disciplinamento dos trabalhadores industriais. O capítulo versa também sobre a compreensão do concurso numa época marcada pelo período ditatorial vigente no Brasil até 1985, bem como se os empresários aderiram efetivamente à iniciativa de premiar o “bom trabalhador” anualmente.

Por sua vez, o último capítulo analisa, a partir dos currículos dos operários vencedores produzidos para o concurso, o desenvolvimento do concurso no estado do Rio Grande do Sul, a caracterização dos operários vencedores e os principais aspectos encontrados nos dossiês, elementos que permitem compreender a construção de um trabalhador modelo segundo critérios estabelecidos pelos promotores da campanha.

## 2 TRABALHO E TRABALHADORES NO BRASIL

Este capítulo pretende explicar, a partir da pesquisa bibliográfica, como se configurou a noção de trabalho e, conseqüentemente, dos trabalhadores no Brasil, pois o objeto central da pesquisa são operários. Assim, faz-se necessário entender como a sociedade brasileira compreendeu e compreende seu significado no tecido social ao longo do tempo mais recente.

### 2.1 A CATEGORIA “TRABALHO”

Uma das narrativas mais antigas do mundo ocidental, o livro de Gênesis, descreve que o primeiro homem e a primeira mulher que habitarem a terra foram obrigados a trabalhar para prover seu próprio sustento após serem expulsos do paraíso. O trabalho, segundo esse clássico relato, foi um castigo imposto à humanidade.

Na Idade Média europeia, um dos mitos mais difundidos era o da Cocanha, o paraíso terrestre, local de abundância, de igualdade, de cordialidade, de juventude<sup>39</sup>. No país da Cocanha, mesmo não sendo necessário o trabalho, a fartura alimentar estava garantida, o que permitia que as pessoas se devotassem ao ócio. Isso difundido numa sociedade em que a fome era uma ameaça constante e que o trabalho na terra era fundamental para a sobrevivência de toda coletividade. Mas, nas referências do mundo imaginário da Cocanha, trabalho e felicidade apareciam como coisas opostas.

Tributária dessa tradição, para a sociedade ocidental contemporânea, a atividade laboral é condição de vida para a grande maioria da população e ainda fator de identificação social. Assim, definir-se-á, inicialmente, o conceito de trabalho, recorrendo à lexicografia, tal como se apresenta em dicionários da língua portuguesa para, posteriormente discutir-se o termo sob o ponto de vista das ciências sociais.

A definição do termo “trabalho” é demasiada ampla e pode alcançar vários significados. De acordo com o Dicionário Novo Aurélio Século XXI (1999), trata-se da aplicação das forças ou faculdades humanas para alcançar um determinado fim.

---

<sup>39</sup> FRANCO JR., Hilário. **As utopias medievais**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Já o Dicionário Houaiss (2009), informa que trabalho é o “conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim”, mas também “atividade profissional regular, remunerada ou assalariada”, e ainda, “exercício efetivo dessa atividade”.

De forma substancial, além do dicionário de línguas, o significado mais abrangente do termo, encontra-se em léxico especializado na área de ciências sociais:

De modo geral, trabalho é toda atividade que gera um produto ou serviço para uso imediato ou troca. [...] Ocupação é o tipo de trabalho feito por pessoas, tais como carpintaria, enfermagem ou cuidado de crianças. Em sociedades de mercado, onde indivíduos satisfazem suas necessidades principalmente mediante auferimento de salário, em vez de produzir para consumo próprio ou praticar escambo com outros produtores, o trabalho é em geral considerado como ocupação apenas se resultar em ganho monetário.<sup>40</sup>

Ainda, segundo Antunes (2011), trabalho pode significar “uma atividade vital, capaz de plasmar a própria produção da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade”<sup>41</sup>.

São muitos os autores do campo das ciências humanas que se dedicaram ao tema “trabalho”, tanto em estudos empíricos quanto em pesquisas teóricas sobre o assunto. Entretanto compreende-se que o estudo mais emblemático sobre o segundo ponto seja o da filósofa Hannah Arendt que, na obra "A Condição Humana", escrita em 1958, analisou a *vita activa*<sup>42</sup> sob três ângulos essenciais: o labor, o trabalho e a ação.

Segundo a filósofa, labor e trabalho são coisas distintas na vida humana. O labor é tudo aquilo que está relacionado ao processo biológico do corpo humano; é a atividade ligada à sobrevivência. O trabalho diz respeito ao artificialismo da existência humana, pois a partir dessa atividade que o homem transforma a

<sup>40</sup> JHONSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 241.

<sup>41</sup> ANTUNES, Ricardo. Trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011, p. 432.

<sup>42</sup> De acordo com Hannah Arendt, a *vita activa* contempla o labor, a ação e o trabalho, ou seja, as três atividades humanas fundamentais. A *vita activa* é perpassada pela tradição, mas é distinta da *vita contemplativa*, esta não sendo superior à primeira (ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003).



natureza e cria objetos para seu uso. Já a ação é a condição própria da pluralidade humana, pois só pode ser exercida no coletivo e por meio da palavra, do discurso. A ação não produz coisas tangíveis e imbrica-se na teia das relações humanas. A ação produz história.

Para Arendt, com o desenvolvimento do capitalismo, os homens deixaram de praticar o “trabalho”, conforme sua concepção do termo, mas este passou a ser executado à maneira do “labor”, como uma forma de produzir bens para consumo imediato:

[...] em nosso mundo, a aparente supressão do labor – como esforço doloroso ao qual toda vida humana está sujeita – teve, em primeiro lugar, a consequência de que o trabalho passou a ser executado à maneira do labor, enquanto os produtos do trabalho – objetos destinados ao uso – passaram a ser consumidos como bens de consumo.<sup>43</sup>

Outra concepção, de certa forma recorrente sobre o estudo do trabalho, corresponde à etimologia do termo. A respeito, a socióloga Suzana Albornoz (2008), de acordo com Arendt, considera que em vários idiomas existem distinções entre as palavras labor e trabalho, como, por exemplo, na língua alemã (*arbeit* e *werk*), ou em italiano (*lavorare* e *operare*), ou ainda em espanhol (*trabajar* e *obrar*). Na língua portuguesa, apesar da existência dos dois vocábulos, “é possível achar na mesma palavra trabalho ambas as significações”<sup>44</sup>, ou seja, não há diferença expressiva entre os dois termos.

Ainda sobre a etimologia da palavra, trabalho deriva do termo latino *tripalium*, que tanto poderia remeter a um objeto utilizado na agricultura, como também a um instrumento para prática de tortura. Desse segundo significado derivaria a noção de trabalho como padecimento humano.

Acredita-se que para o trabalhador objeto desta investigação, o trabalho era um eixo norteador da vida daquele indivíduo, assim como para a maioria dos trabalhadores nacionais, seus contemporâneos. Entretanto, no Brasil, essa nem sempre foi uma premissa válida, fundamentalmente quando se pensa em uma época em que os indivíduos livres e libertos conviviam com o trabalho escravo.

---

<sup>43</sup> ARENDT, op. cit., p.242.

<sup>44</sup> ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 9.

## 2.2 TRABALHO NA HISTÓRIA BRASILEIRA

O final do século XX foi marcado pelas rápidas transformações no mundo do trabalho, fato este gerador de altos índices de desemprego o qual empurrou muitos trabalhadores para o setor denominado informal<sup>45</sup>. Com essas mudanças e com a crise do mundo capitalista, do último quartel do século XX, alguns estudiosos dedicados à temática passaram a questionar o lugar fundamental ocupado pela categoria “trabalho”, pois, “nas sociedades capitalistas avançadas, a partir da crise instaurou-se um processo de reorganização nas formas de produzir e nos modos de organizar o trabalho”<sup>46,47</sup>.

Ricardo Antunes, um dos mais experientes pesquisadores dedicados ao tema “trabalho” no Brasil, afirmava que, naquela ocasião, crise do mundo capitalista do final dos anos de 1970 e 1980, o capitalismo avançado passou por transformações profundas que vieram a afetar o mundo do trabalho e a classe que vivia dele. Essas transformações seriam:

- invasão da automação e da robótica no sistema fabril;
- sistemas de produção consagrados, como o fordismo e o taylorismo, passam a conviver com outros métodos, tais como o toyotismo, neofordismo e neotaylorismo;
- eliminação de certos direitos e garantias dos trabalhadores;
- abandono da combatividade nos sindicatos e dos partidos políticos, distanciando-se dos movimentos autônomos de classe.<sup>48</sup>

Esses fatores acabaram levando a uma diminuição no número de pessoas que trabalhavam no setor secundário da economia, ao passo que o setor de serviços

---

<sup>45</sup> No caso brasileiro, a situação se modificou no início do século seguinte, a partir da dinamização econômica do país. Assim, afirma Pochmann: “a primeira década do século XXI responde pela maior expansão quantitativa de ocupações dos últimos 40 anos, com saldo líquido 44% superior ao verificado nas décadas de 1980 e 1990 e 22% superior à década de 1970, conforme dados do IBGE” (POCHMANN, Márcio. Mudanças Sociais, Direitos Humanos e Desenvolvimento. **Revista de Direitos Humanos**, Brasília, n.8, jan. 2012, p. 6-9).

<sup>46</sup> DE TONI, op. cit., p. 191-192.

<sup>47</sup> A respeito da centralidade da categoria trabalho ver: BIHR, Alan. **Da grande noite à alternativa**. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998; ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997; e ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. Ver também: GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Caminhos Cruzados**. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: 34, 2004. Capítulo 1.

<sup>48</sup> ANTUNES, Ricardo. Para onde vai o mundo do trabalho? In: **TRABALHO, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997, p. 105-116.

obteve aumentos significativos, como se pode observar nas tabelas a seguir, especialmente com a terceirização de etapas do processo produtivo. Do mesmo modo, segundo Antunes, o trabalho e suas relações tornaram-se mais heterogêneas, e houve um aumento da “classe-que-vive-do-seu-trabalho”<sup>49</sup>.

**Tabela 1 - População residente de 10 anos e mais de idade, segundo os setores de atividade - 1940-1980**

SETOR DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE				
	1940	1950	1960	1970	1980
<b>TOTAL</b>	<b>29 037 849</b>	<b>36 557 990</b>	<b>48 828 654</b>	<b>65 862 119</b>	<b>88 149 948</b>
<b>Economicamente ativa</b>	<b>14 758 598</b>	<b>17 117 362</b>	<b>22 750 028</b>	<b>29 557 224</b>	<b>43 796 763</b>
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	9 723 344	10 252 839	12 276 908	13 087 521	13 109 415
Indústria de transformação	1 099 509	1 608 309	1 954 187	3 241 861	6 858 598
Indústria de construção	262 700	584 644	781 247	1 719 714	3 151 094
Outras atividades industriais	172 976	234 411	204 808	333 852	665 285
Comércio de mercadorias	689 438	943 290	1 478 270	2 247 493	4 111 307
Transportes de comunicações	466 226	637 943	977 345	1 167 866	1 815 541
Prestação de serviços	1 548 769	1 781 041	3 028 933	3 925 001	7 089 709
Atividades sociais	234 215	398 673	755 043	1 531 563	3 044 909
Administração pública	404 248	512 644	712 904	1 152 341	1 812 152
Outras atividades	157 173	163 568	580 383	1 150 012	2 138 753
<b>Não economicamente ativa</b>	<b>14 279 251</b>	<b>19 440 628</b>	<b>26 078 626</b>	<b>36 304 895</b>	<b>44 353 185</b>

Fonte: IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>

**Tabela 2 - Números de emprego em 31.12.1998**

Total	Setor de atividade								
	Extrativa mineral	Indústria da transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outro e/ou ignorado
24 491 635	104 956	4 476 993	311 928	1 136 900	3 761 058	7 825 150	5 854 306	1 012 012	8 332

Fonte: Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego. <http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>

Como se percebe na tabela 1, as atividades ligadas ao setor secundário (indústria de transformação, indústria de construção e outras atividades industriais) demonstraram crescimento até a década de 1980, bem como as ocupações vinculadas ao ramo de serviços. Já na tabela 2, dados sobre número de empregos, em 1998, ilustram que o setor terciário é o que mais contratava no país, desse modo, alterando uma tendência existente em décadas anteriores, em conformidade com o argumento de Antunes supradescrito.

De acordo com o economista Márcio Pochmann<sup>50</sup>, os problemas do mundo do trabalho foram gerados pela terceira Revolução Industrial<sup>51</sup>, o que ocasionou uma

<sup>49</sup> ANTUNES, Para onde vai...

<sup>50</sup> POCHMANN, Op. cit.

“modernização conservadora”, com ausência de uma “máquina global de crescimento” – como foi o caso dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial – e a inoperância de organismos internacionais, incapazes de assegurar um desenvolvimento menos desigual.

A discussão sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho é pertinente, no entanto, é um debate do qual poucos historiadores se atrevem a participar, pois esse é um tema que pertence ao que chamamos de “história imediata”<sup>52</sup>, ficando, muitas vezes, sob a responsabilidade de cientistas políticos, sociólogos e, frequentemente, de jornalistas. De toda forma, os historiadores já se permitem estudar problemas relacionados a um passado não tão distante, o que pode contribuir de forma significativa para a compreensão dos problemas atuais vivenciados no mundo do trabalho, conforme já mencionado na introdução deste estudo.

Posto isto, passemos a averiguar de que forma a categoria trabalho esteve presente na História do Brasil, enfatizando a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, a introdução de formas capitalistas de produção e a criação de uma nova mentalidade sobre o trabalho a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas.

### 2.2.1 Trabalho e escravidão no Brasil

“No Brasil, quem não era senhor, era escravo e quem não era nem senhor nem escravo, não era nada”.<sup>53</sup> Pelo fato de o Brasil ter convivido durante longo período com a mão de obra escravizada de africanos e seus descendentes, estudos sistemáticos sobre o trabalho, até alguns anos atrás, só adquiriram relevância, ao tratar da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e anos posteriores, conforme indica Bosi e Varussa:

Embora exista uma vasta historiografia que tenha abordado o trabalho como tema (ou objeto) examinado como parte da história do Brasil colonial, a projeção desse assunto como um campo específico da disciplina de História

---

<sup>51</sup> Trata-se da revolução tecnológica que, segundo Pochmann (op. cit.), ainda encontra-se incompleta e em fase de maturação.

<sup>52</sup> Sobre o assunto ver CHAEVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 7-37.

<sup>53</sup> DAMATTA, Roberto (org.). **Profissões industriais na vida brasileira**. Ontem, hoje e amanhã. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/SENAI/Ministério do Trabalho e Emprego, 2003, p. 28.

posicionou-o na virada do século XIX para o XX, a partir do conhecido debate sobre a “transição do trabalho escravo para o livre.”<sup>54</sup>

Recentemente, e enquadrado naquilo que hoje se denomina História Social do Trabalho, a produção intelectual sobre a mão de obra escrava alargou os referenciais cronológicos e geográficos das pesquisas desenvolvidas no Brasil nos últimos anos. Algo observado como unânime nas pesquisas sobre o tema é a persistência do estigma da servidão no tecido social brasileiro, ou, como afirma Sader, a escravidão deixou marcas tão profundas na sociedade brasileira que “é um passado que sobrevive no presente”<sup>55</sup>. Também DaMatta (2003) observa a escravidão essencialmente vinculada ao sistema social brasileiro e a “provável responsável pela aversão e até mesmo alergia e a incompatibilidade entre as máquinas e os trabalhadores no Brasil”<sup>56</sup>.

No período em que o Brasil permaneceu como colônia de Portugal, especialmente nos séculos XVI e XVII, sua economia esteve orientada essencialmente para fora, ou seja, todo esforço produtivo era direcionado para a Europa e não se estimulava qualquer tipo de manufatura ou indústria em território colonial. Esse tipo de economia, voltada para a agricultura monocultora e na grande propriedade rural, baseava-se no trabalho escravo. Já em fins do século XVIII, a economia colonial deu sinais de dinamismo interno, conforme apontam Caldeira (2009) e Fragoso (1998), ao analisarem a situação econômica no período. Os números analisados por Fragoso demonstram que,

[...] a economia colonial é um pouco mais complexa que uma *plantation* escravista, submetida aos sabores das conjunturas internacionais. É isso que constatamos através dos números que atestam o peso e a importância do mercado interno colonial e das produções a ele voltadas.<sup>57</sup>

Em relação ao trabalho escravo, mesmo após a independência política, diferentemente do que ocorreu em outras colônias do continente americano, a escravidão continuou uma instituição legalmente aceita, apesar das restrições

<sup>54</sup> BOSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José. O trabalho em disputa. In: VARUSSA, Rinaldo José (org.). **Mundos dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel: EDUNIOEST, 2009, p. 27-52.

<sup>55</sup> SADER, Emir. Forum Social Temático 2012. Porto Alegre, 26 janeiro de 2012.

<sup>56</sup> DAMATTA, op. cit., p. 18.

<sup>57</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 21.

impostas, não pelo governo brasileiro, mas pela Inglaterra, ao tráfico de mão de obra compulsória.

No século XIX, o panorama econômico começou a mostrar alguma diversidade: o açúcar perdeu sua preponderância, uma vez que outros países se dedicaram com sucesso ao plantio da cana e à comercialização daquele produto, no entanto outras mercadorias apareceram na pauta de exportação do país: cacau, fumo, couros e peles, borracha e, essencialmente, o café. Este se tornou o principal produto de exportação do Brasil e assumiu esse papel até as primeiras décadas do século posterior. Mesmo com essa diversificação, o eixo produtivo continuava sendo a agricultura e o trabalho permanecia baseado na escravidão.

O aumento na exportação do café acarretou uma variedade maior de atividades, assim, surgiram as primeiras indústrias (de bens de consumo não duráveis) e, conseqüentemente, a geração de novas ocupações. Na segunda metade do século, o meio urbano assumiu certa importância apesar de a grande maioria da população ainda se concentrar na zona rural.

Com a independência política da colônia, ocorreu o fim do Pacto Colonial. As lavouras de café continuaram dinamizando a economia agroexportadora brasileira, e, embora persistindo o trabalho escravo, a sociedade brasileira, já no século XVIII, conviveu “com diferentes regimes não escravistas de trabalho”<sup>58</sup>.

Nessa época, concomitantemente ao desenvolvimento econômico e social, ocorreu a escassez de mão de obra escrava em função da proibição do tráfico de escravos vindos do continente africano. Os escravos existentes no país eram insuficientes tanto para o trabalho na lavoura como para a ocupação em outras atividades. Ademais, já existiam no país vozes contrárias a essa prática. Assim, para as elites políticas e econômicas, era preciso pensar numa forma de substituir o escravo sem que isso acarretasse grandes transformações sociais e, tampouco, levasse a prejuízos para os produtores rurais.

Diante dessa problemática, o Estado brasileiro incentivou a vinda de imigrantes europeus para suprir uma suposta carência de mão de obra. O objetivo principal dessa imigração foi a lavoura cafeeira a despeito de que, após alguns anos,

---

<sup>58</sup> CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 59.

o número de trabalhadores estrangeiros empregados em algumas indústrias, especialmente em São Paulo, superasse o número de trabalhadores nacionais.

[...] a imigração resultou, em termos práticos, na negação da modernidade em gestação a parte expressiva dos brasileiros, cujas trajetórias estavam marcadas, de um modo ou de outro, pelo passado escravista. O excesso de oferta de força de trabalho (no campo e na cidade) habilitava os empregadores a “exercer suas preferências” pelo trabalhador imigrante, que ademais era branco, europeu, civilizado.<sup>59</sup>

Dessa forma, a introdução de trabalhadores estrangeiros pode dar a falsa impressão de que, no Brasil da segunda metade do século XIX, houvesse somente duas categorias sociais: os africanos e seus descendentes escravizados e aqueles que não precisavam trabalhar, uma vez que foi necessário “importar” trabalhadores. Dado que, no Brasil, o instituto da escravidão perdurou durante muito tempo e o trabalho, gerador de riqueza nacional, era realizado por cativos, que, por sua vez, eram tratados como “coisas”, produziu-se uma herança cultural a respeito do trabalho que, conforme Cardoso<sup>60</sup>, “deixou marcas muito profundas no imaginário e nas práticas sociais posteriores, operando como uma espécie de lastro, do qual as gerações sucessivas tiveram grande dificuldade de se livrar”.

Para os cafeicultores, os trabalhadores livres nacionais eram vistos como vadios e incapazes de se adequarem à disciplina de trabalho necessária à lavoura cafeeira. Segundo Kowarick<sup>61</sup>, o elemento nacional foi incorporado ao processo produtivo, ao longo do século XIX, em outras regiões do país, mas não em São Paulo.

Até o fim da escravidão no país, o número de imigrantes não era de grande monta, acentuando-se a imigração após a abolição do trabalho escravo.

Isso [a permanência do trabalho escravo] retardou e dificultou a imigração europeia, que só se intensificou após 1888. Antes dessa data, os trabalhadores imigrantes preferiam os países do Prata, assustados com o espectro da escravidão. Internamente, o regime escravista propiciara a formação de concepções ideológicas contrárias à valorização do trabalho manual, considerado humilhante e degradante. Esses fatores dificultavam o

---

<sup>59</sup> CARDOSO, A. op. cit., p. 156.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>61</sup> KOWARICK, Lúcio, 1994.

desenvolvimento capitalista, cada vez mais necessitado de um mercado de trabalho livre e assalariado.<sup>62</sup>

O final do instituto da escravidão no Brasil, ocorrido um ano antes do fim da Monarquia, apesar da resistência de alguns produtores rurais, não fazia mais sentido para uma sociedade que estava se estruturando nos moldes capitalistas. Dessa forma, a utilização de cativos para realização de tarefas não seria mais compatível com o mercado, que necessitava de trabalhadores assalariados, ou seja, de consumidores.

A cessação do trabalho compulsório acarretou, ainda que não de forma definitiva, ressignificação do trabalho manual, até então, desvalorizado no país desde os tempos coloniais, quando era sinônimo de degradação, visto como atividade destinada a pessoas inferiores. Segundo Octavio Ianni:

Foi ainda nessa época que se realizou a redefinição social do trabalho produtivo. Em vários planos, e no seio da própria campanha abolicionista, o trabalho braçal, em suas diferentes gradações precisou ser redefinido. [...] A diferenciação crescente do sistema econômico, ou seja, o progresso da divisão do trabalho dependia da reformulação dos valores e padrões culturais relacionados às atividades produtivas e ao próprio trabalho produtivo. As atividades não agrícolas, bem como estas, precisavam adquirir atributos positivos. A abolição definitiva da escravatura impunha a elaboração de outras expectativas e avaliações sociais sobre alguns aspectos básicos do sistema econômico-social em formação.<sup>63</sup>

A formação de um contingente de trabalhadores livres e capazes de suprir a necessidade de mão de obra no Brasil foi um processo lento e gradual e não ocorreu abruptamente com a “destruição dos direitos de propriedade sobre as pessoas em 1888”, conforme indica French<sup>64</sup>.

No tocante ao tema, traçando paralelo com o Brasil atual, Batalha analisa que:

<sup>62</sup> HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 93.

<sup>63</sup> IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1985. Tomo II – O Brasil Monárquico. v. 3: Reações e Transações, p. 314.

<sup>64</sup> FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: FURTADO, Júnia (org.). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 75-96.



Se ainda hoje o trabalho com variadas formas de coerção persiste em áreas rurais e mesmo em setores urbanos, como as oficinas de costura em São Paulo, que empregam imigrantes ilegais, particularmente bolivianos, com jornadas de trabalho que rivalizam com as praticadas no início da Revolução Industrial, parece evidente que a abolição da escravidão não assegurou o fim da coerção extraeconômica no trabalho.<sup>65</sup>

No início do século XX, segundo Maricato<sup>66</sup>, o campo era a representação do atraso, com sua estrutura de trabalho pouco alterada comparativamente ao século anterior, ao passo que o meio urbano passava a ser visto como a possibilidade de modernização, destacando que, nesse espaço, ocorria o crescimento do trabalho industrial. O número de trabalhadores dedicados a essa atividade foi aumentado gradativamente e, até o início do século XX, os imigrantes europeus compunham um grande contingente empregado no setor. As profissões que demandavam algum conhecimento técnico mais elaborado e específico eram ocupadas preponderantemente por estrangeiros, pois se pressupunha que estes tivessem a experiência adquirida em seus países de origem.

Com a diminuição do fluxo imigratório para o Brasil, o que ocorre especialmente com o início da Primeira Guerra, fez-se necessária a reabilitação da mão de obra nacional. Paulatinamente, o trabalhador local foi assumindo lugar no processo produtivo, inicialmente, realizando os trabalhos mais desgastantes e piores remunerados.

No entanto permanecia certo resquício, resultado de quase três séculos de práticas escravistas e de desqualificação do trabalhador livre e liberto, de desprezo em relação ao trabalho. Repisando o mesmo tema, o sociólogo Adalberto Cardoso afirma que:

[...] a escravidão deixou marcas muito profundas no imaginário e nas práticas sociais posteriores, operando como uma espécie de lastro, do qual as gerações sucessivas tiveram grande dificuldade de se livrar. Em torno dela construiu-se uma ética do trabalho degradado, uma imagem depreciativa do povo, ou do elemento nacional, uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades.<sup>67</sup>

<sup>65</sup> BATALHA, Claudio. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Junia Ferreira (orgs.). **Trabalho livre, Trabalho escravo**. Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 97.

<sup>66</sup> MARICATO, Ermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 48, Ago 2003.

<sup>67</sup> CARDOSO, A. op. cit., p. 49.

Um dos exemplos mais significativos da representação do trabalho na sociedade brasileira, no início do XX, pode ser apropriado das canções populares em que o malandro graceja como o herói e o seu contraponto é a figura do “Zé Mané”, ou seja, aquele indivíduo que trabalha. Nesse contexto, parece que o malandro atuava como forma de rebeldia contra um processo histórico que achapou os pobres livres e libertos durante muitos anos, pois, durante muito tempo, persistiu a ideia (se é que ainda não persiste) de que ser trabalhador, especialmente braçal, é manter sua condição social de origem, isto é, pobre.

[...] paralelamente aos esforços para a criação de uma ética do trabalho – quer por iniciativa dos trabalhadores quer não – desenvolvia-se também, em especial na cidade do Rio de Janeiro, uma proposta de produção de uma ética do não trabalho (da malandragem), que convivía e disputava espaços com a primeira.<sup>68</sup>

Posto isso, quer-se dizer que a abolição do trabalho escravo e a mudança na ordem política, de império para república, no final do século XIX, constituíram um marco para a transformação do ideário sobre o trabalho no Brasil, contudo não se pode deixar de relativizar essa perspectiva, pois a situação da mão de obra no Brasil não se transformara repentinamente. A modernidade aspirada pelos republicanos deveria passar pelo ordenamento social, que traria o tão sonhado progresso à nação. Esse ordenamento social passava, por sua vez, pela disseminação do caráter positivo e regenerador do trabalho, no entanto, como afirma Da Matta (2003), a valorização de uma ética do trabalho para os trabalhadores rivalizava com a noção de que o trabalho é um encargo e um castigo. Dessa forma, pode-se afirmar que a preocupação com a problemática do trabalho irá se acentuar nos períodos seguintes, especialmente a partir da década de 1930, culminando o processo que já ocorria desde o final do século XIX.

### **2.2.2 O Brasil dos anos de 1930: ascensão de Vargas e a valorização do trabalho e do trabalhador**

Muitos são os pesquisadores sociais que afirmam que a Revolução de 30 foi um marco para a história do Brasil, pois promoveu um movimento de modernização

---

<sup>68</sup> GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 26.

política do país, ainda que muitas práticas econômicas e políticas continuassem vigentes por muito tempo na sociedade brasileira, mesmo após a chegada de Vargas ao poder<sup>69</sup>. Pode-se afirmar, no entanto, que, a partir da década de 1930, a preocupação do Estado brasileiro com a classe trabalhadora e com a valorização do trabalho tornou-se mais constante. Uma das primeiras iniciativas do Governo Provisório instalado foi a criação do Ministério da Indústria, do Comércio e do Trabalho, chamado de “Ministério da Revolução”, demonstrando a preocupação que havia tanto com a questão da industrialização, contemplando uma parcela da sociedade de crescente importância: os industriais, como com o problema do operariado.

Essa preocupação com os trabalhadores urbanos não surgiu como um ato de bondade do governo para com a população; a incorporação do tema na agenda política é fruto de experiências de décadas anteriores e da luta que os operários vinham travando por conquistas sociais. *Pari passu* com a promulgação de leis sociais e a ingerência do Estado no sistema de trabalho, o que, de início, não agradou aos industriais e, em algumas tantas vezes, também, aos trabalhadores, o governo promoveu uma campanha de valorização do trabalho, pela qual disseminou um discurso em que enfatizava o caráter moralizante do mesmo. Trabalho passava a ser sinônimo de obtenção de cidadania.

O trabalho desvinculado da situação de pobreza seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial da revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação

---

<sup>69</sup> De acordo com Pandolfi e Grynszpan, apesar de concordar que a Revolução de 30 “não provocou alterações substantivas em termos de estruturas de classe, pode-se afirmar que são visíveis as transformações operadas a partir de então no País” (PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de Sociologia e Política**, n. 9, Curitiba, 1997. p. 8).

Também, segundo Werneck Vianna, o processo revolucionário de 1930 “refunda a República, impondo o predomínio da União sobre a federação, das corporações sobre os indivíduos, e a precedência do Estado sobre a sociedade civil. Para tanto, foi influente o ideário positivista de muitas de suas elites políticas, especialmente as originárias do Rio Grande do Sul, [...], e as provenientes da juventude militar, congregada no Clube 3 de Outubro. São elas, nos primeiros anos da nova ordem, as principais personagens da sua institucionalização, em particular na deposição das oligarquias estaduais das suas posições de mando. São elas, também, a força que leva à frente o impulso da revolução no que se refere ao papel do Estado, passando a entendê-lo como condutor da modernização, em franco dissídio com o liberalismo de mercado que dominou o cenário da Primeira República” (WERNECK VIANNA, Luiz. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária na República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (org.) **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 114).

para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão.<sup>70</sup>

O esforço levado a termo por órgãos do governo em prol da valorização do trabalho e do trabalhador atingiu também setores da cultura nacional. A música popular era excelente veículo para a divulgação de uma nova moral aliada ao trabalho. Assim, o malandro cede lugar ao trabalhador dedicado ao seu ofício e à família.<sup>71</sup>

Se, na década de 1930, Wilson Batista idolatrava a malandragem na canção intitulada “Lenço no pescoço”, em 1940, regenerava-se com a canção “O Bonde de São Januário”, afinal de contas, os tempos eram outros e alinhar-se com uma ética do trabalho, assumindo-se enquanto tal, poderia render ao compositor mais benefícios do que ser identificado com a malandragem, ainda mais em tempos de ditadura.

Meu chapéu do lado  
 Tamanco arrastando  
 Lenço no pescoço  
 Navalha no bolso  
 Eu passo gingando  
 Provoco e desafio  
 Eu tenho orgulho  
 Em ser tão vadio  
 Sei que eles falam  
 Deste meu proceder  
 Eu vejo quem trabalha  
 Andar no miserê  
 Eu sou vadio  
 Porque tive inclinação  
 Eu me lembro, era criança  
 Tirava samba-canção  
 Comigo não  
 Eu quero ver quem tem razão  
 (*Lenço no pescoço*)

Quem trabalha  
 É quem tem razão  
 Eu digo  
 E não tenho medo  
 De errar  
 Quem trabalha [...]

<sup>70</sup> GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 55.

<sup>71</sup> Sobre o assunto ver: VASCONCELLOS, Gilberto. SUZUKI Jr., Matinas. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: FAUSTO, Bóris. (org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Tomo III – O Brasil Republicano. v. 4: Economia e Cultura (1930-1964), p. 501-524.

O Bonde São Januário  
 Leva mais um operário  
 Sou eu  
 Que vou trabalhar  
 O Bonde São Januário [...]  
 Antigamente  
 Eu não tinha juízo  
 Mas hoje  
 Eu penso melhor  
 No futuro  
 Graças a Deus  
 Sou feliz  
 Vivo muito bem  
 A boemia  
 Não dá camisa  
 A ninguém  
 Passe bem!  
 (*O bonde de São Januário*)

Durante o governo de Getúlio Vargas, devido em grande parte ao desenvolvimento da indústria nacional, a população urbana começou a sofrer maior incremento numérico. Entretanto, até a década de 1940, a maioria dos habitantes do país concentrava-se ainda no meio rural, dedicando-se, portanto ao trabalho na agricultura e pecuária. Isso, em grande medida, fazia com que as relações de trabalho mantivessem, segundo Luca, “padrões herdados da escravidão”, pois a “mão de obra ainda era encarada como algo que deveria ser usado e abusado sem limites”.<sup>72</sup>

Para aqueles que viviam nas cidades, segundo a doutrina varguista, conforme indica Ferreira, só havia uma forma de alcançar a melhoria na condição social e um lugar como cidadão: o trabalho.

Segundo o projeto trabalhista, diz Angela de Castro Gomes, o trabalhador, embora pobre, era bom e honesto, merecendo por isso o amparo e a proteção do Estado. Como um direito e um dever, por meio do trabalho o operário seria elevado à condição de cidadão, com as garantias das leis trabalhistas. Cidadania e trabalho, portanto, tornaram-se expressões complementares. [...] o desempregado e o subempregado, categorias que não se beneficiavam das leis trabalhistas, estavam à margem dos valores pregados pelos governantes e, logo, dos direitos de cidadania. Participar do mercado de trabalho, assim, era a primeira meta dos indivíduos.<sup>73</sup>

<sup>72</sup> LUCA, Tania Regina de. **Indústria e trabalho na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 27.

<sup>73</sup> FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 31.

O Estado nacional, a partir de 1930, desenvolveu ainda mecanismos de enquadramento para a população urbana a fim de disseminar o valor positivo do trabalho e também de controlar a massa urbana, assim, forjando um pacto com as elites industriais. Uma forma de enquadramento, para o governo, e de obtenção de um papel social, para os trabalhadores, era a carteira de trabalho<sup>74</sup>. Dessa forma, temos aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos denominou de a “cidadania regulada”<sup>75</sup>.

Só o trabalho podia constituir-se em medida de avaliação do valor social dos indivíduos e, por conseguinte, em critério de justiça social. Só o trabalho podia ser o princípio orientador das ações de um verdadeiro Estado democrático, de um Estado *‘administrador do bem comum’*. Desta forma, conforme Severino Sombra sintetiza, o Estado devia ser *‘a expressão política do trabalhador nacional’*; devia ser um verdadeiro *‘Estado nacional trabalhista’* que aplicasse a norma: *‘a cada um segundo o valor social do seu trabalho honesto, deverá deixar para seus filhos mais do que recebeu de seus pais’*. A ascensão social, principalmente em dimensão geracional, apontava o futuro do homem como intrinsecamente ligado ao trabalho honesto, que devia ser definitivamente despido de seu conteúdo negativo.<sup>76</sup>

Esse período, que modernizou algumas instituições políticas e econômicas nacionais, deixou um legado social, especialmente nas questões relativas ao trabalho urbano, que somente no final do século começou a ser repensado para a má sorte dos trabalhadores nacionais.

### 2.3 SISTEMAS DE RACIONALIZAÇÃO E GESTÃO FABRIL

No início do filme *“A classe operária vai ao paraíso”*<sup>77</sup>, o personagem Lulu Massa é um operário dedicado ao seu ofício. Ele é demonstrado como o operário

<sup>74</sup> Decreto nº. 21.175/32 de 21 de março de 1932.

<sup>75</sup> Primeiramente, Wanderley G. dos Santos, entende que o conceito de cidadania está vinculado à prática política do governo revolucionário de Getúlio Vargas. Por cidadania regulada, compreende “o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal”. Ou seja, “são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei” (SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 75).

<sup>76</sup> Ibidem, p. 238-239.

<sup>77</sup> Filme italiano dirigido por Elio Petri, em 1971, época em que a maioria dos países passou por uma crise econômica, o que afetou o setor industrial de nações mais desenvolvidas e com crescimento de reivindicações operárias e sindicais. Também, nesse período, ocorre arrefecimento do modelo de gestão fabril taylorista-fordista.

ideal, segundo critérios capitalistas, de forma que Lulu se torna o modelo para a definição dos tempos de trabalho de seu setor. Como produz acima da média, para seus colegas de empresa, é sempre muito difícil alcançar o tempo atingido por ele. Lulu, personagem emblemático na história do cinema operário, mostra-se, na sequência inicial do filme, como um trabalhador moldado a partir dos parâmetros tayloristas-fordistas.<sup>78</sup>

Com o advento da Revolução Industrial, os trabalhadores foram incorporados a um novo sistema de produção, no qual, progressivamente, valorizou-se uma suposta ciência industrial. Para tanto, o saber operário foi utilizado pelos donos das fábricas que procuravam diminuir gradativamente a interferência do trabalhador no processo produtivo, o que nem sempre lograva êxito devido às formas de resistência operárias.

Essas tentativas, de apropriação do saber operário, atingiram seu ápice com o surgimento da Administração Científica, ou taylorismo, conjunto de técnicas elaboradas pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915), após estudos feitos em fábricas dos Estados Unidos pelas quais passou. Depois dos Estados Unidos, as ideias foram divulgadas em vários países, até mesmo na União Soviética. Segundo Moraes Neto<sup>79</sup>, o taylorismo criou uma saída para a dependência do capital à habilidade do trabalho vivo<sup>80</sup>.

Os princípios da administração científica estavam fundamentados em mudanças na organização do trabalho e não na base técnica do processo de trabalho<sup>81</sup>. Pressupunha o controle do tempo e o parcelamento do trabalho, assim como enfatizava o papel da gerência da fábrica na fiscalização do processo. A partir de Taylor, houve a supremacia da gerência no comando da produção, fato que descaracterizou o trabalhador como detentor do saber-fazer.

---

<sup>78</sup> No decorrer do filme, o personagem se transforma devido a um acidente sofrido numa máquina e passa a lutar pela causa operária.

<sup>79</sup> MORAES NETO, Benedito Rodrigues. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

<sup>80</sup> Segundo Sandroni, trabalho vivo “é a força de trabalho posta em ação (criando valor) na elaboração de determinada mercadoria” (SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999, p. 611).

<sup>81</sup> NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicol. Soc.** [online], v.19, n.spe, p. 14-20, 2007.

Antonacci<sup>82</sup> refere que o taylorismo, ao desapropriar os trabalhadores de seu saber-fazer, integra-os à sociedade moderna sem identidade, ao passo que os incorpora à ordem dominante, diminuindo os conflitos sociais.

Do interior dos movimentos de organização científica do trabalho, que avançaram na expropriação e subordinação dos trabalhadores para restaurar a ordem patronal, foram formulados discursos orgânicos de representação social. Negando, despolitizando e apagando os conflitos, estes discursos consubstanciaram-se em imagens de cooperação de classes e em formas de organização e representação corporativistas, veiculando perspectivas de harmonia social e complementaridade capital/trabalho, que informaram a concepção e a ação dos agentes sociais, fazendo parte da realidade histórica daquele período.<sup>83</sup>

De fato, a adoção de métodos científicos de trabalho objetivou a desqualificação sistemática dos trabalhadores com intuito de aumentar a produção e, conseqüentemente, os ganhos dos industriais, ao passo que, ao disciplinar o trabalhador, procurava incorporá-lo à ordem vigente, estabelecendo um clima de harmonia social; e não de conflito entre industriais e operários.

De qualquer forma, estudiosos do tema são cuidadosos ao afirmar sobre a real difusão das ideias de Taylor e sua incorporação pelas fábricas, conforme indica Marson.

Sem dúvida, muitos conceitos de Taylor acabaram sendo incorporados em fábricas de diferentes tamanhos, ao longo de tempos distintos, porém, como é cabalmente demonstrado por esses autores, os sucessos obtidos geralmente resultaram de específicas combinações e adaptações entre as propostas originais de Taylor (ou derivações desenvolvidas por seus discípulos) e fórmulas e soluções práticas introduzidas por outros organizadores.<sup>84</sup>

Já o fordismo, criado pelo industrial Henry Ford, aperfeiçoou o método criado por Taylor. Ele preconizava métodos racionais de trabalho na indústria em que esta deveria dedicar-se a um produto apenas, mas dominando toda a cadeia de produção, desde a matéria-prima até o transporte dos produtos. Assim como

---

<sup>82</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **A vitória da razão (?)**. O Idort e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 86-87.

<sup>84</sup> MARSON, Adalberto. O taylorismo e seus artifícios. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). **Trabalho, Cultura e Cidadania**: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997, p. 153-175.



defendia o taylorismo, os trabalhadores sob o fordismo deveriam ser especializados e dedicados a uma tarefa apenas.

[...] o *fordismo*, enquanto processo de trabalho organizado a partir de uma linha de montagem, deve ser entendido como desenvolvimento da proposta taylorista. Em que sentido se trata de um desenvolvimento? No sentido de que se busca o auxílio dos elementos objetivos do processo (trabalho morto), no caso a esteira, para objetivar o elemento subjetivo (trabalho vivo).<sup>85</sup>

Além disso, o fordismo avançou na desqualificação dos trabalhadores e aprofundou o rompimento dos laços de solidariedade existentes entre os trabalhadores fabris, reduzindo os contatos formais entre os mesmos.<sup>86</sup> De toda forma, os operários como relatam diversos autores, não se conformaram de todo com o estabelecimento dessas novas formas de produzir e com a espoliação de seu saber de ofício. Movimentos eclodiram, especialmente quando da implantação do taylorismo<sup>87</sup>.

### 2.3.1 Ideias sobre racionalização no sistema produtivo no Brasil

Nas décadas de 1920 e 30, circulavam no Brasil proposições acerca da racionalização do processo produtivo<sup>88</sup>, ideias que já estavam em curso em países da Europa e nos Estados Unidos onde a experiência industrial era anterior à brasileira. Dessa forma, conceitos provenientes do taylorismo, do fordismo e da psicologia aplicada foram difundidos, no Brasil, especialmente através de técnicos vindos do exterior. Certamente, essas concepções não chegaram até nós em sua

<sup>85</sup> MORAES NETO, op. cit., p. 35.

<sup>86</sup> ANTONACCI, op. cit., p. 82.

<sup>87</sup> Como indicam Rago e Moreira, para o caso dos Estados Unidos: "Na perspectiva dos trabalhadores, a padronização das tarefas era percebida como um roubo de sua autonomia, já que pressupunha a centralização do desenvolvimento das normas de produção nas mãos da direção e a criação de um rígido código de procedimentos a serem obedecidos por todos os trabalhadores. O aparecimento dos cronometristas e dos apontadores foi motivo particular de revolta: a existência de supervisores controlando a produção e vigiando cada movimento do operário era inconcebível para alguém acostumado a agir segundo sua criatividade" (RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 42-43).

<sup>88</sup> De acordo com ANTONACCI (op. cit.); e MELLO E SILVA, Leonardo. Sobre algumas influências teóricas na construção de um tema: trabalho e classe trabalhadora na literatura recente. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, jan.-jul. 2010, p. 181-205. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>>.

forma “pura”, mas sim foram devidamente adaptadas às características de nosso meio industrial.

A racionalização da produção não estava ligada somente às técnicas e aos equipamentos mais modernos que deveriam ser implantados no processo produtivo, dizia respeito também ao operariado. Ou seja, era preciso “adaptar” os trabalhadores à nova organização do trabalho. Para muitos, isso ocorreria através de uma formação que utilizasse métodos racionais, semelhantes aos utilizados no sistema da fábrica. Segundo o engenheiro Roberto Mange<sup>89</sup>, um operário formado através de métodos racionais e que utilizasse essa aprendizagem com “o máximo de proveito” poderia representar para a indústria nacional “um elemento de valor positivo: **é uma roda dentada que se adapta a qualquer sistema de engrenagem de formação idêntica**” (grifo nosso).<sup>90</sup>

Ainda que se possam constatar movimentos de resistência às práticas de racionalização do sistema produtivo no Brasil, na década de 1920, Weinstein<sup>91</sup> indica que:

Considerando as relativamente poucas tradições artesanais em São Paulo, comparadas com as dos Estados Unidos, Inglaterra ou França, e os baixos salários ganhos mesmo pelos trabalhadores que tinham considerável controle sobre o processo de trabalho, os operários paulistas deviam ser muito mais receptivos aos novos processos técnicos de produção que seus colegas americanos ou europeus.

Entretanto Mello e Silva<sup>92</sup> demonstram que os ideais de Taylor, os quais encontraram entusiastas no Brasil, especialmente entre a elite industrial de São Paulo, eram apenas um “verniz”, um discurso em favor da racionalização da sociedade, mas que esbarrava em dificuldades práticas, tais como a tradição paternalista dos empresários industriais brasileiros e sua dificuldade em delegar responsabilidades à uma gerência científica. Afirma ainda que, em instituições como o IDORT, a FIESP e a Escola Politécnica, notava-se a defesa da aplicação de

---

<sup>89</sup> Roberto Mange era um engenheiro suíço que veio para o Brasil, em 1913, convidado para trabalhar na Escola Politécnica de São Paulo. Foi defensor do ensino técnico industrial e influenciou na concepção de ensino adotada pelo SENAI, na década de 1940.

<sup>90</sup> MANGE, Roberto. Escolas Profissionais Mecânicas. **Revista Polytechnica**, São Paulo, out./nov. 1924, p. 12.

<sup>91</sup> WEINSTEIN, Barbara. **(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 59.

<sup>92</sup> MELLO E SILVA, op. cit.

métodos tayloristas ainda na década de 1920, porém havia dificuldade de encontrar sua aplicabilidade nas fábricas<sup>93</sup>.

## 2.4 O ESPÍRITO DA ÉPOCA: O REGIME MILITAR E A QUESTÃO DO TRABALHO

Em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder, e a frágil democracia que havia no país foi rompida. O Presidente da República foi obrigado a exilar-se, assim como muitos políticos e personalidades públicas, figuras indesejáveis para o novo regime instituído pelo golpe civil-militar. Seguiu-se um período em que grupos, especialmente de estudantes, protestavam contra a nova política instaurada, mas contra isso o governo militar respondeu com os Atos Institucionais e reprimindo com violência qualquer tipo de contestação. Esse é um breve panorama dos primeiros anos do período que se seguiu a 1964, entretanto a ditadura militar teve muito mais nuances do que a disputa entre militares e seus aliados e aqueles que pretendiam derrubar o regime em favor do retorno à democracia no país.

Felizmente, para a historiografia, atualmente, existem muitos trabalhos que contemplam o período e que procuram explicar as razões do golpe, a adesão da sociedade civil à causa militar, os grupos que lutaram contra o regime, a tortura, o movimento estudantil, a cultura nos anos 1960 e 1970, a abertura política, etc.

Para o escopo deste trabalho interessa saber sobre a política do regime militar a respeito da economia nacional e como esta tratou o trabalhador nacional, especialmente ligado à indústria.

Conforme argumenta o cientista político Nilson Borges, a década de 1970 foi, para a América Latina, um período de golpes e em que grande parte da população desse subcontinente esteve submetida a governos militares de caráter autoritário. Segundo o autor, no Brasil, desde o Império os militares atuaram na política nacional. Entretanto, em 1964, com a adoção da Doutrina de Segurança Nacional, os militares passaram a conduzir eles próprios a política nacional, tornando os civis “meros coadjuvantes” no jogo político.

---

<sup>93</sup> MELLO e SILVA, op. cit.

Até 1964 o aparelho militar brasileiro se posicionou na condição arbitral-tutelar, isto é, com a ameaça ou em meio a uma crise institucional, os militares deixavam os quartéis e intervinham na ordem política para, logo em seguida transferir o poder aos civis. Após o processo intervencionista, já com os civis na direção do Estado, as Forças Armadas abandonavam o papel de árbitros e transformavam-se em forças tutelares, estabelecendo os limites da ação civil. Porém, a partir de 1964, as Forças Armadas intervêm no processo político, sem, contudo, transferir o poder aos civis, agindo, nesse novo contexto, como atores dirigentes hegemônicos.<sup>94</sup>

Embora tenham sido 21 anos sob a direção das forças armadas, o período não foi norteador por um pensamento único. Os militares que se sucederam no poder executivo central no pós-64 pertenciam a linhas de pensamento políticos diferentes e, por isso, segundo Cruz e Martins (1983 apud BORGES, 2003)<sup>95</sup>, a política era conduzida ora em direção à maior abertura, ora ao endurecimento do autoritarismo vigente.

Apesar das mazelas no campo político e às fragilidades impostas às liberdades civis, houve um período de crescimento econômico, ainda que à custa de grande endividamento externo e aprofundamento de desigualdades já existentes, denominado de “milagre brasileiro”.

Para Francisco de Oliveira<sup>96</sup>, não seria uma novidade que o país apresentasse taxas mais elevadas de crescimento no período da ditadura, pois isso já havia ocorrido sob o governo autoritário de Getúlio Vargas (1930-1945)<sup>97</sup>, com o diferencial que este procurou incorporar os trabalhadores em suas políticas de governo, ainda que pelo canal corporativista, mantendo-os, na medida do possível, sob o controle estatal. O governo militar procurou manter os trabalhadores também sob controle, porém totalmente alijados de suas políticas, com tratamento diferencial

---

<sup>94</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 16.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. In: **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 219-225.

<sup>97</sup> Eli Diniz também compartilha da ideia de que o capitalismo industrial alcançou maiores taxas de crescimento durante as ditaduras varguista (1937-1945) e civil-militar (1964-1985). DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 198-232.

para a classe patronal que dispunha de certos canais de acesso às políticas de governo após o golpe civil-militar.<sup>98</sup>

A fase do milagre econômico (1968-1973)<sup>99</sup> foi assim denominada devido às altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB. O estágio de desaceleração do crescimento ocorreu entre 1974 e 1980, justamente na época subsequente à crise mundial, já referida anteriormente. Entretanto, como afirma Cano<sup>100</sup>, mesmo no período de desaceleração o Brasil continuava expressando índices de crescimento<sup>101</sup>.

Ao mesmo tempo em que a economia se desacelerava, a política do arrocho salarial se tornava mais ativa, reduzindo o nível de vida da classe trabalhadora. A contenção dos salários reduziu fortemente seu peso nos custos industriais, e isto, junto com a inflação e a regressividade tributária, contribuiu para a concentração de renda pessoal [...].<sup>102</sup>

Apesar do crescimento apresentado no período, houve profundo agravamento na concentração de renda nas mãos de uma minoria, enquanto que os salários da maioria da população passaram por um drástico controle. Isso era a materialização na prática da máxima do período: “fazer o bolo crescer, para depois dividir”<sup>103</sup>.

Para contemplar a classe trabalhadora, melhor dizendo, a fim de reajustar os salários dos trabalhadores anualmente, mas sem criar pressões inflacionárias em demasia e excluindo-os da negociação, o governo instituído no pós-64 criou um mecanismo para recompor os salários tidos como “neutro”. Com essa medida, os

---

<sup>98</sup> Entretanto também para a classe patronal havia limitação de acesso às políticas de governo comparativamente ao governo de Getúlio Vargas, mas ainda assim estavam numa situação bem mais vantajosa que a classe trabalhadora.

<sup>99</sup> Existem divergências entre os autores consultados sobre o período designado para o milagre econômico. Wilson Cano (2004), adota o intervalo 1967-1974; Boris Fausto (1999) referencia o período 1969-1973; Rubens Penha Cysne (1994) defende o período 1968-1973; e Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp (2003) afirmam que o milagre ocorreu entre os anos de 1967 e 1974. Segundo dados do IBGE, o crescimento do PIB saltou de 4%, em 1967, para 10% no ano seguinte, chegando a 14% em 1973. A partir daí começou a decrescer. Para fins deste trabalho, utilizar-se-á, portanto, o marco 1968-1973, adotado pelo economista Rubens Penha Cysne, como delimitador dos anos do milagre econômico brasileiro.

<sup>100</sup> CANO, op. cit.

<sup>101</sup> Para Fernando Henrique Cardoso, isso ocorreu devido ao modelo de crescimento adotado pelo Brasil, qual seja, o de substituição de importações (CARDOSO, Fernando Henrique. Um mundo surpreendente. In: BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fabio (orgs). **Brasil Globalizado**. O Brasil em um mundo surpreendente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 3-62).

<sup>102</sup> CANO, op. cit., p. 233.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 230.

trabalhadores amargaram perdas salariais crescentes, uma vez que o cálculo proposto pelo governo subestimava o índice da inflação para o ano seguinte.<sup>104</sup>

Outra mudança implantada no período que afetou os trabalhadores urbanos foi a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em substituição à estabilidade adquirida. O surgimento desse fundo possibilitou ao governo ter a sua disposição uma fonte de arrecadação compulsória, enquanto que os empregadores puderam ter maior flexibilidade na contratação da mão de obra. Prado e Earp<sup>105</sup> indicam que o Programa de Integração Social - PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP também se constituíram em fontes de poupança compulsória para o governo. Esses recursos possibilitaram ao regime a execução de programas sociais, como o Plano Nacional de Habitação, via Banco Nacional de Habitação.

As medidas tomadas pelo regime militar vistas até aqui, como a compressão dos salários, o alijamento dos trabalhadores da cena política, a intervenção dos sindicatos, a decretação da lei antigreve<sup>106</sup>, podem dar a noção de como os militares enxergavam a força de trabalho nacional. Esta era importante para o progresso nacional, mas deveria manter-se disciplinada e ordeira, aceitando aquilo que lhe era atribuído (reajustes, FGTS, PIS, etc.). Porém não foi bem esse o rumo tomado por parcela dos trabalhadores no final da década de 1970, momento em que há um ressurgimento da luta dos trabalhadores motivada, em grande medida, pelas condições econômicas a que estavam submetidas.

Deve-se assinalar, contudo, que, apesar de seu sentido enfraquecimento, a ditadura militar ainda tentou conter a emergência do movimento dos trabalhadores da forma que pôde. Por exemplo, em breve o governo do general João Figueiredo (1979-1985) promoveria a intervenção em sindicatos (como o dos metalúrgicos do ABC paulista e dos bancários de Porto Alegre) e a prisão de militantes e direções sindicais, alguns inclusive processados pela Lei de Segurança Nacional (LSN).<sup>107</sup>

<sup>104</sup> PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: **O BRASIL Republicano. O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 215.

<sup>105</sup> Ibidem.

<sup>106</sup> Lei n. 4.330/64, em substituição ao Decreto-lei n. 9.070/46, que determinava as condições sobre as quais deveriam ocorrer as greves no país a partir de então. A nova lei contava com 32 artigos contra 16 da lei que veio substituir e garantia o direito à greve aos trabalhadores, impunha diversos empecilhos para a efetivação da mesma, como, por exemplo, que a deliberação da paralisação das atividades deveria ser feita em Assembleia Geral convocada pela entidade sindical, na qual haveria votação com mesa apuradora presidida por membro do Ministério Público do Trabalho.

<sup>107</sup> SANTANA, op.cit., p. 289.

Marco Aurélio Santana<sup>108</sup>, citando estudo de Francisco Weffort<sup>109</sup>, aponta que, ainda no ano de 1968, o Brasil teve duas importantes experiências de movimento de trabalhadores: as greves de Contagem e Osasco que mobilizaram 15.000 e 6.000 grevistas respectivamente.

A postura adotada pela ditadura militar também pode ser compreendida por meio da argumentação apresentada por Eli Diniz<sup>110</sup> de que uma boa parcela do empresariado nacional apoiou a derrubada do presidente João Goulart em 1964, tornando-se um dos pontos de apoio do governo instituído e também corresponsável pela implementação do projeto de modernização capitalista do país, aprofundando o processo de industrialização em curso desde a década de 1930.

De acordo com a socióloga Sônia Draibe<sup>111</sup>, embora as políticas sociais não ocupassem posição central na orientação dos governos militares, foi durante o período 1964-1985 que houve expansão do sistema de proteção social no Brasil. Afirma ainda que a concessão dessas políticas sociais serviu como moeda de troca no jogo político, não sendo esse um recurso exclusivo de democracias ditas populistas. Aduz que foi a partir de 1930 que o Brasil passou a integrar as políticas de bem-estar social, com aprofundamento em 1964, até 1977, quando iniciou um período de crise e ajustamento do sistema.

Durante o governo militar foram implantadas diversas medidas no campo social, abrangendo as áreas educacionais, trabalhista, previdenciária, habitacional, sanitária, etc. Para fins deste estudo, interessa especialmente aquelas que afetaram diretamente o cotidiano dos trabalhadores e, por isso, tratar-se-á especificamente dessas.<sup>112</sup>

---

<sup>108</sup> SANTANA, op. cit.

<sup>109</sup> WEFFORT, Francisco. **Participação e conflito industrial**: Contagem e Osasco, 1968. São Paulo: CEBRAP, 1972.

<sup>110</sup> Conforme Diniz (op. cit.), a postura do empresariado nacional não ocorreu da mesma forma durante todo o período do governo militar, tendo um caráter mais pragmático. Podia oscilar em apoio evidente ou numa posição mais cautelosa, especialmente no que dizia respeito à política de nacionalização da economia defendida pelos militares.

<sup>111</sup> DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-1984. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 274.

<sup>112</sup> Exemplos de medidas sociais no plano educacional foram os acordos MEC/USAID (1968) e a criação do MOBREAL (1970); na área da alimentação/nutrição, o Programa Nacional de Aleitamento Materno (1981); na área da saúde, em 1977, criou-se o INAMPS, e em 1975, o Programa de Assistência Farmacêutica (ibidem, p. 280).

O sistema previdenciário nacional sofreu profunda alteração no governo militar. De acordo com Draibe<sup>113</sup>, a mudança instituída tinha dois objetivos: o primeiro era de cunho político, pois se desejava excluir qualquer participação no sistema previdenciário “da oposição de partidos ou sindicatos, despolitizando, através da coerção explícita, o processo decisório”.

O segundo objetivo era pôr em prática a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), aprovada em 1960, mas que, por dificuldades impostas por quadros pertencentes aos institutos de aposentadorias (IAPs), ainda não havia sido implantada. Com a LOPS, o sistema tornar-se-ia unificado em todo o território nacional.

No ano de 1971, os trabalhadores rurais foram incorporados ao sistema previdenciário, ainda que com limitações, sem a contrapartida do recolhimento. Também, na década de 1970, outras categorias de trabalhadores foram integradas ao regime previdenciário, tais como empregadas domésticas, pescadores, garimpeiros, entre outros.

Conforme já acentuado neste trabalho, a partir de 1930, o país iniciou um processo de mudança de foco econômico, tornando-se cada vez mais industrializado e, em consequência, mais urbano. Isso produziu reflexos na configuração das cidades e na moradia dos trabalhadores, especialmente daqueles que migraram de áreas rurais. Sabe-se que a moradia é essencial para os seres humanos e é garantia contra intempéries, proteção e sociabilização para a família e lugar para o descanso nas horas de repouso da jornada de trabalho.

Assim, o surgimento do Sistema Nacional de Habitação e de seu órgão gestor — o Banco Nacional de Habitação — ambos em 1964, gerou impacto para políticas de urbanização no Brasil, uma vez que até então não havia, a não ser iniciativas esparsas e efêmeras<sup>114</sup>, financiamento da casa própria para uma camada da população que não dispunha de muitos recursos. Mas é preciso dizer que se houve financiamento habitacional destinado a uma população que anteriormente não tinha acesso, o sistema também contribuiu para a segregação urbana, conforme aponta Maricato.

---

<sup>113</sup> Op. cit, p. 282.

<sup>114</sup> Iniciativas como, por exemplo, as do SESI e dos IAPs.



[...] a atuação do Estado nesse período mostrou-se mais efetiva do que nas décadas seguintes, marcadas pela desregulamentação das políticas públicas e pelo recuo nos investimentos públicos. O Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e seu gestor, o Banco Nacional da Habitação (BNH), foram, na verdade, os organismos que mais impactaram o crescimento e o padrão de urbanização brasileira, disseminando o apartamento de classe média, fortalecendo os negócios de incorporação imobiliária e a indústria da construção. Com a habitação social localizada fora do tecido urbano, de um modo geral, o BNH e seu sistema financeiro não só contribuíram para segregar as camadas sociais de menor renda, como impediram o mercado de terras urbanas, potencializado pelos recursos do financiamento residencial oriundos da poupança privada (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE) e da poupança compulsória (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), de operar de forma sustentável.<sup>115</sup>

A fim de garantir retorno aos investimentos, o governo concentrou maiores esforços de financiamento nos setores com rendas mais altas da população, afastando-se de políticas destinadas às classes mais pobres. Por pressões sofridas, a partir de meados dos anos 1970, o sistema obrigou-se a desenvolver novos programas destinados às:

[...] camadas mais carentes, envolvendo lotes e serviços, casas-embrião e financiamento de material de construção: sucederam-se assim o Profilurb, Ficam, João-de-Barro, Promorar, entre 1975 e 1979. De outro, introduziu-se forte subsídio aos mutuários de renda média e alta, quando as correções das prestações passaram a estar ligadas a correções salariais, solução imposta pela crise e pelas altas taxas inflacionárias.<sup>116</sup>

Entretanto essas medidas não foram suficientes para conter a implosão do sistema que entrou em crise nos anos 1980 e teve seu término em 1986. O financiamento do SFH ocorreu por meio de depósitos de cadernetas de poupança e sobre a aplicação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), outra inovação do período e que gerou muita controvérsia e descontentamento por parte dos trabalhadores e sindicatos quando de sua instituição. O Fundo, destinado a fomentar uma poupança compulsória para os trabalhadores que ficassem desempregados, foi criado pela Lei 5.107/66, substituindo a estabilidade no emprego adquirida pelos trabalhadores que tivessem dez anos de empresa. A constituição do FGTS ocorreu por meio de contribuição compulsória aos empregadores de 8% sobre a remuneração.

---

<sup>115</sup> MARICATO, op. cit., p. 11-12.

<sup>116</sup> DRAIBE, op. cit., p. 288.

Assim como o FGTS, o Programa de Integração Social – PIS –, também era financiado pelos empregadores e gerava um abono salarial anual para os trabalhadores. Os programas das áreas sociais implantados no período em tela tinham por objetivo a despolitização dos sindicatos, partidos políticos ou quaisquer outros grupos que não fossem os militares e seus colaboradores mais diretos. Assim, essas medidas foram levadas a termo por especialistas técnicos das áreas sociais: a “tecnocracia moderna especializada” e apolítica<sup>117</sup>.

Com as informações acerca do período tratado e que corresponde ao marco proposto para o estudo do Concurso Operário Padrão, objeto desta pesquisa, compreende-se de que forma a ditadura militar que governou o país nos anos 1964-1985 tratava a questão do trabalho e dos trabalhadores nacionais. Conforme já mencionado, os trabalhadores tinham importância enquanto elemento propulsor da economia nacional, desde que enquadrados nos limites da ordem e da disciplina que o regime propunha para o país e sem um papel determinado nas políticas de governo.

---

<sup>117</sup> DRAIBE, op. cit., p. 290-291.

### 3 A CAMPANHA OPERÁRIO PADRÃO

Segundo o dicionário Houaiss, o substantivo **padrão** significa “base de comparação consagrada como modelo por consenso geral ou por determinado órgão oficial”. Traz ainda outro significado: “nível de exigência usado como base de julgamento”. Indica também como sinônimo desta palavra, o substantivo “modelo”<sup>118</sup>. Já o dicionário Aurélio informa que padrão é “o que serve de base ou norma para avaliação; medida”<sup>119</sup>.

A Campanha Operário Padrão foi criada inicialmente como um concurso – Concurso Motorista Padrão, em 1955, pelo jornal O Globo<sup>120</sup> e tinha objetivos modestos se comparado com edições posteriores que envolveram vários estados do Brasil e, conseqüentemente, muitas empresas e funcionários. Na edição deste periódico, de 7 de outubro de 1955, afirmava-se que “padrão deverá ser uma soma de índices, cabendo a cada indústria escolher o seu”. Afirmava ainda que,

Não haverá protocolos especiais ou de difícil execução. Ninguém deve estar mais interessado do que o homem de negócios em fomentar o bom exemplo entre seus funcionários. [...] com a boa vontade dos que trabalham e dos que os comandam, vão apontar, como exemplo, o nome e a história dos que vencem no trabalho, pela dedicação, competência e disciplina.<sup>121</sup>

No ano seguinte, em comemoração aos dez anos de criação do SESI, o concurso ocorreu em âmbito nacional, contando com a participação de doze Departamentos Regionais da instituição. Essa parceria foi episódica, relativa ao aniversário do SESI. Somente no ano de 1965, retomou-se a associação entre SESI e O Globo para a efetivação do concurso em esfera nacional.

Entende-se que o padrão ou o modelo a que se quer chegar com este concurso, uma vez que se premia um exemplo, dentro de um universo de muitos trabalhadores escolhe-se apenas um, é aquele definido pelos industriais. Algumas

<sup>118</sup> INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 disco. [CD-ROM].

<sup>119</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro : Positivo, 2010.

<sup>120</sup> O Jornal O Globo, fundado em 1925, na cidade do Rio de Janeiro, pelo jornalista Irineu Marinho, faz parte das Organizações Globo, sendo seu veículo de comunicação mais antigo. Até a década de 1970, era o principal meio de comunicação da empresa, quando foi substituído pela TV Globo. Ver: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

<sup>121</sup> O OPERÁRIO Padrão. **O Globo**. Rio de Janeiro, 7 out. 1955.

vezes o modelo não é o mesmo do trabalhador, mas pode haver aproximações. Nas páginas que se seguem, discorrer-se-á sobre o formato e o histórico do concurso, bem como a história da criação do Serviço Social da Indústria, importante para se entender a constituição desse modelo de trabalhador, uma vez que é o Sesi que impôs as regras do concurso a partir de 1965.

### 3.1 O JORNAL O GLOBO

O jornal O Globo foi o idealizador e o primeiro a organizar o concurso Operário Padrão, como já assinalado anteriormente. Progressivamente, o concurso, depois a campanha, foi tomando a forma do Sesi, que, em 1965, firmou acordo com o jornal para também promovê-lo. A partir daí, O Globo sempre esteve presente na campanha, desde seus primórdios até o final, mas em um papel secundário, responsabilizando-se pela divulgação do certame, enquanto as diretrizes gerais eram elaboradas pelo órgão empresarial. Segundo Bárbara Weinstein<sup>122</sup>, a iniciativa desse periódico, em criar um concurso voltado ao trabalhador, tinha como fundamento a “tentativa de tornar mais popular o jornal de direita”.

De acordo com o depoimento da coordenadora nacional do concurso, Sra. Aurea Fialho<sup>123</sup> sobre a presença do jornal no planejamento da campanha, após 1965, “ficou acertado que o Sesi assumiria [sua] estrutura, e ao jornal caberia a divulgação”<sup>124</sup>. Apesar disso, parece apropriado descrever brevemente o envolvimento desse veículo de comunicação no evento.

O jornal O Globo foi criado em 29 de julho de 1925, pelo pai de Roberto Marinho, Irineu Marinho, e foi o primeiro veículo de comunicação da família. Até a difusão da TV Globo, na década de 1970, o periódico era o veículo de comunicação mais importante das Organizações Globo, sendo, até a atualidade, um dos três jornais mais lidos no país e líder de circulação no Rio de Janeiro.<sup>125</sup>

<sup>122</sup> WEINSTEIN, op. cit., p. 351.

<sup>123</sup> Áurea Fialho foi coordenadora nacional do concurso de 1966 a 1982.

<sup>124</sup> FIALHO, Áurea. **Depoimento** [2 nov. 2009]. Entrevista concedida por mensagem eletrônica. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>125</sup> MATTOS, Sérgio, As Organizações Globo na mídia impressa. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 267-286.

Desde o seu surgimento, o diário em questão assumiu uma linha conservadora, tanto que, de acordo com Alzira Abreu<sup>126</sup>, no dia seguinte ao suicídio de Getúlio Vargas, o jornal não pôde circular, pois era crítico feroz do então presidente da República, já demonstrando para que lado da política pendia.

Na década de 1960, especialmente após a renúncia de Jânio Quadros, o panorama político nacional se acirrou e os veículos de comunicação não ficaram imunes a isso. O Globo, em 1964, foi um participante ativo nas ações que culminaram com o golpe civil-militar, apesar de Roberto Marinho ter recebido de João Goulart a segunda concessão para um canal de televisão.

Um fato significativo que identifica o jornal com grupos de apoio ao golpe, segundo Dreifuss<sup>127</sup>, é o auxílio à Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), destacada organização conservadora dos anos de 1960. Para o autor, a primeira reunião da organização “realizou-se no auditório de O Globo, no Rio, cuja rede de jornal e rádio assegurava a manutenção da CAMDE em evidência daí para adiante”.

Durante os anos de 1970, a imprensa escrita no Brasil dependia fundamentalmente dos anúncios pagos para se manter; e um dos maiores anunciantes era o próprio governo federal através de suas instituições e empresas<sup>128</sup>. Abreu coloca que, mesmo com grande interesse na criação de redes televisivas, os militares investiram maciçamente nos grandes jornais. Em grande medida, o período ditatorial foi benéfico para o grupo que controlava o jornal O Globo. Além do incentivo recebido pelo jornal, por meio dos anúncios, seu canal de TV recebeu altos investimentos devido a uma política do governo de integração nacional, e esse veículo servia a esse propósito.<sup>129</sup>

Portanto, desde os anos de 1950, da primeira edição do concurso organizado pelo jornal, até as décadas seguintes, esse veículo manteve uma posição política conservadora, bem como golpista. No âmbito da COP, O Globo, por manter esse posicionamento, especialmente até meados da década de 1970, esteve alinhado à proposta do concurso, que era exatamente a de difundir a imagem de um

<sup>126</sup> ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>127</sup> DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 296.

<sup>128</sup> ABREU, op. cit.

<sup>129</sup> ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

trabalhador exemplar de acordo com os pressupostos liberais burgueses (SESI) e também da própria ditadura.

A sua função estava essencialmente ligada à divulgação do evento no estado do Rio de Janeiro (sede da CNI e do SESI à época) e também nos estados em que contava com sucursal. Nas demais regiões, a propaganda era realizada pelos principais jornais locais; no Rio Grande do Sul, esse serviço era feito pelo jornal Zero Hora. Na premiação, oferecia aos vencedores nacionais uma medalha e um certificado, também “abria as portas de seus canais de comunicação” para a participação dos OPs em suas emissoras de rádio, e em menor medida, nos seus programas de TV. Entretanto isentava-se de arcar com quaisquer outras despesas, como, por exemplo, o pagamento de passagens dos operários.

Assim, para um maior entendimento das propostas e objetivos do concurso, é necessário analisar como se deu a participação dos empresários, ou seja, do SESI.

### 3.2 SESI: MAIOR PATROCINADOR DA CAMPANHA OPERÁRIO PADRÃO

Para compreender melhor a Campanha Operário Padrão é necessário entender seu principal gestor. Já foi citado anteriormente que o concurso fora criado pelo jornal O Globo, com uma proposta inicial de premiar o motorista padrão. Anos mais tarde, o Serviço Social da Indústria aliava-se àquele veículo de comunicação e tornou-se o “dono” da campanha, permanecendo O Globo como responsável pela divulgação do concurso.

O SESI, assim como o SENAI, é uma instituição de cunho privado de responsabilidade dos industriais. O SENAI foi criado em 1942, através de um decreto presidencial; e o SESI, em 1946. Apesar dos poucos anos que separam a instalação dos dois serviços, as conjunturas políticas de sua instalação são distintas.

O Decreto-lei que criou o SESI, de n. 9.403/46, em seu preâmbulo, atribui “à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria”, ao passo que, no decreto de instauração do SENAI, a criação ocorre pelo próprio governo instituído. Isso parece um indicativo de que o empresariado já havia conquistado um espaço de manobra um pouco mais amplo junto ao governo em relação ao que havia quatro anos antes. Há de se considerar também que, no período no qual fora instituído o SENAI, vivia-se, no Brasil, uma

ditadura; já em 1946 se vivenciava um período democrático. Partindo dessa breve contextualização histórica, analisar-se-á, a seguir, um pouco da criação do principal agente patrocinador da Campanha Operário Padrão, o SESI.

Como já mencionado, o SESI, assim como seu congênere do comércio, o SESC, fora criado por um decreto. Sua sistematização e regulamentação ocorreu pelos agentes patronais por meio da Confederação Nacional da Indústria e das Federações Regionais. Mas qual o interesse dos empresários em criar mais uma instituição voltada para seus funcionários, uma vez que já haviam criado anos antes, em 1942, as escolas do SENAI cujo ônus de seu funcionamento recaía totalmente sobre a indústria e suscitavam numerosas queixas?

Em 1945, o Brasil, assim como o resto do mundo, observou o fim da Segunda Guerra Mundial, bem como todos os problemas e transformações que o fim de uma guerra de tais proporções pode acarretar. Mas, além disso, passava também pelo fim de um período político marcado por uma ditadura. Essa ditadura concedeu aos empresários algumas benesses, como, por exemplo, o controle do operariado e a manutenção do Partido Comunista na ilegalidade. Isso, se não impedia, ao menos coibia agitações operárias. Com o fim desse regime e o retorno democrático, os empresários viram-se preocupados com questões sociais que pudessem ameaçar a produtividade econômica.

Em dissertação de mestrado, Betania Figueiredo refere que, em 1945, uma série de movimentos grevistas preocupava o setor industrial, o que contrariava o clima de paz e harmonia desejado por eles<sup>130</sup>. Nesse mesmo sentido, Marcelo Badaró Matos indica que a redemocratização, após o fim do Estado Novo, significou uma retomada das atividades sindicais. Exemplo disso é a criação, ainda em 1945, do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT)<sup>131</sup>.

Dessa forma, pode-se deduzir que aquilo que o setor produtivo desejava efetivamente não era um clima de paz e de harmonia entre as classes, mas sim um ambiente propício à produção plena, sem entraves sociais. Assim, em maio de 1945, ocorreu a primeira Conferência Nacional das Classes Produtoras – I CONCLAP, em

---

<sup>130</sup> FIGUEIREDO, Betania Gonçalves. **A criação do SESI e do SESC: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio**, 1991. 221fls. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

<sup>131</sup> MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Teresópolis, convocada pela Confederação Nacional da Indústria e pelas Associações Comerciais do Brasil.<sup>132</sup>

O primeiro CONCLAP, também conhecido por Congresso de Teresópolis, reuniu representantes de associações da indústria, comércio e também da agricultura, as chamadas classes produtoras do país. Dessa conferência resultou um documento denominado *Carta Econômica de Teresópolis*<sup>133</sup>, que concebeu as linhas de ação que as classes produtoras deveriam seguir nos anos sucessivos. O documento final estava dividido em três partes: “uma declaração de princípios dos congressistas, uma definição dos objetivos a serem atingidos por um planejamento econômico nacional, e propostas concretas para esse planejamento dentro das diferentes áreas da economia”<sup>134</sup>.

Além dos objetivos supraelencados, almejava-se também a *Paz Social* por meio de uma relação de concórdia entre as classes sociais, leia-se patrões e empregados. Um meio para alcançar essa desejada harmonia seria a criação de um sistema de assistência social para os trabalhadores que viesse a substituir a ação do Estado e, principalmente, a ação sindical.

Após a primeira Conferência realizada em 1945, ocorreram mais três encontros das classes produtoras, a saber, em Araxá (1949), na cidade do Rio de Janeiro (1972) e em Brasília (1977).

Derivada da Carta de Teresópolis, a Carta da Paz Social, documento que lança a ideia da criação do SESI, conforme a indicação da maioria dos autores consultados, afirma a importância de empregadores e empregados agirem em conjunto a fim de buscarem um clima de “sólida paz social”. O documento reconhece a necessidade de se aumentar a renda e de melhor distribuí-la pelo melhor planejamento econômico.<sup>135</sup>

---

<sup>132</sup> O número de representantes da I CONCLAP é divergente entre os autores consultados. Ana Paula Balthazar dos Santos indica a participação de aproximadamente 600 associações. Já Eduardo Bueno refere a participação de 680, e Betania Gonçalves Figueiredo destaca a participação de 800 associações (SANTOS, Ana, op. cit.; FIGUEIREDO, op. cit.; BUENO, Eduardo. **Produto Nacional: Uma história da indústria no Brasil**. Brasília: CNI, 2008).

<sup>133</sup> Esse documento, posteriormente, foi denominado de Carta Econômica das Américas, na terceira reunião do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, em Montevidéu.

<sup>134</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 23 maio 2010.

<sup>135</sup> Segundo Ricardo Bielschowsky, a Carta de Teresópolis foi, provavelmente, escrita por Roberto Simonsen. A Carta da Paz Social deriva desta primeira. As ideias constantes dos dois documentos de planejamento econômico, de distribuição de renda e, principalmente, de incremento da industrialização brasileira devem-se ao fato de que Simonsen, conforme Bielschowsky, era um



O documento propõe a criação de um Fundo Social “a ser aplicado em obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias e em assistência social geral”<sup>136</sup>. Esse fundo, de posterior sistematização, seria concretizado por meio de contribuições de empresas.

Conforme mencionado, o documento dirige-se a empregadores e empregados (estes são os termos utilizados). Além de diretrizes gerais visando à harmonia social, a fim de desenvolver as forças produtivas, o texto propõe determinadas ações para empresários e trabalhadores. No que diz respeito aos primeiros, além do incentivo à educação profissional, racionalização dos processos de trabalho e a melhoria de equipamentos, chama a atenção um item dedicado à instituição de prêmios dados aos trabalhadores por sua eficiência e esforço<sup>137</sup>. Essa ideia foi levada a termo, alguns anos mais tarde, com a premiação do Operário Padrão.

Cabia aos empregados, segundo a Carta, uma boa parcela de responsabilidade para a efetivação da paz social. As recomendações contidas neste documento guardam muitas semelhanças com os requisitos solicitados no concurso que anos mais tarde o SESI promoverá, conforme pode-se ver na sequência:

Aos empregados como contribuição efetiva à obra de conagraçamento e cooperação que se tem vista, caberá, individual e coletivamente, empregar todo seu esforço no melhoramento da produção, e cooperar, por todos os meios ao seu alcance, no plano de expansão econômica do país. Para isso, procurarão mais especialmente:

Contribuir, com ação adequada, no sentido de ser reduzida ao mínimo possível a instabilidade no emprego e a falta de assiduidade no trabalho.

Evitar desentendimentos prejudiciais à cordialidade que deve existir entre patrões e empregados ou trabalhadores entre si.

Zelar pela conservação das instalações das empresas e dos instrumentos de trabalho.

Cooperar para que reine a necessária disciplina na execução do trabalho.

Procurar aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, frequentando os cursos do SENAI e do SENAC ou outros que vierem a ser organizados nas empresas.

Procurar incentivar a produtividade individual, fator preponderante para aumento da riqueza nacional.<sup>138</sup>

---

desenvolvimentista do setor privado (classificação cunhada pelo próprio autor), opondo-se as concepções liberais da época, defendidas, por exemplo, por Eugenio Gudín (BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000).

<sup>136</sup> Carta da Paz Social. In: SANTOS, Ana, op. cit.

<sup>137</sup> Ibidem.

<sup>138</sup> Ibidem.

Oportunamente, ressalta-se que este documento, elaborado pela liderança empresarial da época, é um texto que propugnava a sintonia entre as classes, mas que não revelava as discordâncias existentes no próprio seio da classe empresarial. Não é difícil supor que nem todos os empresários fossem do setor industrial ou da área comercial, aceitariam mais uma cobrança para manutenção de um sistema de assistência social para seus empregados, ainda que isso lhes beneficiasse. Experiência como esta já foi vista na implantação do SENAI, que foi defendida pelo setor de vanguarda, enquanto que outros empresários, especialmente os das indústrias menores, viram-se insatisfeitos com a medida. Há fortes indicações de que sem a colaboração do governo federal seria muito mais difícil essa implantação, pois foi necessário um ato administrativo do Estado – um decreto-lei, para que o SESI fosse criado.

A manutenção do novo Serviço Industrial ocorreria, basicamente, por meio de contribuições compulsórias, a exemplo do que já ocorria com o SENAI, recolhidas mensalmente dos estabelecimentos vinculados ao Sistema mediante guias de recolhimento previdenciário.<sup>139</sup>

Considerando os fins sociais visados pelo Poder Público ao instituí-las, tais contribuições são denominadas parafiscais e as entidades delas destinatárias são doutrinariamente denominadas de entes de cooperação, ou seja, que atuam ao lado do Estado em busca do desenvolvimento econômico e social do país.<sup>140</sup>

---

<sup>139</sup> Na época de criação do SESI, a contribuição mensal das empresas ao Serviço era de 2% sobre o montante da remuneração paga pelo estabelecimento. Atualmente, o percentual de contribuição é de 1,5%. Estão sujeitos à contribuição todos os estabelecimentos industriais vinculados à CNI, além dos estabelecimentos ligados a transportes, comunicações e pesca. De acordo com Castioni, “as contribuições ao Sistema S são originárias da tributação de um percentual da folha de pagamento das respectivas categorias econômicas a que os sistemas pertencem, recolhida ao Ministério da Previdência Social por intermédio das GRPS e repassadas às respectivas entidades do sistema. Os valores são de 1% da folha de pagamento, no caso das empresas industriais para o SENAI e ainda mais 1,5% para as atividades sociais do sistema, a cargo do SESI, totalizando 2,5%. O mesmo ocorre com as empresas comerciais e de serviços que recolhem para o SENAC e SESC e com o setor de transportes para o SENAT e SEST. Na agricultura, o SENAR recebe recursos da contribuição de 2,5% sobre o faturamento das propriedades rurais. Para o SEBRAE, a contribuição é de 0,6% da folha de pagamento de todas as empresas em todos os setores da atividade econômica.” Ainda segundo o autor, cabe ao Ministério do Trabalho a aprovação dos orçamentos dos órgãos do Sistema S, exceto o SEBRAE, que tem seu orçamento anual aprovado pelo Ministério da Indústria e Comércio (CASTIONI, Remi. **O sistema de proteção ao trabalho no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 58).

<sup>140</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Manual de Orientação ao contribuinte da Indústria**. CNI: Brasília, 2008, p. 9.

Pode-se referir que a Carta da Paz Social seria o arcabouço teórico para a criação dos sistemas de assistência social. Necessitava-se então de decisões e ações de caráter prático para levar o projeto adiante. Antecedendo o decreto de criação do SESI, alguns presidentes de federações industriais enviaram ao governo federal, em 9 de maio de 1946, um pedido para criação do SESI<sup>141</sup>, nos mesmos moldes do SENAI. Entre as várias justificativas de sua criação, chama a atenção a de “desenvolver, cada vez mais, o espírito de solidariedade humana e o bem-estar social dos trabalhadores, **defendendo-os contra os males deletérios de ideias políticas malsãs**” (grifo nosso)<sup>142</sup>.

[...] em junho de 1946 o Marechal Eurico Gaspar Dutra, em resposta a pressões pessoais de Roberto Simonsen e Morvan Dias de Figueiredo, líderes da FIESP e da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, assinou um decreto criando o Serviço Social da Indústria – SESI, com o objetivo, a longo prazo, de combater o reaparecimento de organizações autônomas entre as classes trabalhadoras e de construir no seio do operariado urbano uma base ideológica e de comportamento político em consonância com uma sociedade industrial capitalista.<sup>143</sup>

Cabe mencionar, ainda, que a implantação de um sistema destinado à assistência social dos operários não era algo extraordinário. Figueiredo aponta que na Europa, na primeira metade do século XX, mais especificamente no período entre guerras e no pós-guerra, essa era uma prática em voga:

Não se tratava mais de uma assistência aos pobres e mendigos, ou de assistência setorializada de acordo com os interesses específicos deste ou daquele empresário. Tratava-se de uma assistência patrocinada pelo Estado, pela Igreja e pelos empresários, em alguns casos com atividades conjuntas, direcionada de maneira estruturada, para o mundo do trabalho.<sup>144</sup>

O SESI, assim como o SENAI, foi idealizado por um grupo de líderes empresariais. E para sua plena efetivação era necessária cobrança de taxa compulsória das empresas, o que suscitou vários descontentamentos entre muitos

<sup>141</sup> Segundo Antonia Colbari, o anteprojeto de lei do Serviço Social da Indústria foi formulado pelo Professor Antonio Ferreira Cesarino Júnior, por solicitação de Roberto Simonsen. Cesarino Júnior foi professor de Direito da USP e fundou, em 1950, a Sociedade Internacional de Direito do Trabalho. COLBARI, op. cit.

<sup>142</sup> ATA da reunião do Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Indústria, 1 de julho de 1946. In SANTOS, Ana, op. cit.

<sup>143</sup> DREIFUS, op. cit., p. 29.

<sup>144</sup> FIGUEIREDO, Betania Gonçalves. **A criação...**, p. 26.

empresários que, de início, não aprovaram esse projeto.<sup>145</sup> Mais uma vez a garantia da cobrança veio com o apoio estatal, embasado no artigo que criou o Sistema. De qualquer forma, não parece ter havido unanimidade sobre a criação desse órgão, mesmo tendo transcorrido décadas de seu surgimento. Em 1976, trinta após a criação do Serviço, o procurador geral da entidade no Rio Grande do Sul iniciava seu texto sobre as origens, objetivos e vantagens do SESI, mencionando essas insatisfações.

Vez por outra, ouvem-se referências e comentários, formulados por dirigentes de empresas contribuintes do SESI, em que é posta em questão a rentabilidade social da atuação da entidade, mais especificamente, se indaga quais as vantagens que auferem as empresas mantenedoras em troca dos recursos mensalmente recolhidos. Dar-nos-emos por satisfeitos se, ao final destes comentários, logramos desfazer algumas dessas dúvidas e, assim, propiciarmos uma adesão mais consistente à filosofia de ação do SESI.<sup>146</sup>

Implantado o SESI, sua estrutura administrativa aproveitou a experiência advinda pelo SENAI, como se pode observar no esquema apresentado a seguir:

---

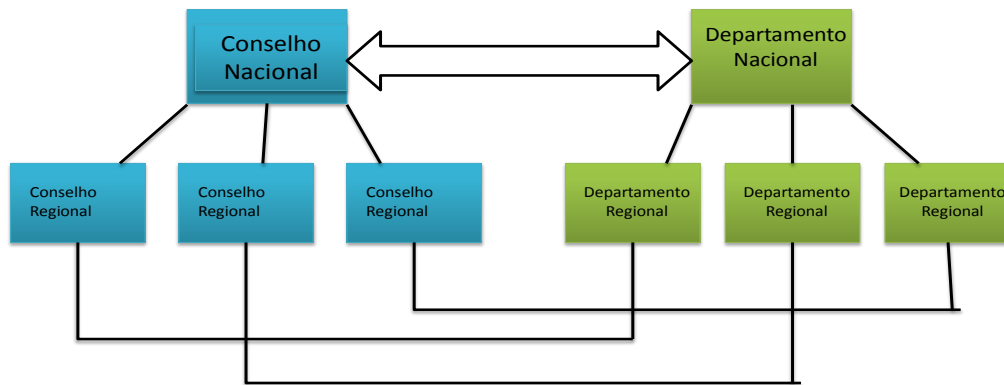
<sup>145</sup> Essa assertiva ficou evidente na bibliografia consultada, mas podemos traçar um paralelo com o caso do SENAI pesquisado anteriormente na dissertação de mestrado. Ver CAMPOS, Daniela. **O ensino profissional no Brasil e a criação do SENAI: o caso do Rio Grande do Sul**, 2004. 166fls. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2004.

<sup>146</sup> SESI RS. **Sesi: Objetivos**. Porto Alegre: Sesi, 1976, p. 1.

Figura 1 - Organização do SESI

## Organização do SESI

Conforme Decreto 57.375 de 2 de dezembro de 1965



Fonte: A autora (2012)

Mesmo sendo instituição de caráter privado, o SESI sofria certa interferência governamental. Fato que comprova isso é que, logo após a sua implantação, o governo federal promulgou um novo decreto declarando que o presidente do Conselho Nacional do SESI seria nomeado pelo Presidente da República. No entanto, esse ato do governo não deveria causar danos aos planos traçados pelos industriais. Além disso, já em 1946, um proeminente industrial, Morvan Dias Figueiredo<sup>147</sup>, tornou-se Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o que muito auxiliou para a consecução dos objetivos dos empresários, numa aproximação até então não vista, como afirma Weinstein:

Nos vinte meses em que Morvan foi ministro do Trabalho, o ministério sistematicamente substituiu líderes sindicais eleitos por diretores nomeados, adiou eleições sindicais continuamente e restabeleceu o princípio de que só os não comunistas poderiam ocupar postos nos sindicatos. O governo federal não apenas condenou o partido Comunista, legalizado por um breve período, à clandestinidade, mas também afastou seus membros e simpatizantes da liderança do movimento operário. Foi Morvan quem supervisionou esse aspecto da cruzada anticomunista.<sup>148</sup>

<sup>147</sup>O pernambucano Morvan Dias Figueiredo foi ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de 1946 a 1948 e presidente da FIESP de 1948 a 1950. Juntamente com seu irmão, fundou a firma Nadir Figueiredo e Cia, voltada para indústria e comércio de vidros, louças, metais e porcelanas; com Roberto Simonsen, foi um dos idealizadores do SESI. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 23 maio 2010.

<sup>148</sup> WEINSTEIN, 2000, p. 166.

Como já mencionado, o clima após a Segunda Guerra Mundial não se configurava como muito favorável à indústria. Já para os trabalhadores, era uma época que poderia representar alguma esperança em relação ao alcance de alguns objetivos, uma vez que poderia ser retomada a luta sindical com o Partido Comunista agindo na legalidade novamente. Os empresários estavam atentos para essas condições. E o governo do General Dutra, por sua vez, agiu reprimindo o movimento operário e colocando novamente o PCB na ilegalidade, o que, pode-se facilmente presumir, deixou satisfeita a classe empresarial.

Mas a força bruta não podia ser a única a agir na busca pela “paz social”; era necessário dar certa polidez nas ações repressivas. Nesse sentido, no preâmbulo do decreto-lei que criou o Serviço Social da Indústria, menciona-se “as dificuldades que os encargos de após-guerra têm criado na vida social e econômica do país, com intensas repercussões nas condições de vida da coletividade, em especial das classes menos favorecidas”, e ainda que esse “programa, incentivando o sentimento e o espírito de justiça social entre as classes, muito concorrerá para destruir, em nosso meio, os elementos propícios à germinação de influências dissolventes e prejudiciais aos interesses da coletividade”.<sup>149</sup>

Atendo-se ainda ao texto do decreto, o Art. 1º informa a finalidade do novo organismo, ligado ao bem estar dos trabalhadores, “concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes”. Transparece numa lei federal o mesmo tom de um documento de classe, a propalada solidariedade entre os diferentes segmentos sociais que propunha Roberto Simonsen e seus aliados na Carta de Teresópolis e na Carta da Paz Social.

Já no primeiro parágrafo do Art. 1º, afirma-se que o SESI deverá trabalhar em proveito dos salários reais dos trabalhadores, por meio da melhoria das condições de vida. Isso acabava por retirar a função precípua dos sindicatos. Assim, para os idealizadores e para aqueles que dirigiam o SESI era importante atuar não só sobre o operário em si, mas sobre sua família também. Essa atuação consta do Regulamento do SESI e pode ser verificada nos seus programas, cursos e atividades de lazer.

---

<sup>149</sup> DECRETO-LEI nº. 9403 de 25 de junho de 1946.

### 3.3 A DOCTRINA DA PAZ SOCIAL

Segundo Bárbara Weisntein, “estamos mais habituados a discutir as visões utópicas dos oprimidos que os milenares anseios dos poderosos”<sup>150</sup>. Entretanto, para o entendimento da criação de um organismo como o SESI e de uma campanha como a Operário Padrão, é importante entender qual a concepção de sociedade modelar que os industriais almejavam. Muitas dessas ideias estão contidas na referida Carta da Paz Social.

O que se propunha, com base na Democracia Cristã, era uma economia baseada em um capitalismo de bem-estar, diferentemente de um Estado de Bem-Estar Social, a exemplo de países de economia capitalista mais avançada. Tal sociedade ideal, na ótica desses industriais, entre os quais se destacava Roberto Simonsen, concretizar-se-ia pelo combate à pobreza, com melhoria na produção industrial.

Diferentemente pensavam muitos operários que, durante o período da guerra, foram submetidos a muitos sacrifícios de ordem política e econômica e, agora, com o final do conflito, desejavam uma melhoria de vida. Muitos desses trabalhadores acreditavam que a melhoria somente adviria com reivindicação e com uma postura de não alinhamento aos industriais.

O discurso sobre os sindicatos defendido na Carta é de apoio e de ampla liberdade de ação:

[...] 10) Completando o conjunto de medidas constantes desta Carta, empregados e empregadores farão sentir ao Estado a necessidade das seguintes providências:

[...]

f) medidas que assegurem aos sindicatos ampla autonomia, quer quanto à escolha e destituição de seus dirigentes, quer quanto à administração dos fundos sociais, sem prejuízo da fiscalização do Estado.

Todavia o que ocorre de fato é que os industriais não apoiavam os sindicatos. Por meio do SESI, procuravam agir cooptando os trabalhadores com os serviços ofertados pela instituição, desse modo, tentando aproximar mais o trabalhador do

---

<sup>150</sup> WEINSTEIN, 1995, p. 162.

mundo empresarial, isto é, de suas concepções de trabalho e de vida, ao passo que procurava afastar o operário da convivência sindical.

No mesmo sentido, o próprio governo federal não se mostrava muito afeito a concessões aos operários. Apesar de democrático, o governo Dutra executou mais de quatrocentas intervenções em entidades sindicais operárias<sup>151</sup>. Mesmo propagando um discurso de harmonia, os empresários não se opuseram a essa prática, que estava em consonância com o clima da época, de início da Guerra Fria.

Ainda em 1946, ano de criação do SESI, Morvan Dias de Figueiredo foi escolhido para ocupar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como já citado anteriormente. Esse industrial ficou conhecido como o ministro da “paz social”, título conferido pelos industriais de São Paulo. Como um dos idealizadores do SESI, acreditava que essa instituição cumpria plenamente a função social e assistencial para com os operários. Além de supervisionar a cruzada anticomunista entre os sindicatos dos trabalhadores, em sua gestão como ministro, o salário mínimo não percebeu nenhum aumento<sup>152</sup>.

Sendo um dos mentores e grande defensor da entidade, Roberto Simonsen enxergava no SESI possibilidade real de integração entre as classes e entre os próprios empresários na busca pela harmonia social, como demonstra a fala a seguir:

O que ressalta desse movimento é a integração de 100 mil patrões numa campanha humanitária. O SESI foi inspirado na filosofia social cristã e é uma obra realmente inédita entre nós. Não trará ônus ao poder público, embora se destine a trabalhar em estreita colaboração com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.<sup>153</sup>

No mesmo sentido, Euvaldo Lodi, presidente da CNI, ao ressaltar os aspectos positivos da assistência proporcionada pelo SESI, condenava aquela praticada pelos sindicatos de inspiração marxista, invocando ainda o humanismo cristão:

Esse ajudar o trabalhador a ajudar-se faz que a assistência não seja repelida ou encarada sob o aspecto em que a propaganda marxista desejaria focalizá-la. Para nós, enfim, este é o humanismo cristão que, [...], nos permite restituir o homem ao trabalhador. Tudo está em que nós, os empregadores, não vejamos primeiro o operário como instrumento de

---

<sup>151</sup> MATOS, op. cit.

<sup>152</sup> WEINSTEIN, op. cit.

<sup>153</sup> SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA [s.d.] apud, SANTOS, A., op. cit., p. 13.



produção, antes o homem que edifica sua personalidade no trabalho, comum a ele e a nós.<sup>154</sup>

Ainda em 1946, Simonsen, aos jornalistas paulistas, afirmava que o “SESI foi inspirado na filosofia social cristã e é uma obra realmente inédita entre nós”<sup>155</sup>. Empresariado industrial e Igreja Católica unem seus esforços para a efetivação de um ideal comum: o combate ao comunismo, visto como pernicioso por diferentes motivos, para uns e outros, caso exercesse influência nos trabalhadores brasileiros. A Democracia Cristã, para os industriais adeptos a ela, era considerada como uma opção razoável, uma alternativa ao liberalismo e ao socialismo.

Era a “Terceira Via” democrata cristã, uma espécie de corpo doutrinário ideológico inspirado nos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja e portador de soluções políticas distintas das oferecidas pelo liberalismo individualista e pelo comunismo coletivista.<sup>156</sup>

Com o fim do governo Dutra e a complexidade da política social dos governos que o sucederam até o golpe civil-militar de 1964, tornou-se mais difícil, para a classe empresarial, propagar o discurso da paz social, conquanto esse ainda fosse utilizado. Ressalta-se também que seu maior defensor, Roberto Simonsen, havia morrido em 1948.

No âmbito do SESI, a ideia continuou a ser divulgada durante muito tempo e enfatizava certos aspectos conforme o contexto político: combate ao comunismo, organização racional do trabalho (fábrica como espaço ideal), segurança nacional. O trecho a seguir, do livro de Antonia Colbari, define com muita precisão o que foi a doutrina da Paz Social e como ela agiu em relação aos trabalhadores nacionais:

A doutrina da paz social, tão propalada pelas elites políticas e econômicas, estimulou uma concepção corporativa da ordem social que negava o conflito pela afirmação da grandeza da comunidade nacional. A exclusão do conflito social servia para manter intocável o ideal de sociedade hierárquica e harmônica, na qual a ordem coletiva se sobrepunha aos indivíduos: uma ideologia que encobria a privatização das agências do Estado pelos interesses econômicos dominantes e legitimava a repressão ao movimento operário para mantê-lo aprisionado nos marcos do sindicalismo corporativo.<sup>157</sup>

<sup>154</sup> SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, [s.d.] apud, SANTOS, A., op. cit., p. 14.

<sup>155</sup> SESI RS. **Sesi**: Objetivos. Porto Alegre: Sesi, 1976, p. 23.

<sup>156</sup> BUSETTO, Aureo. **A Democracia Cristã no Brasil**: princípios e práticas. São Paulo: UNESP, 2002, p. 15.

<sup>157</sup> COLBARI, op. cit., p. 258.

### 3.4 DE OPERÁRIO PADRÃO A OPERÁRIO BRASIL

Contemplada a investida empresarial de agir sobre o operário e, de forma mais global, também sobre sua família, com a criação do SESI, encaminha-se a discussão sobre a Campanha Operário Padrão. Nesta parte do trabalho, abordar-se-á o Concurso em si e não os operários vencedores.

A Campanha nasceu em 1955, como iniciativa exclusiva do jornal O Globo<sup>158</sup>, para premiar o Motorista Padrão, sendo uma campanha que abrangia somente o Rio de Janeiro.

Quando o Globo lançou a campanha “Motorista Padrão”, dava o primeiro passo no sentido de promover a educação profissional nos diversos planos de atividades, através da exaltação dos bons, que se encontram em todos os meios, pondo em evidencia o exemplo construtivo, para estímulo aos demais. Esse programa prossegue pacientemente, a surpreender todas as categorias, propiciando as entregas dos prêmios RPM, as cenas mais comoventes, com os mais calorosos e sinceros aplausos, que animam O GLOBO a estender essa campanha, de acordo com os projetos iniciais, a outros setores de trabalho. O objetivo permanece o mesmo: descobrir e revelar os “padrões”, que, felizmente para nós são muitos, entre os que trabalham. “Padrão” deverá ser uma soma de índices, cabendo a cada indústria escolher o seu. Não haverá protocolos de difícil execução. Ninguém deve estar mais interessado do que o homem de negócios em fomentar o bom exemplo entre seus funcionários. [...] com a boa vontade dos que trabalham e dos que os comandam, vão apontar, como exemplo, o nome e a história dos que vencem no trabalho, pela dedicação, competência e disciplina.<sup>159</sup>

Ainda sobre o surgimento da campanha, Antonia Colbari lembra que a mesma foi idealizada pelo jornalista Walter Poyares<sup>160</sup>, com o objetivo de “modificar a imagem do trabalhador operário”, uma vez que este “somente aparecia diante da opinião pública envolvido em fatos negativos, acidentes, crimes e outros infortúnios, reforçando os estereótipos e os preconceitos nas representações do trabalhador brasileiro, formuladas pelos diferentes segmentos da sociedade”.<sup>161</sup>

<sup>158</sup> Conforme WEINSTEIN (op. cit.), o jornal, por meio desse concurso, procurava se tornar mais popular.

<sup>159</sup> O OPERÁRIO Padrão. **O Globo**. Rio de Janeiro, 7 out. 1955.

<sup>160</sup> Além de atuar com o consultor em várias empresas, Walter Poyares foi assessor da presidência de O Globo e da Rede Globo de Televisão.

<sup>161</sup> COLBARI, op. cit., p. 87.

Durante o primeiro Encontro de Coordenadores da Campanha Operário Padrão, realizado em abril de 1979, Poyares, em palestra proferida aos coordenadores, afirmou que, desde que a campanha fora lançada, houve a preocupação, da parte do jornal, para que

[...] esse movimento não fosse uma espécie de concurso para medir matematicamente qualidades, mas fosse o resultado de uma apuração de virtudes no trabalho, na convivência, e também representasse o consenso de companheiros, isto é, que emergisse com a forma de uma liderança natural, isto é, aquele que é apoiado pelos demais como sendo capaz de representar a todos como trabalhador, o sujeito que trabalha, como peça do mecanismo da criação da riqueza local, da riqueza nacional, da riqueza do país.<sup>162</sup>

Em 1956, comemorando dez anos de seu surgimento, o SESI propôs ao jornal participar da campanha e fazer com que ela tivesse abrangência nacional. Participaram, naquele ano, doze operários de diferentes estados.<sup>163</sup> Entre os anos de 1957 a 1964, o concurso foi realizado sem o envolvimento do SESI, a encargo apenas do jornal O Globo, mas, conforme documento elaborado por pessoas envolvidas com o concurso, a Federação das Indústrias do Distrito Federal sempre apoiou a iniciativa, premiando o operário escolhido com um diploma da Federação.<sup>164</sup>

Em 1965, firmou-se o acordo definitivo entre o SESI e o Globo para a promoção do concurso anualmente, tornando a campanha nacional. Segundo Weinstein, após 1964, o SESI pouco renovou em programas e ações voltadas ao trabalhador. Sua inserção no concurso para premiar um operário modelo foi uma das poucas inovações implantadas após o golpe militar, pois o contexto político favorecia esse tipo de investida. Para a entidade empresarial, essa Campanha se configurava num “veículo conveniente para um discurso que enfatizava o esforço individual e a cooperação com o patrão como a chave da ascensão social para os operários”<sup>165</sup>.

Ficou acordado que o SESI se responsabilizaria pela estrutura da campanha, enquanto o jornal cuidaria da divulgação. E, dessa forma, ocorreu até 1987. Nesse ano, o concurso passou a denominar-se Operário Brasil.

---

<sup>162</sup> SESI. I Encontro de Coordenadores da Campanha Operário Padrão. Rio de Janeiro, abril de 1979, s/p.

<sup>163</sup> COLBARI, op. cit.

<sup>164</sup> BARROS, Péricles. **Reconstituição Histórica**. Rio de Janeiro: SESI, 1992.

<sup>165</sup> WEINSTEIN, 2000, p. 351.

Em 1986, a expressão “padrão” foi retirada do título da Campanha, revelando a preocupação de sintonizá-la melhor com as representações presentes no imaginário dos operários. A despeito do consentimento das cúpulas para as inovações sugeridas e implantadas pelos técnicos, o discurso empresarial revela a permanência do atrelamento do evento a uma concepção de trabalhador exemplar, que deve ser fixada no imaginário social. Esse fato revela o descompasso entre os valores e as demandas dos órgãos diretores do Sesi, cuja cúpula confunde-se com a das entidades classistas empresariais (o diretor do Sesi nacional é o presidente da CNI, e o do Sesi regional é o presidente da Federação das Indústrias nos estados), e os valores das demandas do seu quadro técnico. Estes, por serem mais independentes dos interesses empresariais, tentam dar significado ao evento, mais pela homenagem ao trabalhador que pelo destaque de suas virtudes exemplares.<sup>166</sup>

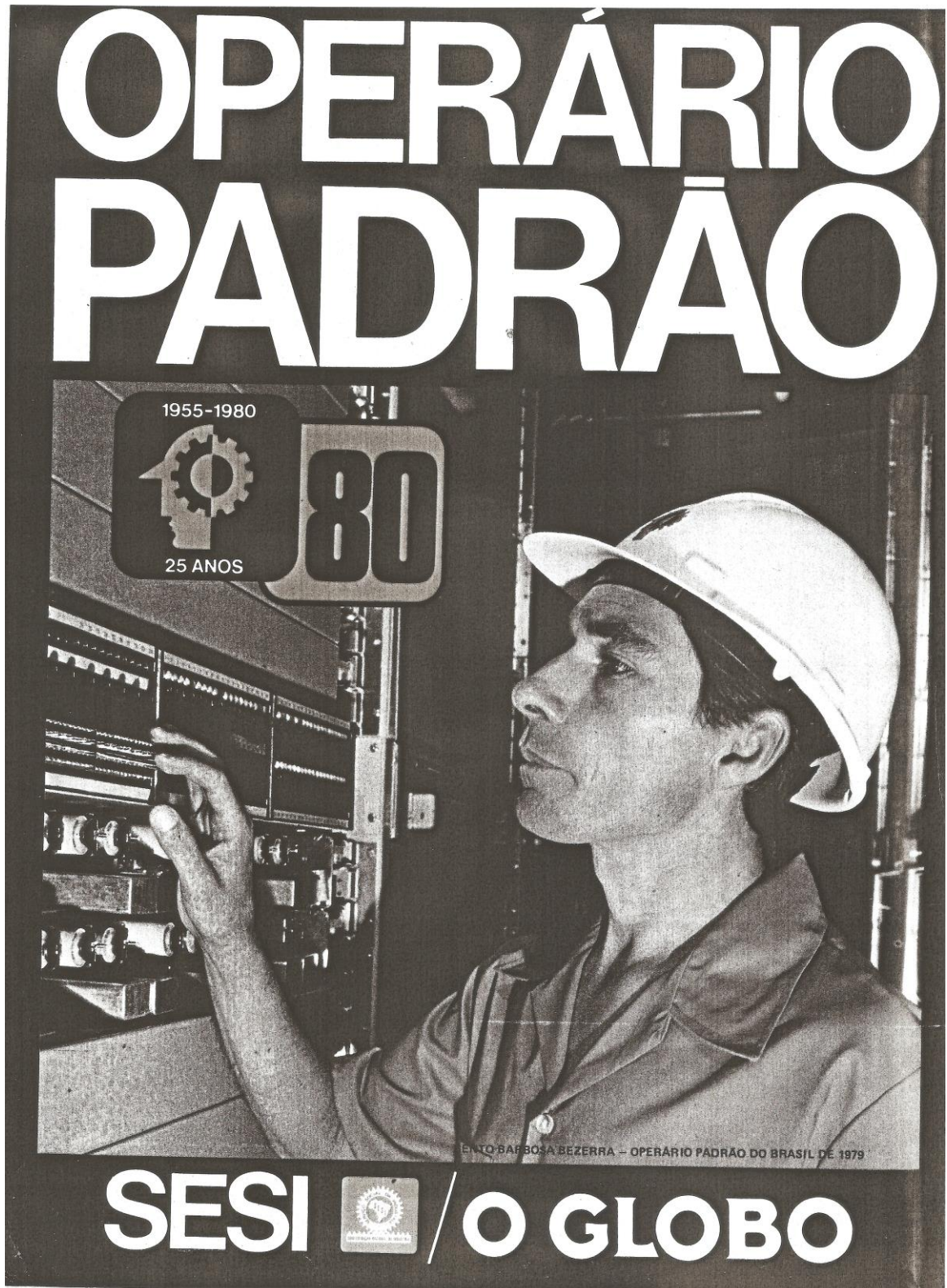
Entre o Operário Padrão e o Operário Brasil, pode-se afirmar que há uma continuidade: premiava-se o trabalhador individualmente pelos méritos demonstrados, segundo critérios definidos pelos órgãos representativos da indústria. No ano de 1996, portanto 40 anos após a primeira premiação, o Sesi resolveu mudar novamente. Manteve a premiação, porém em moldes totalmente diferentes, pois distinguia-se a empresa e não o operário. O novo prêmio denominado Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho – PSQT, o “foco passou aos benefícios que as empresas levam a seus funcionários e à comunidade”<sup>167</sup>.

---

<sup>166</sup> COLBARI, op. cit., p. 101.

<sup>167</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Indústria Brasileira**. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

Figura 2 - Cartaz Operário Padrão 1980



Fonte: Revista SESI em Ação (1980, capa)

### 3.5 AS REGRAS DO JOGO: OU O QUE ERA PRECISO PARA SE TORNAR OPERÁRIO PADRÃO

#### As Virtudes do Operário Padrão

É verdadeiramente impressionante a multiplicidade de méritos e virtudes, citadas e ressaltadas nos currículos dos operários padrão. Virtudes essas cujo exercício é proporcionado por uma intensa participação na vida de trabalho, de família e de comunidade. A título de ilustração, transcrevemos aqui algumas das expressões usadas nos currículos: perseverança e constância nas dificuldades, em altos e baixos; exatidão em tarefas de precisão; compenetração e segurança em operações perigosas, entusiasmo mesmo no treinamento de estagiários; capacidade para decisões; tranquilidade em situações de aprêmio [sic]; criatividade em ideias novas e soluções; amizade, trato cordial e alegre; cuidado na prevenção de acidentes; pontualidade sem falhas; espírito pacificador e conciliador; zelo pela conservação de materiais; espírito comunicativo, amor à vida; respeito às normas; espírito aberto à evolução; prontidão para emergências ou empreitadas difíceis; coragem ante perigos; equilíbrio emocional; versatilidade, ou seja, capacidade para o exercício de várias funções; vontade de aprender aperfeiçoar-se; dotes de liderança; solicitude para com necessitados; honestidade nas atitudes; espírito de poupança; civismo; prudência e humildade; religiosidade esclarecida e atuante.<sup>168</sup>

Essas virtudes apontadas pela publicação oficial do SESI do modelo ideal de operário, isto é, do Operário Padrão, eram as balizas utilizadas para julgar os candidatos que se inscreviam no concurso promovido por aquele órgão e pelo O Globo. Difíceis de mensurar, eram descritas num dossiê, num currículo *vitae* e algumas vezes atestadas pela própria chefia. Revelam uma visão de operário ideal, adequado aos valores do empresariado e defendidos pelo SESI — uma noção de sociedade baseada em princípios tradicionais e conservadores.

Por se tratar das normas que regiam o concurso, esta parte do trabalho foi, basicamente, construída a partir da documentação referente à Campanha Operário Padrão: currículos dos candidatos, normas da campanha e material de divulgação. A campanha teve uma abrangência temporal de significativa duração. Por isso, não é de se estranhar o fato de que houvesse algumas mudanças nas regras no decorrer da mesma, mas elas foram poucas e pontuais.<sup>169</sup>

O concurso envolvia várias etapas até chegar ao vencedor, na fase nacional. Primeiramente, eram eleitos os operários nas fábricas. As empresas aderiam

<sup>168</sup> SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA RIO GRANDE DO SUL. **Concurso Operário Padrão 1978**. Informativo, p. 8.

<sup>169</sup> Examinando as normas do concurso Operário Brasil de 1991, nota-se que muito pouco foi alterado na essência do concurso, retirando-se apenas critérios considerados mais subjetivos como companheirismo, moral em relação à família e à Pátria, etc. Ver anexos B, C e E.

espontaneamente à campanha, e percebe-se um maior envolvimento de empresas de maior porte. Escolhidos os operários das fábricas, esses participavam da escolha estadual. Todos os operários padrão estaduais concorriam na fase nacional. Os candidatos iam para o Rio de Janeiro, onde se realizava a escolha, e de lá para Brasília a fim de serem recepcionados pelo Presidente da República.

Para tornar-se operário padrão, ou melhor, para obter o título, uma vez que aqueles que se inscreviam muito provavelmente, no universo em que conviviam, eram operários modelo, a partir dos princípios elencados pelos patrões e pelo SESI do que é um modelo de trabalhador, o candidato de antemão deveria obedecer a alguns critérios.

No tocante às empresas, deveriam ser contribuintes do SESI. O operário deveria estar ligado às atividades produtivas da fábrica, podendo exercer funções de mestre ou chefe de seção, mas não podia desempenhar atividade administrativa. Um importante critério era o tempo de empresa do candidato. Inicialmente, o SESI adotou como norma o tempo mínimo de 10 anos, passando depois para 5 anos, e convencionando, a partir de 1975, um mínimo de 3 anos de empresa. Ao observarmos os currículos dos Operários Padrão do Rio Grande do Sul, no período estudado, percebemos grande estabilidade no tempo de empresa, pois três operários apresentaram tempo de empresa entre 10 e 20 anos; nove trabalhadores tinham entre 21 e 30 anos de empresa; e três vencedores do concurso no Rio Grande do Sul permaneceram de 31 a 40 anos na empresa.

Essa mudança na exigência de número de anos na mesma empresa poderia ir ao encontro de uma reivindicação e de uma prática adotada por muitas empresas no que dizia respeito ao direito à estabilidade dos trabalhadores. A CLT, em seu Art. 492 concedia aos funcionários das empresas, com mais de 10 anos de empresa, estabilidade no emprego. Muitos empresários alegavam que esse direito era prejudicial à produção, pois, uma vez adquirida a estabilidade, o operário se tornava indisciplinado e menos produtivo. A Lei nº. 5.107/66<sup>170</sup>, que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, foi promulgada com fim de substituir a estabilidade,

---

<sup>170</sup> A Lei trouxe outro benefício aos empresários: redução na taxa de contribuição para os Serviços Sociais da Indústria e do Comércio para 1,5%. A Lei que criou esse sistema regulava a cobrança em 2%.

uma vez que o operário deveria optar por um ou outro<sup>171</sup>. Na prática, não havia escolha, pois os donos de empresas escolhiam o trabalhador que aderisse ao FGTS. Outra forma de burlar a lei era a demissão sistemática de “operários que completavam nove anos de trabalho em suas firmas”<sup>172</sup>.

Assiduidade, índice de companheirismo, moral dentro e fora do trabalho, dedicação ao trabalho foram quesitos constantes ao longo do tempo. A condição de ser brasileiro naturalizado passou a constar a partir de 1978. Ser sindicalizado tornou-se condição essencial após 1980, depois de discussões realizadas no primeiro Encontro de Coordenadores da Campanha ocorrido no ano anterior.

Essas eram as condições básicas para o trabalhador se candidatar ao concurso. Ao analisar os currículos, verifica-se que existiam outros requisitos, a maioria de caráter altamente subjetivo, que definiam o que era um operário padrão. A escolha, nas fábricas, era realizada mediante eleição entre os operários<sup>173</sup>, entre aqueles indicados anteriormente pela chefia. Os representantes das empresas concorriam então no concurso estadual. A eleição do Operário Padrão estadual<sup>174</sup>, no caso do Rio Grande do Sul, ocorria por seleção de um júri composto por representantes do SESI, da FIERGS, do CIERGS, da Delegacia Regional do Trabalho, do SENAI, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e da Secretaria do Trabalho e da Habitação (mais tarde, Ação Social).

Eleito o Operário estadual, procedia-se a escolha do Operário Padrão nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Primeiramente, uma comissão, composta por pessoas vinculadas ao Departamento Nacional do SESI e ao jornal O Globo, examinava os currículos dos operários “a fim de facilitar ao júri na localização dos pontos principais citados no Regulamento”<sup>175</sup>. Proclamado o Operário nacional, todos iam para Brasília para serem recebidos pelo Presidente da República.

---

<sup>171</sup> No currículo do Operário Padrão Rio Grande do Sul 1971, na seção de identificação, consta a informação que o trabalhador é optante do FGTS, mesmo tendo 25 anos de empresa. Isso faz crer que podia ser uma informação relevante para uma possível premiação aos olhos de seus julgadores.

<sup>172</sup> WEINSTEIN, 2000, p. 312.

<sup>173</sup> A partir de 1979, há referência na documentação do SESI - Departamento Nacional relacionada à Campanha que deveria existir uma comissão composta por empregados e empregadores, com assistência do SESI Regional, para escolher o operário que representaria a fábrica na fase estadual, a despeito de haver eleições entre os empregados da empresa. Os operários entrevistados mencionaram que a escolha foi realizada através de eleição.

<sup>174</sup> Tendo por base a eleição e as normas do Operário Padrão do Rio Grande do Sul.

<sup>175</sup> SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **Campanha Operário Padrão 1983**. Regulamento Nacional. p. 7.



Mesmo julgando critérios muito subjetivos, o SESI elaborou um índice de pontuação a ser utilizado no julgamento (ver Anexo E). A pontuação era tabulada da seguinte forma<sup>176</sup>:

Competência, antiguidade e assiduidade	até 25 pontos
Dedicação ao trabalho e companheirismo	até 25 pontos
Vida familiar	até 20 pontos
Comunidade	até 20 pontos
Pátria	até 10 pontos

Para se chegar ao veredito, examinavam-se os currículos dos Operários que, conforme orientações do Departamento Nacional do SESI, coordenador da campanha, deveriam ser padronizados para facilitar o trabalho dos julgadores. O currículo deveria estar dividido conforme os critérios supraelencados, além de contemplar os dados de identificação do candidato. Podia ser ilustrado com fotos e/ou desenhos de peças ou instrumentos que o operário aperfeiçoou ou inventou no intuito de melhorar seu trabalho e de seus companheiros.

Os currículos não eram elaborados pelos próprios trabalhadores. Na fábrica, o responsável pela elaboração do documento de apresentação do candidato era alguém ligado ao departamento de recursos humanos ou de pessoal, às vezes um profissional da área da psicologia. O candidato que disputava o prêmio nacional tinha seu currículo elaborado ou aperfeiçoado pelo Departamento Regional do SESI, a fim de melhor se adequar aos critérios estabelecidos pela coordenação nacional.

A historiadora estadunidense Bárbara Weinstein afirma que os currículos dos operários constituem uma valiosa e fascinante fonte de estudo para historiadores, a despeito do exagero e da idealização que fazem do trabalhador. Muitas vezes, esses documentos omitem certos detalhes, mas isso era de se esperar, uma vez que o responsável pela elaboração do currículo o fez a partir da perspectiva do empregador, ou do próprio SESI.<sup>177</sup>

É preciso refletir um pouco sobre a elaboração desse tipo de documento, que tinha o objetivo de relatar a vida do trabalhador, não só no que diz respeito à sua vivência fabril, mas também quanto aos aspectos sociais. Esse currículo, como mencionado, era elaborado por técnicos, seja da empresa, ou do próprio SESI, a

<sup>176</sup> SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA RIO GRANDE DO SUL. **Concurso Operário Padrão 1978.** Informativo.

<sup>177</sup> WEINSTEIN, 1995, p. 98.

partir da análise da documentação funcional e de depoimentos. Fazia-se um escrutínio da vida do operário concorrente. A partir daí, elaborava-se um discurso positivo e de acordo com os elementos desejados pelo concurso. Michel Foucault<sup>178</sup>, analisando o surgimento da sociedade disciplinar, argumenta que o poder disciplinar pressupõe o registro das experiências sobre os quais se exerce o poder, por meio do exame. Assim, cria-se um saber, ao passo que se individualiza o sujeito.

Procedia-se assim ao exame, entrevistas e verificação da documentação funcional e, posteriormente elaborava-se uma narrativa sobre o trabalhador: o currículo. Entretanto entende-se que o disciplinamento tinha como objeto não especificamente o operário examinado (padrão), mas os demais. Assim, constituía-se um saber sobre o operário ideal, partindo de pressupostos identificados pelos promotores do concurso, para uma possível conformação da massa trabalhadora.

Os currículos apresentados eram divididos em seções. A partir dos documentos que se teve acesso para a elaboração desta pesquisa, averiguaram-se poucas diferenças entre os mesmos. Todos apresentavam dados de identificação do operário, seguido, sem exceção, da descrição de sua vida familiar. Era necessário também constar a vida funcional/profissional do trabalhador. Outro item presente em todos os currículos dizia respeito ao “companheirismo” do operário em relação aos seus colegas de trabalho. Vida associativa e/ou vida comunitária era outro quesito importante para um operário padrão, pois nesse item deveriam ser descritos sua vida fora dos muros da fábrica e, algumas vezes, sua relação com o sindicato.

Essas eram as informações mais importantes e constituíam o eixo central do operário padrão. Mas outros dados também podiam compor o quadro ideal, tais como capacidade técnico-profissional, cursos realizados (especialmente se realizados no SENAI), prêmios e elogios, fatos importantes, inventiva e criatividade e colaboração com a empresa.

O regulamento que regia o concurso era bem claro ao informar que todos podiam concorrer, excetuando os trabalhadores da área administrativa. Na prática, percebe-se que, para se tornar efetivamente um operário padrão, o trabalhador necessitava estar muito tempo na empresa, pois a grande maioria não tinha menos de quinze anos de empresa. Além disso, quase todos os OPs do Rio Grande do Sul que venceram o concurso no período estudado exerciam atividades de chefia ou

---

<sup>178</sup> FOUCAULT, **Vigiar...**

supervisão, com exceção dos vencedores do concurso de 1973 e 1980, funcionários da Petrobrás e da CRT, respectivamente, ambas as empresas estatais. Quadro semelhante foi encontrado por Antonia Colbari ao estudar o concurso no estado do Espírito Santo:

No primeiro grupo estariam os representantes de grandes e de algumas médias empresas, e a ele pertence o representante do estado do Espírito Santo na fase nacional da campanha. A relevância estratégica desse grupo para a composição do universo da pesquisa deve-se, em grande parte, à sua proximidade com o modelo definido pelos critérios dos realizadores do evento. Trata-se de operários de alta qualificação profissional que firmaram uma carreira exitosa no mundo do trabalho, o que lhe permite um padrão de vida de classe média. No outro grupo estariam representantes de médias e pequenas empresas, portadores de pouca qualificação profissional e com baixo padrão de vida, muitos em situação de acentuada pobreza.<sup>179</sup>

Os operários-padrão não representariam o tipo médio do operário brasileiro, comporiam uma elite de trabalhadores, a maioria nas funções de mestre, encarregado e supervisor. Assim, sua representatividade está firmada no terreno das representações simbólicas e ideológicas, no qual essa concepção de trabalhador se tornou hegemônica.<sup>180</sup>

A presença feminina não era constante no concurso. Na fase nacional, do início do concurso, até o ano de 1985, apenas uma mulher foi vencedora<sup>181</sup>. O Rio Grande do Sul elegeu uma Operária Padrão, no ano de 1981. Isso talvez se explique pelo perfil desejado do operário padrão, de mantenedor da família, e que a maioria deles ocupasse posições de chefias dentro das empresas, postos pouco ocupados, nessa época, por mulheres. De toda forma, o SESI Rio Grande do Sul instituiu um prêmio especial “Honra ao Mérito Feminino”, a ser entregue à trabalhadora melhor classificada.<sup>182</sup>

Outro aspecto observado é a importância dada à casa própria adquirida pelos trabalhadores, que se conforma como um aspecto, diferente de tantos difíceis de medir, pois era fácil de atestar e podia significar o sucesso material alcançado pelo suor do trabalho. Ou seja, o sacrifício feito pelo operário, e muitas vezes por sua família, era recompensado. Todos os currículos examinados discorriam sobre esse item, às vezes, com detalhes. Em alguns casos, o trabalhador havia adquirido o

---

<sup>179</sup> COLBARI, op. cit., p. 21.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>181</sup> No ano de 1985, foi premiada uma operária da empresa Philips do Brasil, do estado do Amazonas.

<sup>182</sup> Identificou-se a entrega deste prêmio a partir do ano de 1974.

imóvel pelo sistema de financiamento do próprio SESI, como demonstra o currículo do OP Rio Grande do Sul 1977:

Casa: Residem em casa própria, a qual adquiriu por intermédio do SESI a qual foi ampliando e melhorando à medida do possível. Auxiliou a construir um chalé nos fundos de sua casa para suas filhas ao casarem até que pudessem construir suas próprias casas.

A casa para os trabalhadores, além de ser um bem, de demonstrar ascensão econômica, representava segurança contra eventual período de desemprego ou crise financeira. O fato de ter adquirido uma casa para sua família pode representar, no contexto do concurso, um operário estável, dedicado às necessidades de sua família.

Depois de avaliados todos os itens e escolhido o operário, este era premiado. Como existiam níveis diferentes no concurso, a premiação também seguia a mesma diretriz. O operário escolhido na empresa geralmente recebia um certificado, uma vez que o SESI Regional deixava a cargo de cada empresa a outorga de um prêmio. As normas do concurso no estado para o ano de 1970 (Anexo B), quanto à premiação, indicavam prêmio em dinheiro para os quatro primeiros finalistas, sendo que o vencedor estadual receberia um prêmio maior. Além disso, o SESI concederia um diploma e uma medalha de honra ao mérito a cada operário padrão concorrente, como demonstram as fotos abaixo. Inicialmente, o SESI regional deveria custear a viagem do operário ao Rio de Janeiro e a Brasília, sendo concebida como prêmio. Mais tarde, essa despesa ficou a cargo do Departamento Nacional que custeava apenas despesas dos operários. Nas normas, isso era ressaltado. Como os operários levavam suas esposas para a viagem, chega-se à conclusão que essa era uma despesa custeada pelos Departamentos Regionais. O Departamento Nacional do SESI e O Globo, além da premiação em dinheiro ao vencedor, concediam diplomas e medalhas.

Figura 3 - Diploma concedido ao Operário Padrão do Rio Grande do Sul 1985 – Sr. Orildo José Coloda



Fonte: Acervo da autora.

Figura 4 - Diploma concedido ao Operário Padrão do Rio Grande do Sul 1974 – Sr. Alfredo Hansen



Fonte: Acervo da autora.

Mas com tudo isso, o que contava para a maioria dos operários era o reconhecimento de ter sido escolhido, de ter valorizado seu trabalho, seu esforço, perante seus companheiros, sua família e sua comunidade, como indicam as palavras do Operário Padrão 1974 ao ser questionado sobre o que significou ter vencido o concurso:

Isso não dá nem para explicar, porque por onde eu passava, porque eu me criei em Campo Bom, e por onde eu passava era “Ô Operário, Ô Operário!”. Até hoje tem uma pessoa humilde, que anda aí no centro, mas era da minha época, que trabalhou no meu setor na minha época, que anda assim no centro, que não me chama de Antônio, me chama de Operário. Então ficou na lembrança de algumas pessoas. Posso dizer, o presidente do Sindicato me chama às vezes de Tonhão, às vezes do Operário Padrão. Isso ficou na história, não dá nem para explicar a emoção que a gente tem.<sup>183</sup>

### 3.6 O CONCURSO COMO RITUAL

Procurou-se esclarecer até o momento que o concurso operário padrão tinha regras muito bem-delineadas, balizadas pelo Departamento Nacional do Sesi e enviadas para os Departamentos Regionais para que esses organizassem seus respectivos concursos. A cada ano repetiam-se as ações do certame e as atividades que envolviam os operários selecionados.

Conforme Bárbara Weinstein<sup>184</sup> menciona em seu artigo sobre o concurso em São Paulo, o alcance da campanha não era muito extensivo, dado o número de empresas participantes, o que fica comprovado também no Rio Grande do Sul pelos documentos examinados. Entretanto, e aqui se considera o papel desempenhado pelo o Globo e, especialmente pela televisão, pois esse concurso, segundo a autora, obteve “um traço característico da cultura de massa durante os primeiros anos do regime militar”. O trabalhador que vencesse essa competição poderia “ser visto em fotografias em O Globo e nas capas de revistas de grande circulação, em geral

<sup>183</sup> SILVA, Antônio Rodrigues da. **Entrevista com Operário Padrão Rio Grande do Sul 1984** [29 set 2009]. Entrevistadora: Daniela de Campos. Campo Bom/RS.

<sup>184</sup> WEINSTEIN, Barbara. The model worker of the paulista industrialists: The “Operário Padrão” Campaign. **Radical History Review**, Durham, NC, p. 92-123, Winter 1995, p. 352.

sendo parabenizado pelo presidente do Brasil. Ele aparecia também na televisão e nos cinejornais que eram apresentados nos cinemas”.<sup>185</sup>

Segundo DaMatta<sup>186</sup>, o ritual, nas sociedades complexas, como a brasileira, serve para “promover a identidade social e construir seu caráter”. E aduz que “o domínio do ritual é como se fosse uma região privilegiada para se penetrar no coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores”.

Nas sociedades tradicionais, partindo do conceito antropológico, os rituais são desenvolvidos geralmente de forma individual, ou seja, para marcar momentos de crise ou a resolução desses, isto é:

A direção do movimento ritual na sociedade tradicional é para engendrar uma complementaridade interna, daí a atenção aos processos de crise que separam categorias de pessoas umas das outras e, conseqüentemente, o esforço em individualizar controladamente, com o grupo tomando a iniciativa desse processo e por meio dos agentes certos em momentos adequados e programados. Assim fazendo, o grupo impede o processo de livre individualização, criando as condições para que tudo fique novamente junto.<sup>187</sup>

Em se tratando de sociedades complexas, ou seja, sociedades industriais, o rito é coletivo. O individual e o regional cedem lugar ao nacional. O ritual é a forma de tornar social o que é natural, é uma dramatização<sup>188</sup>. De acordo com Mariza Peirano<sup>189</sup>, os rituais podem ser profanos, religiosos, festivos, formais, informais, simples ou elaborados. Para a autora, na nossa sociedade, existem eventos que são considerados potencialmente como rituais<sup>190</sup>, uma vez que são especiais, como uma formatura, um casamento ou uma campanha eleitoral.

O concurso Operário Padrão tornou-se um ritual em que o ator principal era o operário modelo, coroado por seu esforço contínuo e pela valorização de seu

---

<sup>185</sup> Em depoimento, o operário padrão do Rio Grande do Sul 1984 mencionou o fato de ter participado do programa de auditório do Chacrinha na ocasião em que esteve no Rio de Janeiro.

<sup>186</sup> DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 29.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 32-33.

<sup>188</sup> Ibidem.

<sup>189</sup> PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

<sup>190</sup> De acordo com Peirano (ibidem), os rituais devem ser analisados pelo pesquisador através de pesquisa etnográfica e a partir dela conceituados. No caso do concurso operário padrão, objeto de estudo desta tese, inviável fazê-lo porque o concurso não é mais realizado e a conceituação do evento, enquanto ato ritual, extrapola os objetivos do trabalho.

empenho no trabalho e na empresa a que estava ligado. Esse coroamento era realizado pela instituição que representava seus empregadores, ou seja, a valorização partia daqueles que pagavam seus salários. Como havia cobertura dos meios de comunicação de massa, jornal, rádio e, posteriormente, a televisão, registrava-se a valorização do operário escolhido perante toda população, até mesmo para aqueles que não se envolviam com o concurso. Ser um bom operário produzia suas recompensas, materiais e simbólicas.

Da parte do SESI cumpria-se o papel da campanha: valorizava-se o bom elemento, o trabalhador disciplinado, provedor do lar e adepto da concepção de harmonia entre os grupos sociais.

Anualmente, repetia-se um cronograma que, por via de regra, iniciava no mês de abril e ia até o mês de outubro ou novembro, ou seja, era uma campanha extensa, na qual o departamento nacional estava diretamente envolvido em todas as etapas. O lançamento do concurso, muitas vezes coincidia com outra data importante para os trabalhadores, o 1º. de Maio. Assim, o SESI incorporava-se a uma data que é sinônimo da luta dos trabalhadores para exaltar as virtudes de um trabalhador que estava em consonância com os ideais de um grupo que a história mostra que os trabalhadores ligados aos movimentos de luta sempre tiveram que combater.

Mas o que denotava maior exaltação com este trabalhador era a programação preparada para os finalistas no Rio de Janeiro e em Brasília. Muitos desses operários não teriam oportunidade de conhecer essas cidades se não fossem escolhidos operários padrão. Tampouco teriam a chance de fazer os passeios que o SESI e o jornal O Globo proporcionavam e a oportunidade de conhecer o governador do estado do Rio de Janeiro e o Presidente da República, como pode ser visto na fotografia a seguir. Definitivamente era um momento sem igual na vida dessas pessoas.



**Figura 5 - Operário Padrão com Presidente da República João Figueiredo, 1981.**



Fonte: Agência O Globo

Ainda, citando DaMatta<sup>191</sup>, um ato, para que se torne ritual, não necessita de sequência, mas sim que a sociedade o coloque em lugar especial. O ritual utiliza do cerimonial que impõe início, meio e fim ao evento extraordinário. Deve ser extraordinário, pois se assim não fosse deixaria de ser especial. Teríamos operários homenageados cotidianamente e isso retiraria o caráter especial do evento. O fim do ato, do rito, significa o retorno à normalidade, no caso, a volta para o trabalho, para a fábrica, para o contato com as máquinas, com os colegas e com a família. Mas então o operário estava diferente, ele era o exemplo, o padrão a ser seguido pelos outros, caso desejassem alcançar também aquela efêmera notoriedade. O operário padrão não era mais o mesmo, pois ele tinha um certificado para emoldurar na parede de sua sala e um troféu para ostentar.

---

<sup>191</sup> DAMATTA, op. cit.

Figura 6 - Premiação Operário Padrão 1984



Fonte: Agência O Globo



#### 4 FABRICANDO O OPERÁRIO MODELO

Este capítulo tratará da construção do operário padrão como trabalhador ideal a partir da concepção dos empresários industriais, defendida pelo SESI. Para tal, entende-se, no escopo desta pesquisa, a COP como um instrumento que visava disciplinar os trabalhadores, não somente aqueles que participaram do concurso, mas especialmente os demais, por meio do exemplo imposto pelo Operário Padrão. Assim, as regras criadas pelos patrocinadores da campanha tendiam a escolher e, de certa forma, “fabricar” um modelo a ser seguido pelos outros, e, por conseguinte, disciplinar a mão de obra.

Não se constitui objeto desta pesquisa se, de fato, o concurso atingiu seus propósitos para com os demais operários, mas sim o que o empresariado projetava a partir do exame os documentos produzidos pelo SESI para constituição desse operário modelo.

A COP era, acima de tudo, a exaltação do trabalho, do labor constante e dedicado e isso numa sociedade que necessitou “reabilitar o valor do trabalho”, como mencionado nesta pesquisa. Mas também era, a partir desse objetivo principal, um modo de adequar a força de trabalho.

A compreensão do disciplinamento da mão de obra, por meio do discurso do bom operário encarnado pelo OP, não pode se descolar do contexto político vivido pelo Brasil a partir da segunda metade dos anos 1960, com a implantação de uma ditadura. Já se enunciou neste trabalho que a COP foi uma das iniciativas voltadas aos trabalhadores mais significativas do empresariado nacional nesse contexto político.

O entendimento da Campanha Operário Padrão como um mecanismo que procurava disciplinar a mão de obra é uma forma de entender essa iniciativa por parte dos empresários, mas não se pressupõe que seja a única forma de compreendê-la, como bem demonstrou o estudo de Colbari<sup>192</sup>. A percepção do concurso como um mecanismo disciplinador utilizado pelos empresários baseia-se na perspectiva orientadora dos conceitos discutidos por Foucault e, mais tarde por Gaudemar.

---

<sup>192</sup> COLBARI, op. cit.

Antonia Colbari<sup>193</sup> expressa em seu estudo que o operário padrão não representava a totalidade dos trabalhadores industriais brasileiros, uma vez que, por suas características apontadas pelo próprio certame, compõe uma “elite de trabalhadores”. Mas se ele não expressava os operários em sua totalidade, ou uma média, qual a função do OP?

Na visão empresarial, simbolizada pelo SESI, neste caso específico, o OP representaria um modelo a ser seguido, um ideal a ser alcançado pelos outros trabalhadores. Pode-se considerar que o concurso era um mecanismo disciplinador para aqueles que podiam acompanhar o evento em suas empresas ou pela divulgação na mídia. Dessa forma, o instrumento de premiar um indivíduo exemplar deveria agir sobre os demais trabalhadores que, ao se espelharem naquele modelo, poderiam alcançar também o êxito.

Assim, para se compreender o concurso Operário Padrão é necessário que se entenda a construção de um conjunto de regras que esquadriavam a vida do trabalhador candidato, ao passo que exprimiam o ideal de trabalhador por parte dos promotores do evento. Mas também é preciso compreender os mecanismos de disciplinarização voltados aos trabalhadores, de acordo, principalmente com as ideias do filósofo francês Michel Foucault e do economista Jean-Paul de Gaudemar.

Portanto, para o escopo deste trabalho, compreende-se a Campanha Operário Padrão como um elemento disciplinador da mão de obra alocada, especialmente, na indústria, por meio de um conjunto de quesitos que o trabalhador deveria apresentar para se tornar vencedor do concurso, sendo, dessa forma, um exemplo aos demais.

#### 4.1 UMA QUESTÃO DE DISCIPLINA

A disciplina fabril é um tema estudado por vários autores no Brasil. Como exemplo pode-se citar Domingos Giroletti ("Fábrica: convento e disciplina)", José Sérgio Leite Lopes ("A tecelagem dos conflitos de classes na cidade das chaminés"), Zélia Lopes da Silva ("A domesticação dos trabalhadores nos anos 30"), Marluza Marques Harres ("Ferroviários: disciplinarização e trabalho"), João Miguel Teixeira Godoy ("O moderno e o arcaico na organização do trabalho fabril no Brasil"), Tadeu

---

<sup>193</sup> COLBARI, op. cit.

Gomes Teixeira ("Trabalho, educação e reprodução: a constituição de um *ethos* do trabalho e a sua influência nas relações sociais de produção nos Correios")<sup>194</sup>, entre outros.

A fim de compreender como o concurso levado a termo pelo SESI e, em menor medida, pelo jornal O Globo, precisa-se entender, primeiramente, as ideias acerca do tema disciplina a partir dos dois teóricos citados: Foucault<sup>195</sup> e Gaudemar<sup>196</sup>. Segundo Michel Foucault, a disciplina utilizada nas fábricas teria emergido no decorrer dos séculos XVII e XVIII e diferenciava-se dos demais mecanismos de dominação utilizados até então, pois não se fundamentava na apropriação dos corpos simplesmente, como num regime de escravidão. Trata-se de um poder que no lugar de “se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”<sup>197</sup>.

A função precípua da disciplina, ou do poder disciplinar, é criar corpos dóceis, não somente nas fábricas, mas também na escola, nos asilos, nas prisões, entendendo a docilidade, como um corpo que “pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”<sup>198</sup>. Dessa forma, a disciplina gera elementos positivos, uma vez que não se quer apenas submeter o indivíduo, mas fazer com que ele seja mais produtivo para a ordem vigente. Nesse sentido, Foucault afirma que a mecânica do poder disciplinar “define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina”<sup>199</sup>.

A disciplina também organiza: distribui cada indivíduo em espaços determinados, ordena os movimentos e controla o tempo. O tempo é fator

---

<sup>194</sup> GIROLETTI, Domingos. **Fábrica: convento e disciplina**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classes na cidade das chaminés**. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Marco Zero, 1988. SILVA, Zélia Lopes da. **A domesticação dos trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero, 1990. HARRES, Marluza Marques. **Ferrovários: disciplinarização e trabalho**. VFRGS: 1920-1942. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992. GODOY, João Miguel Teixeira. O moderno e o arcaico na organização do trabalho fabril no Brasil. **Diálogos** (Online), v. 16, n.3, p. 1137-1175, set.-dez./2012. TEIXEIRA, Tadeu Gomes. Trabalho, Educação e Reprodução: a constituição de um *ethos* do trabalho e a sua influência nas relações sociais de produção nos Correios. In: UNESP/RET - VII SEMINÁRIO DO TRABALHO: trabalho, educação e sociabilidade. 2010, **Anais...** Marília-SP, 2010.

<sup>195</sup> Especialmente as ideias contidas na obra: FOUCAULT, Michel. **Vigiar...**

<sup>196</sup> GAUDEMAR, op. cit.

<sup>197</sup> FOUCAULT, **Vigiar...**, p. 143.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>199</sup> Ibidem, p. 119.

determinante para a produção fabril. Para isso é preciso que todos estejam adequados à sua necessidade, que se adaptem ao relógio da fábrica e às necessidades da produção. Assim, cria-se um tempo evolutivo, direcionado para o progresso, assim, capitalizando o tempo que se dispõe para a produção<sup>200</sup>. A leitura dos documentos dos operários revela uma dinâmica de “progresso” individual, isto é, o sujeito tinha uma situação inicial, geralmente anterior à sua entrada na empresa atual, permeada por dificuldades. Essas adversidades materiais foram superadas ao longo do tempo, narradas no currículo, pelo esforço e dedicação ao trabalho, chegando a uma situação satisfatória, na qual o OP se encontrava no momento de sua participação no concurso. De certa forma, conforme demonstrou Foucault, essa narrativa linear, de um “tempo evolutivo” é também característica dos “procedimentos disciplinares”, é uma forma de gerenciar o tempo de vida objetivando o progresso<sup>201</sup>. No que diz respeito ao “tempo de trabalho”, com o avanço da sociedade industrial, os indivíduos introjetaram essa noção de tempo e, como argumenta Cardoso, e isso passou a exercer “uma forte coerção que se prestou a suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos, e da qual parece impossível escapar”.<sup>202</sup>

De acordo com Foucault, o poder disciplinar triunfou na modernidade. A compreensão dessa vitória pode ser vista pelo modo como o poder atua, que, segundo o autor, ocorre por meio de mecanismos de controle simples: a observação (olhar), sanções normalizadoras (punição/recompensa) e o exame. Sobre esse último aspecto, é preciso mencionar que, a partir do olhar dirigido ao trabalhador anônimo e com o intuito de se construir um saber sobre o mesmo, procede-se ao exame do indivíduo. Com isso, individualiza-se o trabalhador que anteriormente estava diluído entre os outros. Ou seja, promove-se uma escrita “verdadeira” sobre o operário, documentam-se as atitudes individuais e, dessa maneira, cria-se um arquivo sobre o trabalhador.

O exame provém da combinação da vigilância permanente, do registro constante, com a norma. Ele faz de cada indivíduo um caso, algo a ser descrito, analisado, comparado, adestrado, corrigido, normalizado, excluído. A observação do comportamento, dos gestos, dos desejos é transcrita na

---

<sup>200</sup> Foucault, **Vigiar...**, p.133-136.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>202</sup> CARDOSO, Ana Claudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**. Disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume, 2009, p. 31.

forma de gráficos, boletins, relatórios, relatos clínicos, enfim, toda uma verdade sobre o indivíduo é extraída.<sup>203</sup>

Como já se enunciou no capítulo anterior, deste trabalho, para a elaboração do currículo do operário era necessário esquadriñar sua vida, procurando os pontos positivos no âmbito funcional e social e ainda proceder a uma entrevista para se constituir um dossiê de sua vida. Dessa maneira, o trabalhador saía do anonimato para ser individualizado por meio da escrita, de um documento sobre sua vida e que permitia aos agentes do concurso conhecer suas experiências e seu potencial como trabalhador. A partir daí se construiu um saber sobre esses operários exemplares que constituiu o modelo a ser seguido, o padrão, ainda que não se possa afirmar que eram representantes de todos os trabalhadores. Conforme Foucault, “o poder disciplinar [...] se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Na disciplina são os súditos que têm que ser vistos”.<sup>204</sup>

O filósofo francês aponta para os possíveis resultados do “exame” e a escrita sobre o indivíduo:

[...] o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, não contudo para reduzi-lo a traços ‘específicos’, como fazem os naturalistas a respeito dos seres vivos; mas para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa ‘população’. [...] A crônica de um homem, o relato de sua vida, sua historiografia redigida no desenrolar de sua existência faziam parte dos rituais do poderio. Os procedimentos disciplinares reviram essa relação, abaixando o limite da individualidade descritível e fazem dessa descrição um meio de controle e um método de dominação. Não mais monumento para uma memória futura, mas documento para uma utilização eventual.<sup>205</sup>

Outro elemento importante para a compreensão da disciplina é o sistema de punição e recompensa. As sanções, preferencialmente arroladas nos regulamentos, são impostas àqueles que não se adaptam às normas vigentes. Onde há disciplina, há resistência, mas, seguindo a lógica de Foucault, o poder disciplinar age no

---

<sup>203</sup> ARAÚJO, I., op. cit., p. 33.

<sup>204</sup> FOUCAULT, **Vigiar...**, p. 156.

<sup>205</sup> Ibidem, p. 158-159.



sentido de quebrar ao máximo essas oposições. Um mecanismo é a aplicação de punições, geralmente, resultando em prejuízos de ordem material (multas, suspensões), em se tratando do espaço da fábrica. Inversamente também se opera recompensando aqueles indivíduos que seguem a norma. Nesse sentido, podemos pensar a Campanha Operário Padrão, que se pretende uma disciplina sutil, premiando o exemplo.

Além disso, o poder disciplinar, mediante o sistema de sanções e pela prática do exame, hierarquiza os indivíduos: os bons e os maus. Entretanto essa diferenciação não pretendia excluir aqueles não conformados à norma, era antes um mecanismo para incluir, mas da forma “correta”.

Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a ‘natureza’ dos indivíduos.<sup>206</sup>

Cabe ainda indicar que, conforme argumentou Giroletti<sup>207</sup>, Foucault, ao analisar a constituição da sociedade disciplinar, a partir do século XVIII, na Europa, não estava preocupado exclusivamente em que medida o poder disciplinar atuava nas fábricas. É um tema, no caso desse autor, mais amplo. Mas para o escopo do presente trabalho importa estabelecer como a disciplina atua no espaço fabril e, de forma mais específica, como o concurso examinado pode ser um elemento disciplinador, a partir dos ideais sesianos.

O economista francês Jean-Paul de Gaudemar desenvolveu um estudo sobre o nascimento e as formas de disciplina no espaço fabril<sup>208</sup>. Portanto, uma pesquisa específica sobre a ação do poder disciplinar num espaço determinado. A obra de Gaudemar estabelece as formas encontradas pelo capital para adequar a força de

---

<sup>206</sup> Foucault, **Vigiar...**, p. 152.

<sup>207</sup> GIROLETTI, op. cit.

<sup>208</sup> De acordo com Mendoza, Gaudemar considerou os escritos de Karl Marx e Michel Foucault sobre o tema da disciplina para elaborar suas argumentações acerca do tema. MENDOZA, Carlos Alberto Castillo. Estudio introductorio. In: GAUDEMAR, op. cit.

trabalho aos seus objetivos, centrando a discussão na questão do poder, evidenciando o traço político da gestão econômica do trabalho.

Assim, de acordo com Gaudemar, considerando a sua importância, a disciplina e o controle fabril são um fenômeno subordinado ao objetivo estratégico do sistema capitalista<sup>209</sup> e, para tal, desenvolve um raciocínio a partir da construção das estratégias disciplinatórias. Os eixos centrais da argumentação desse autor a respeito da disciplina explicitam: que a história do controle da mão de obra está relacionada à procura por técnicas de disciplinamento interiorizadas no próprio processo produtivo (I); a análise das formas de disciplina do trabalho evidenciam uma série de ciclos disciplinários (II); a partir da compreensão dos diferentes ciclos disciplinários é possível entender os processos do capital, uma vez que permitem compreender as relações de subordinação que os constituem (III); não há a reconstrução da história das disciplinas fabris, mas sim a recuperação das imagens que desempenharam um papel orientador das práticas disciplinatórias (IV); e, por fim, a análise das práticas desenvolvidas pelos trabalhadores no sentido de influenciar as decisões sobre suas condições de trabalho (V), ainda que esta premissa não seja central em sua obra.

A investigação dos ciclos disciplinários de Gaudemar, leva a compreensão de quatro tipos de espaços fabris, quais sejam, a fábrica fortaleza (trabalhadores submetidos à vigilância constante, a fim de garantir maior produtividade), a fábrica cidade (que procura enquadrar o trabalhador na própria fábrica, mas também fora dela, regulando todos os espaços em que ele frequenta usando modelos familiares para corroborar a autoridade patronal), a fábrica máquina (regulada basicamente pelo cálculo do tempo para maior produção) e a fábrica democrática (este modelo seria mais um ideal do que propriamente uma realidade, pois o trabalhador seria o responsável por sua própria disciplina).

Gaudemar<sup>210</sup> entende a disciplina como uma das “grandes glórias industriais”, pois ela parece sempre como algo natural no processo de trabalho. Assim como Foucault, percebe o aspecto positivo da disciplina que, quando exercida em excesso, pode produzir indignação e resistência, mas, quando se mostra flexível,

---

<sup>209</sup> Michel Foucault localiza o surgimento da sociedade disciplinar no interior da sociedade industrial capitalista, entretanto não subordina a aparição de controles disciplinatórios exclusivamente ao aspecto econômico, ou seja, ao capitalismo. Ver: MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

<sup>210</sup> GAUDEMAR, op. cit., p. 42.

pode gerar satisfação, sendo geralmente aceita. Portanto, tendo em vista sempre o aperfeiçoamento do sistema de produção, as disciplinas menos eficazes vão sendo abandonadas em favor de técnicas que produzem melhor resultado. Assim se chega a noção dos “ciclos disciplinários”.

Segundo Gaudemar, as formas de disciplina estão submetidas a diversas variações no tempo e no espaço, de acordo, especialmente, com o avanço do desenvolvimento capitalista. Uma primeira fase é denominada pelo autor de ciclo pan-óptico — em que há extrema vigilância e os métodos de controle são ainda rudimentares. Neste ciclo, a disciplina “parece ser mais uma técnica de vigilância que uma técnica de uso do corpo no trabalho”.<sup>211</sup> Tornou-se insuficiente esse modelo devido às novas necessidades produtivas e pelas resistências operárias geradas, chega-se a uma segunda fase que pode ser chamada de “ciclo de disciplina extensiva”. Aqui não pode haver descontinuidade do poder disciplinar, trata-se, então de “reduzir todas as descontinuidades: os industriais se encontram frente a uma quádrupla exigência: um poder contínuo, com efeito produtivo máximo, com custo mínimo e que se exerce sobre uma importante massa de trabalhadores”<sup>212</sup>. Nessa fase, indica o autor, iniciam as dificuldades de análise do processo fabril, pois as inovações na disciplina foram lentas, complexas e diferentes em cada realidade social.

O terceiro ciclo é denominado de “disciplina maquínica” e assume as características de um controle paternalista, por um lado, e de controle através das máquinas, por outro. O domínio de tipo paternalista ocorreria por meio da construção de cidades operárias, e do surgimento de instituições que visam à subordinação dos operários, assim, procurando minimizar sua resistência. O disciplinamento ocorre “na fábrica e na casa” em busca de uma “moralização social”. O poder disciplinar também acontece pelo maquinário, assim a capacidade de organização do tempo de trabalho é feita pelo ritmo da máquina e não pelo próprio trabalhador. Por fim, uma última fase designada de “ciclo de disciplina contratual”, na qual se buscaria a contratualização entre a mão de obra e os empregadores, seja por meio de instituições sindicais, seja através de cooperativas de trabalho. A “*interiorización de*

---

<sup>211</sup> Op. cit., p.54.

<sup>212</sup> Ibidem, p. 55.

*la disciplina procedería de un cierto modo de delegación del poder, del patrón a los delegados obreros o a diferentes formas de organización obrera [...]*<sup>213</sup>.

Apesar de identificar essas quatro fases da disciplina fabril, Gaudemar indica que, ao iniciar determinado ciclo disciplinário, não há, necessariamente, a extinção do outro. Eles podem coexistir e mesclar-se, fazendo uso daquilo que é mais próprio a determinadas condições sociais e econômicas<sup>214</sup>. A cada ciclo disciplinário pode-se encontrar um tipo de fábrica correspondente, conforme esquema elaborado pelo autor.

Tendo em vista o desenvolvimento das ideias de Gaudemar e as características da Campanha Operário Padrão que, conforme já explicitado, parece exercer um poder disciplinar sutil, mas que procura ser eficaz, compreende-se o concurso com características desses diferentes ciclos, não podendo estar restrito a um somente, da mesma forma que os sistemas produtivos nas empresas brasileiras, no século XX, também não podem se restringir a determinados ciclos. Gaudemar bem lembrou que o poder disciplinar deve ser analisado à luz das diferentes realidades sociais. A COP, de acordo com as ideias de Gaudemar, teria mais características apontadas na terceira fase – ciclo maquínico – uma vez que aí se expressa um controle de cunho paternalista e que procede a um controle dentro e fora da fábrica, ou seja, pensando no concurso, o trabalhador deveria demonstrar adequação ao processo produtivo (na fábrica) e às convenções sociais (vida comunitária), visando sempre à maior produtividade possível. Mas também existe a ideia da internalização da disciplina pelo próprio trabalhador, característica do último ciclo, que, através do exemplo suscitado pelos OPs, buscava melhorar seu desempenho visando seu progresso material e reconhecimento social.

Entende-se, assim, que a disciplina exercida através da COP ocorreu por meio da premiação, em que se exaltavam as qualidades laborais e sociais de determinados indivíduos, não excluindo os demais, mas levando a crer que todos podiam alcançar tal reconhecimento.

---

<sup>213</sup> Op. cit., p. 56.

<sup>214</sup> Michele Perrot também identificou, em seu estudo, fases da disciplina fabril, denominadas “eras disciplinares”. Segundo a historiadora “[...] é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente” (PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 55).

#### 4.2 A CAMPANHA OPERÁRIO PADRÃO COMO PRÁTICA DISCIPLINADORA

A COP foi uma ação da classe empresarial, através do SESI, ainda que tenha sido idealizada pelo O Globo e que tenha contado com sua colaboração durante toda sua vigência. Com ela se queria demonstrar o perfil do trabalhador ideal e procurava-se, por meio de uma ação nacional, estender um padrão para todos os trabalhadores vinculados às empresas que contribuía com o SESI e, dessa forma, disciplinar a mão de obra. Esse disciplinamento, parece-nos, nesse contexto, que adquiriu um caráter sutil, pois não era uma conformação forçada, mas, sim, uma prática que tinha o objetivo de premiar o melhor, o mais dedicado, aquele que demonstrou, por anos, estar atento à lógica da produção e que conseguiu relativo sucesso material por meio de seu trabalho, sem, para isso, precisar entrar em conflito com o empresariado. A COP foi uma importante ação que encontrou um contexto ideal: um regime ditatorial.

A fim de compreender como o SESI e O Globo empreenderam essa tarefa, examinar-se-á os documentos relativos ao concurso produzidos pela entidade empresarial, dessa maneira, visando entender as formas de disciplinamento utilizadas através desse concurso.

O início do processo ocorria com a inscrição da empresa interessada em participar do evento. Portanto, a iniciativa não partia do empregado. Ao inscrever seu trabalhador, a empresa deveria se comprometer, caso ele fosse vencedor na etapa estadual, em lhe conceder licença remunerada para se deslocar até o Rio de Janeiro para a fase nacional<sup>215</sup>. Por conseguinte, para a empresa que se envolvia no concurso, havia a compreensão de que, caso seu operário fosse vitorioso, também, ela poderia se beneficiar do resultado, seja pela propaganda externa, seja pelo desejo de seus trabalhadores em se espelharem no vencedor.

Parece, a partir da análise dos documentos, que o trabalhador que participava do concurso o fazia, inicialmente, porque a empresa o escolhia, sendo que alguns desconheciam a campanha antes disso, o que revela que o concurso tinha mais valor para a empresa, a qual também se beneficiava de ter um operário exemplar, do que para os próprios trabalhadores. Após participar e, eventualmente, ser escolhido OP, o discurso sobre o evento se transformava, visto como algo muito

---

<sup>215</sup> SESI RS. Regulamento do Concurso Operário Padrão 1970 no Rio Grande do Sul, 1970.

positivo para todos os trabalhadores e inclusive de importância à indústria no progresso nacional (SESI-DN, opinião de operários padrão, 1979).

Nos objetivos da Campanha, dizia-se que, para a empresa, era importante a participação, pois “é um elo a mais de ligação entre os patrões e operários”, também porque, “ao exaltar o trabalhador, a campanha valoriza a empresa que ele pertence e que lhe dá os meios necessários para desenvolver o seu trabalho” (SESI-DN, informações gerais sobre a Campanha Operário Padrão, 1979).

A principal virtude que o operário deveria demonstrar era sua dedicação ao trabalho. Para comprová-la, seu depoimento ou documentos funcionais não eram suficientes. Segundo regulamento do concurso, isso deveria ser atestado pela chefia imediata. Logo, se não houvesse a concordância dos seus superiores hierárquicos, o trabalhador não participaria do concurso.

A interpretação desse item era norteadada pela comprovação do “esforço e boa vontade do empregado em bem desempenhar suas funções”. Os avaliadores também deveriam considerar situações excepcionais em que se atestaria a diligência em relação ao trabalho como, por exemplo, “um princípio de incêndio em que o empregado tenha ajudado a apagar, trabalho em horário extra durante prolongado período de tempo para resolver uma emergência qualquer que atingiu a empresa, etc.”<sup>216</sup>. Ademais, ser devotado ao trabalho significava ter recebido promoções, nunca ter sido repreendido ou punido, ser alvo de elogios, e, fundamentalmente, ter “comportamento disciplinar”. Nesse caso, importavam mais os aspectos comportamentais que a capacidade técnica.

O discurso sobre os objetivos da campanha estava relacionado à promoção do bem-estar do trabalhador, tal como se percebe nos documentos analisados. Dessa forma, “a Campanha Operário-Padrão tem[tinha] como objetivo maior valorizar o trabalhador e a própria Empresa, aproximando o SESI aos meios empresarial, sindical, autoridades e Entidades, visando ao bem-estar do trabalhador”.<sup>217</sup>

Para além do que estava aparente, havia um discurso subjacente que desejava promover a adequação do conjunto do operariado segundo padrões estabelecidos pelo empresariado nacional: vida exemplar, apego às relações

---

<sup>216</sup> SESI RS. Interpretação dos Requisitos Exigidos dos Candidatos, 1974.

<sup>217</sup> SESI-DN. Objetivos da Campanha Operário Padrão, 1975.

familiares (família de tipo patriarcal), práticas religiosas cristãs, preferencialmente católicas e valorização do progresso material obtido através do trabalho. A disciplina inerente ao concurso deveria, conforme Gaudemar, “*construir y dar continuidad a un determinado orden productivo, a un sistema de autoridad, dominio y jerarquia aplicado a la producción*”<sup>218</sup>.

A coordenadora nacional da Campanha, Sra. Áurea Fialho, afirmava que o objetivo do SESI, ao dirigir o evento, era “estimular os bons operários que pudessem servir de exemplo aos demais trabalhadores, pelo preenchimento de condições sócias e profissionais. Premiar o aumento da produtividade, méritos e conduta exemplar. Consagrar o trabalho anônimo dos que constroem a base do desenvolvimento do país”.<sup>219</sup> Certamente esse era um discurso disciplinador, mesmo porque a própria palavra “disciplina” constava no regimento e demais documentos do concurso. Partindo dos conceitos elaborados por Foucault, a disciplinarização, neste caso, deveria ocorrer identificando e premiando o “bom exemplo”, e não punindo aqueles que não se enquadravam nos preceitos estabelecidos.

O jornalista Walter Poyares, idealizador do concurso na década de 1950, durante o Primeiro Encontro de Coordenadores da Campanha Operário Padrão, expôs, em palestra denominada “A Filosofia da Campanha Operário Padrão”, as características e os objetivos da mesma. Afirmava que a iniciativa de se criar um prêmio ao “melhor operário” tinha como objetivo mudar um discurso (jornalístico) sobre o trabalhador, que, comumente, era tratado como um problema ou em seus aspectos “menos positivos”, elaborando uma narrativa que inserisse o operário “no cenário do progresso do país”. Assim, o concurso foi criado para que surgisse um trabalhador com características de um “construtor da riqueza nacional”.

O que é importante nessa filosofia é a exaltação do trabalhador, o trabalhador honrado, eficiente, da vida do trabalhador, que se consuma ali, colocá-lo em foco. [...] Desde o início nós queríamos que o escolhido fosse um operário modelar quanto ao trabalho, ao próprio trabalho, quer dizer, assiduidade, busca de eficiência no trabalho; que fosse modelar também como companheiro dos demais, porque não nos interessaria nunca que ele fosse extremamente eficiente, mas que não se desse com seus companheiros; e também representasse, tivesse o sentido de vida comunitária, isto é, fosse gente, não fosse apenas um trabalhador, mas fosse gente.<sup>220</sup>

<sup>218</sup> MENDOZA, op. cit., p. 19.

<sup>219</sup> FIALHO, Áurea. **Depoimento** [2 nov. 2009]. Entrevista concedida por mensagem eletrônica. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>220</sup> SESI-DN, **Filosofia...**

Assim, é preciso pensar de que forma essa noção de tempo, fabril, maquínico, disciplinado, relacionava-se com os objetivos da Campanha Operário Padrão. À primeira vista, estabelece-se uma relação na valorização dos itens “assiduidade” e “pontualidade” para o trabalhador participante. Como, num primeiro momento, a indicação do OP nas empresas era realizada pelas chefias, a qual escolhia aquele trabalhador que estava adequado a essas normas.

O discurso da Campanha não era eliminar os “maus”, mas sim fazer com que, a partir de um dado exemplo, também se conformassem a realidade que se pretendia. Segundo Foucault, “a divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. [...] A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando”.<sup>221</sup>

O jornalista enfatizava que, ao escolher um operário exemplar, desejava-se incentivar a participação dele na comunidade, mas não qualquer participação, aquela que estivesse de acordo com as aspirações da classe dominante, de uma forma mais assistencialista, nos padrões do SESI, por exemplo.

Nossa ideia era fornecer mais um instrumento para esse tipo de participação, que não é a sindical, que não é a política – necessariamente a política partidária – mas que é a política no sentido amplo, genérico, da participação da “pólis” dos estranhos. Que ela tenha voz, represente, e isso se casa muito bem, porque, no caso, o escolhido representa sempre um ponto máximo, um ponto alto, uma espécie de elite da vida operária, da vida trabalhadora. [...] Não estamos preocupados em que o Operário-Padrão faça líderes nacionais, mas que o Operário-Padrão seja visto como expressão de autoridade básica no município, na cidade menor ainda, e de realização da ideia inicial desse objetivo de status de um título na campanha. [...] Virtudes extraordinárias se revelam através dos anos de trabalho. Quando o trabalhador é humilde, quando não pode produzir projeção social nem riqueza, nada disso, apenas produz a satisfação de ter vivido com honradez, de ter cumprido seus compromissos com fidelidade total, ninguém diz nada. Então evidentemente alguém passa a dizer, alguém passa a falar daquele trabalhador anônimo.<sup>222</sup>

Seguir uma religião era um princípio do concurso. Preferencialmente, o trabalhador deveria ser ativo na comunidade religiosa e isso era sobremaneira

---

<sup>221</sup> FOUCAULT, **Vigiar...**, p. 151.

<sup>222</sup> SESI-DN, Filosofia...



valorizado, como se depreende da leitura dos currículos. A “vida comunitária” era entendida, basicamente, pelas atividades de cunho religioso ou vinculadas a uma instituição religiosa, o que pode ser verificado em documento que instruía sobre os requisitos exigidos pelo concurso, posto que “o fato de o empregado fazer ou haver feito parte da diretoria de tais entidades [religiosas] valorizará ainda mais sua atuação”<sup>223</sup>. Até mesmo quando se pensou em revisar as diretrizes da Campanha, não se discutiu sobre a exclusão ou relativização desse quesito. O pertencimento a um grupo religioso, preferencialmente católico, tinha um caráter moralizador, era um comprovante seguro que aquele trabalhador defendia ou era adepto de valores morais condizentes com aqueles propalados pelo SESI. Ademais, a Igreja é um importante instrumento de controle social, especialmente quando se pensa em seus setores mais conservadores. Ser um fiel seguidor das concepções religiosas, durante os anos 60 e 70 do século passado, também, podia significar indiferença ou aversão ao discurso comunista, tão combatido nessa época.

A dedicação incondicional à família também era um requisito de grande valor para se tornar um OP. Uma família geralmente numerosa, como era o caso desses trabalhadores, constituía mais uma garantia moral. Determinada disciplina fabril toma de empréstimo elementos familiares, especialmente relacionados à figura do pai. Na sua unidade familiar, o operário padrão é o chefe, aquele que provê as condições materiais de existência da família. Na empresa, “*el patrón es esa figura social que administra, ‘como buen padre de familia’, un patrimonio particular constituído por la fabrica pero también por todo aquello que hace posible da vida de esa ‘familia’ al margen del trabajo*”<sup>224</sup>. Não se prescindia da hierarquia que deveria existir na fábrica e nas relações sociais, defendida pelo concurso e desvelada de uma forma humanizada.

Para o SESI, a participação do operário no concurso poderia lhe oportunizar algo único na vida: “ser um trabalhador modelo, um padrão”. Para a entidade social, significava, ao menos no discurso oficial, ir “ao encontro de seu grande objetivo: a paz social no Brasil”<sup>225</sup>.

A atuação do SESI, além de promover a valorização da atuação do trabalhador e de contribuir para seu bem-estar social (e de seus

---

<sup>223</sup> SESI RS. Interpretação dos requisitos exigidos dos candidatos. Porto Alegre, 1974.

<sup>224</sup> GAUDEMAR, op. cit., p. 76.

<sup>225</sup> SESI – DN. Campanha Operário Padrão, 1982.

dependentes), o que é óbvio e incontestado, também resulta em especiais vantagens para as empresas empregadoras, embora de forma indireta, mas nem por isso menos real e palpável.<sup>226</sup>

Pode-se pensar que a Campanha Operário Padrão, sob a ótica dos mecanismos de disciplinamento, atuava pedagogicamente sobre os trabalhadores, ao ensiná-los como agir, dentro e fora da fábrica, a fim de alcançar sucesso, material e social. Assim, a partir do que foi referido sobre a disciplina, ou poder disciplinar, segundo Foucault, é possível entender os objetivos dos mecanismos que agem nesse sentido: extrair do corpo o máximo de suas forças, produzindo ações e comportamentos de ajustamento, submetendo e sujeitando os corpos, mas também indivíduos capazes e com aptidões determinadas<sup>227</sup>. De outra parte, também se compreende que o operário padrão representava um modelo que atingiu relativa tranquilidade material, mesmo porque, como já se afirmou, não era um simples operário. A perspectiva de melhoria de vida ou padrão social podia ser o maior atrativo para os demais trabalhadores. A mensagem revelada pelo concurso era a de que, se o trabalhador seguisse os preceitos morais e, principalmente, trabalhasse com dedicação e disciplina, poderia melhorar seu nível de vida.

A escolha do operário padrão estadual e nacional ocorria através da leitura de seus currículos, por parte da comissão julgadora, como já salientado. Esse documento era elaborado por psicólogos, assistentes sociais ou funcionário do departamento de pessoal, nunca pelo próprio trabalhador. Era um texto produzido para um fim específico e escrito por outrem. Essa prática possibilitava conhecer vários aspectos da vida do operário. Dessa análise, chega-se aquilo que Foucault explica como a “individualização” do trabalhador, do anônimo, colocando-o em evidência a partir de uma escrita sobre o mesmo. No contexto do concurso, além de ser uma escrita sobre o trabalhador, era, acima de tudo, uma narrativa sobre o tipo ideal de trabalhador, que se desejava como modelo para os demais.

Para Poyares, as notícias e os eventos envolvendo trabalhadores retratados no jornal, anteriormente ao advento da COP, eram causados pelo “inesperado”, ou seja, tudo aquilo que fugia à normalidade da vida. Por isso, esses personagens apareciam, segundo ele, retratados em acidentes, conflitos, paralisações, etc. Para ele, então, era necessário “armar um mecanismo para promover aquilo que não é o

---

<sup>226</sup> SESI RS. **Sesi**: Objetivos. Porto Alegre: Sesi, 1976, p. 4.

<sup>227</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 31.

inesperado”, isto é, “a virtude, a vida tranquila”, em contraposição à agitação dos movimentos reivindicativos e grevistas. Assim, se poderia finalmente atingir os “anônimos”.

O espírito da Campanha é esse: realmente trazer para o consenso a figura do trabalhador, exaltar o trabalho, o trabalho comum, o trabalho cotidiano, o trabalho que não é o trabalho que produz extraordinárias novidades, que não é quem descobre, as descobertas científicas ou tecnológicas; é pura e simplesmente a vida comum do trabalhador.<sup>228</sup>

O SESI poderia ir além do conhecimento levantado pelos dossiês operários. No Primeiro Encontro de Coordenadores da Campanha, o psicólogo João Alberto Barreto propunha a realização de um perfil psicológico do OP para que se conhecesse “as bases de sua personalidade, emocionalidade e inteligência, visando assim, através dessa amostragem significativa [os OPs] conhecer psicologicamente todo nosso operariado.” Além disso, o conhecimento sobre o OP e, por consequência, de todos os trabalhadores segundo sua concepção, também “serviria basicamente aos grandes empresários, no sentido de aperfeiçoar cada vez mais seus operários em sua integração no trabalho.”<sup>229,230</sup>

#### 4.3 A COP E O CONTEXTO POLÍTICO

Se o concurso que premiava o trabalhador ideal iniciou em meados da década de 1950, foi a partir decênio seguinte e, mais ainda, nos anos de 1970 que teve um funcionamento pleno e que abrangeu todo o território nacional. Weinstein<sup>231</sup> indica, em seu estudo sobre o SESI, que o contexto dos anos de 1960 e 70 tornou favorável o sucesso da iniciativa. A paz social que se buscava pela integração e harmonia entre as classes possuía mais sentido num governo ditatorial.

A participação do Estado na Campanha<sup>232</sup> se estabelecia pelo envolvimento do Ministério do Trabalho na fase de julgamento, tanto estadual (através das

<sup>228</sup> SESI-DN, Filosofia...

<sup>229</sup> Idem. Perfil do Operário Padrão, 1979.

<sup>230</sup> A pesquisa aos documentos da COP não identificou indícios de que essa ideia tenha sido levada a termo.

<sup>231</sup> WEINSTEIN, 2000, op. cit.

<sup>232</sup> Em 1976, o estado de São Paulo, por meio de decreto, estabeleceu apoio institucional e monetário ao concurso. Em 1984 publicou novo decreto atualizando o valor do prêmio pago ao OP estadual. ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto 8.660, de 27 de setembro de 1976. Prevê o apoio da

secretarias) quanto nacional, pela presença do próprio Ministro. Esse órgão também outorgava uma medalha (mérito ao trabalho) aos operários vencedores.

O presidente da República recebia os operários ao final de cada edição do concurso e, com isso, reforçava a ideia de prestígio que se destinava ao exemplo do operariado nacional, bem como reverenciava aquele trabalhador que estava alinhado à perspectiva de harmonia entre as classes. Nessa cerimônia, também, estava presente o Ministro do Trabalho. Segundo o ministro do trabalho, Arnaldo Prieto<sup>233</sup>, a campanha vinha “ao encontro dos altos objetivos do governo do Presidente Ernesto Geisel que tem, no homem brasileiro, a preocupação maior de todo o planejamento nacional” e acrescentava que a iniciativa deveria servir de “estímulo e inspiração aos trabalhadores brasileiros”, pois, dessa forma, estariam “consolidando a paz social que desfrutamos em nosso país”<sup>234</sup>.

O presidente militar Emílio Médici participou da entrega do prêmio ao OP nacional em 1973<sup>235</sup>. Em seu discurso, conclamou a importância da iniciativa do SESI e do jornal O Globo e ressaltou a existência da integração entre empregados e empregadores, discurso que estava alinhado aos ideais dos empresários.

Sinto satisfação e orgulho e dou tanto valor a essa promoção que no ano passado incluí o Operário Padrão na delegação brasileira que nos representou na Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra. Foi uma representação brilhante com os melhores homens do trabalho do Brasil, acrescida ainda do Operário Padrão, mostrando a perfeita integração que existe hoje em nosso País entre empregados e empregadores. E é exatamente essa perfeita integração que tem permitido que o Brasil cresça nas proporções em que está crescendo. (grifo nosso)<sup>236</sup>

A integração entre as classes desejada pelo governo e pelos empresários era perseguida exaltando o tipo de trabalhador aclamado pelo concurso, mas também

---

Administração Estadual à “Campanha Operário Padrão” e institui prêmio referente ao certame. No Rio Grande do Sul, a prefeitura municipal de São Leopoldo, cidade com maior número de operários eleitos no concurso no estado outorgou títulos de cidadãos leopoldenses a dois operários padrão daquele município.

Como na época pesquisada a sede do Departamento Nacional do SESI se localizava no Rio de Janeiro, fazia parte da programação do concurso em sua fase final a visita ao governador daquele estado. O OP RS do ano de 1984, Sr. Antonio Luiz Rodrigues da Silva relatou em entrevista concedida para esta pesquisa que “apertar a mão do governador Brizola foi a maior emoção” de sua vida.

<sup>233</sup> Arnaldo da Costa Prieto foi Ministro do Trabalho de maio de 1974 a março de 1979.

<sup>234</sup> **O GLOBO**, 4 de setembro de 1975. Carta enviada pelo Ministro do Trabalho a Roberto Marinho.

<sup>235</sup> Além do presidente da República estavam presentes na solenidade o Ministro do Trabalho, o Chefe do Gabinete Civil, Chefe do Gabinete Militar e o Chefe do SNI, o que pode denotar a importância que o governo atribuía ao concurso. **O GLOBO**, novembro de 1973.

<sup>236</sup> **O GLOBO**, novembro de 1973.

sufocando possíveis movimentos sindicais, minimizando a participação social dos operários. Além disso, apesar do crescimento apresentado pelo “milagre econômico”<sup>237</sup>, pouco desse crescimento chegou de fato aos trabalhadores nacionais, pois conforme Matos esse foi um período de “arrocho salarial e [de] superexploração da força de trabalho que, garantidos pelo controle do governo sobre os sindicatos, elevavam em muito a lucratividade do capital”<sup>238</sup>. Portanto, apesar do discurso de valorização do trabalhador nacional, como o produtor de riqueza, não havia uma política econômica de fato voltada para a melhoria de vida dessas pessoas.

A indústria nacional foi beneficiada pelas políticas econômicas da ditadura, especialmente no período do “milagre”, mesmo que à custa de endividamento externo. No âmbito do concurso, também se procurou exaltar o papel da indústria nacional. Em algumas edições do concurso, particularmente nos anos de 1970, o candidato deveria responder, em seu currículo qual, ao “papel da indústria no progresso nacional”, mesmo que não tenham sido localizadas, nos currículos examinados, respostas a esse questionamento.

No início da década de 1980, ainda sob os auspícios de uma ditadura, presenciava-se uma abertura política controlada pelo governo, desde o final da outra década, e o ressurgimento do movimento sindical. Ainda assim, o Estado nacional continuou participando e exaltando o concurso. Em 1981, o presidente João Figueiredo, ao receber os OPs vencedores daquele ano, associou a seleção daqueles operários operada pelo SESI a uma prática do exército<sup>239</sup>.

[...]devo ressaltar que a cerimônia de hoje se destaca porque me lembra, muitas vezes, aquelas em que tomei parte no Exército, em que também era obrigado a destacar, entre os meus soldados, aquele que por suas virtudes morais e pela sua dedicação ao serviço e a instrução tinha servido de exemplo para os seus companheiros.<sup>240</sup>

Os organizadores do concurso estavam atentos às transformações sociais que vinham ocorrendo na política nacional, especialmente no que tangia à maior

---

<sup>237</sup> Ver segundo capítulo deste trabalho.

<sup>238</sup> MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 109.

<sup>239</sup> Gaudemar e, especialmente, Foucault indicaram a apropriação de modelos da disciplina militar para eficácia da disciplina fabril, no início da “era da disciplina”.

<sup>240</sup> O GLOBO, 24 de novembro de 1981.

abertura, aos movimentos sociais voltando à vida nacional e, em particular, ao movimento operário que renascia com as greves do Grande ABC paulista. Isso parecia preocupar um pouco os patrocinadores, porque o operário que se desejava não era aquele reivindicativo, então, era necessário reafirmar os objetivos do concurso, por conseguinte, enfatizar valores como a paz social, a manutenção da hierarquia, a disciplina e a participação operária ordeira.

Eu sei perfeitamente que agora nós tivemos, já nessa fase de “abertura”, esses movimentos operários sindicais. Aí são reivindicações, digamos materiais e imediatas, enquanto em nosso campo praticamente é de outro tipo; quer dizer, o Operário-Padrão seria muito bem-vindo se ele estivesse participando de algum conselho municipal em âmbito menos de contribuição, com ideias à frente de todos, nos problemas do sindicato.<sup>241</sup>

Assim, ao mencionar o movimento reivindicativo protagonizado pelas entidades sindicais, procurava desqualificá-las afirmando que estas possuíam um caráter apenas material e imediatista. Ao passo que promovia a exaltação dos propósitos da Campanha, que visavam a um bem maior.

[...] trata-se da exaltação do trabalho pelo trabalho, da glorificação do trabalho, em que não há nenhuma vantagem imediata para o trabalhador [...] a maior gratificação é o reconhecimento das virtudes do trabalhador e a gratificação de representar o trabalhador [...] Nós estamos agora, depois de quinze anos de Revolução, estamos empenhados num esforço muito grande que se convencionou chamar de “abertura”. Este esforço, evidentemente, é no sentido de procurar, para a nação brasileira, um estatuto jurídico, ou um regime, um sistema, ou uma vida jurídica que propicie o máximo de realização individual, e nisso se considera a pessoa humana, dentro da ordem e da disciplina. Evidentemente, tivemos um período de restrições e agora caminhamos para a chamada manifestação.<sup>242</sup>

Em 1985, a propaganda destinada à divulgação da Campanha, transmitida pela Rede Globo e também veiculada em seu jornal, mencionava a necessidade de eleições diretas para a escolha do OP. Como vimos na pesquisa, o OP de cada fábrica era indicado por setores hierárquicos mais altos da empresa e, depois disso, poderia haver eleição entre os trabalhadores ou se aclamava o indicado pelas chefias. Com o advento de manifestações sociais pela aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, concentrada na Campanha Diretas Já!, em 1983,

---

<sup>241</sup>SESI-DN, Filosofia...

<sup>242</sup> Ibidem.

tornava-se difícil para os meios de comunicação ou outras instituições a continuidade do apoio antes dado ao regime ditatorial<sup>243</sup>. A COP mais uma vez acabou por incorporar o que ocorria na sociedade como tentativa de se modernizar.

Ao findar o período da ditadura, o concurso não teve duração mais prolongada, pois se questionava a validade desse tipo de iniciativa, inclusive no próprio âmbito empresarial.

#### 4.4 ADESÃO EMPRESARIAL AO CONCURSO

A Campanha Operário Padrão mobilizava esforços dos seus envolvidos durante, pelo menos, seis meses do ano. Havia uma equipe responsável do Departamento Nacional da entidade e também nos Departamentos Regionais. O aparato e o planejamento que a iniciativa demandava supunham um extenso interesse por parte de seus organizadores, e também dos demais empresários pelo país. O concurso deveria mobilizar, primeiramente, os donos das empresas para que, posteriormente, chegasse até os seus operários.

Porém, segundo Weinstein<sup>244</sup>, apesar dos esforços do SESI e da propaganda do jornal O Globo, “somente uma pequena fração das empresas, mesmo das maiores, participou de forma efetiva do concurso”. Os dados relativos à participação dos empresários gaúchos também dão conta disso<sup>245</sup>, desde o início do concurso até o seu final.

No final dos anos de 1970 e início da década seguinte, com vistas ao processo de abertura política que a ditadura promovia por pressões advindas de vários grupos da sociedade, na visão de alguns envolvidos, era importante que o concurso também se adequasse aos novos tempos, pois era associado ao governo vigente. Assim, percebem-se críticas sutis à Campanha provenientes tanto do Departamento Nacional como dos Departamentos Regionais do SESI. Em setembro

---

<sup>243</sup> A própria Organizações Globo, em sua página institucional, menciona a necessidade que teve no período de se adequar à nova realidade brasileira, ainda que, de acordo com o explicitado na página “a pressão dos militares sobre a Rede Globo atingiu o seu ápice”, tomando “a forma de intimidação pessoal”. Antes apoiadora e alvo de benefícios do regime, em seguida, adapta seu discurso por ser repreensível a continuidade do apoio. **MEMÓRIA GLOBO**. Diretas Já. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

<sup>244</sup> WEINSTEIN, 2000, p. 352.

<sup>245</sup> A participação dos estabelecimentos industriais e dos operários do Rio Grande do Sul será melhor tratada no capítulo posterior.

de 1981, o presidente do Conselho Nacional do SESI, ao anunciar a concessão dos prêmios para os OPs daquele ano, informava ao Diretor do DN que “a respeito da Campanha em curso, [...] particularmente dirigida por esse Departamento Nacional, vem ocorrendo manifestações isoladas questionando a validade de tal evento”<sup>246</sup>. Como resultado desses questionamentos, realizou-se o II Encontro de Coordenadores.

Mesmo após a realização do II Encontro<sup>247</sup>, em que se discutiram algumas reformulações do concurso (inclusive não denominar mais a iniciativa de “concurso”, mas usar a nomenclatura “campanha”), o Departamento Regional do Rio Grande do Sul encaminhou suas críticas ao DN a partir de uma pesquisa realizada no estado. Assim, o estudo, segundo o documento,

[...] preconiza[va] uma profunda reformulação dessa Campanha, visando adequá-la aos dias atuais, de forma a acompanhar as sensíveis transformações que se verificaram ao longo dos anos na sociedade brasileira, inclusive no seio da classe operária à qual se dirige a promoção. Vem já de vários anos a preocupação do SESI gaúcho, seja do Conselho Regional, seja da Direção do DR, de buscar uma forma de melhorar a imagem da “Campanha Operário Padrão” perante os trabalhadores e a própria opinião pública. Aqui no Rio Grande do Sul, a sua realização, nos moldes atuais, está totalmente desacreditada, como se pode verificar dos depoimentos colhidos [...].<sup>248</sup>

O estudo realizado pelo SESI do Rio Grande do Sul identificou pouca adesão das empresas ao concurso, com uma média anual de participação, até aquela data, de menos de 1% do total das empresas do estado. Nos depoimentos coletados, procurava-se passar a impressão de que o concurso estava descolado da situação social brasileira, especialmente dos trabalhadores. Os depoimentos expunham a falta de participação dos sindicatos dos trabalhadores, além de exibirem severas críticas à sua manutenção, como a que afirmava que o evento “parece[ja] muito mais uma promoção para amenidades e muito pouco uma real preocupação pelos efetivos, graves e grandes problemas com que se debate o trabalhador brasileiro”. Algumas opiniões eram favoráveis ao certame, dizendo que se tratava de “uma

<sup>246</sup> SESI-DN. Ofício CONGAB 119/81, 1 de setembro de 1981.

<sup>247</sup> No II Encontro de Coordenadores, realizado em abril de 1981, criticou-se muito a respeito da pouca divulgação do evento, sendo solicitado maior divulgação por parte do SESI e do jornal O Globo. Sugeriu-se que além da divulgação no jornal e no rádio, fosse usada também a TV, procurando informar maior número de pessoas. Parece que essa foi a resolução mais importante do Encontro.

<sup>248</sup> SESI-DR RS. Estudo sobre a Campanha Operário Padrão, 19 de outubro de 1981.



grande iniciativa”, mas outras eram bem contundentes, defendendo a não continuidade da promoção, como a de um profissional liberal que afirmou que “a promoção é ridícula. É um acinte à situação do trabalhador brasileiro”<sup>249</sup>. A existência de depoimentos criticando uma iniciativa do próprio SESI estava menos relacionada com um juízo aos objetivos do concurso do que com a conquista de maior autonomia pelos Departamentos Regionais, na organização do concurso, objetivo maior do estudo realizado e exposto no final do documento, pois a autonomia acarretaria respostas “às peculiaridades locais e regionais”<sup>250</sup>.

Conquanto as queixas e, de acordo com informações do Departamento Regional do Rio Grande do Sul, da fraca participação das empresas nesse estado, o Departamento Nacional continuava incentivando o concurso defendendo que “milhões de trabalhadores, em milhares de fábricas, de todos os estado, participam diretamente da Campanha Operário-Padrão”<sup>251</sup>. O II Encontro dos Coordenadores da Campanha, conquanto se apontassem dificuldades de realização do concurso em alguns Departamentos Regionais, não especificando quais, ratificou a padronização das normas e procedimentos da Campanha, os quais deveriam ser adotados por todos os Departamentos Regionais. Não se identificou a realização de outro seminário, nos moldes dos anteriores organizados, para discutir os rumos do concurso.

De fato, a iniciativa persistiu por mais alguns anos, a partir de 1987, numa tentativa de “modernizar” o concurso, O Globo e o SESI mudaram seu nome, passando a se chamar Operário Brasil, entretanto as diretrizes que envolviam o evento pouco se transformaram (Anexo F). A Campanha durou até o ano de 1995, isto é, apesar de ter sido intermitente nos primeiros anos, foi uma iniciativa que perdurou por 40 anos.

---

<sup>249</sup> SESI-DR RS. Estudo sobre a Campanha Operário Padrão, 19 de outubro de 1981.

<sup>250</sup> Ibidem.

<sup>251</sup> Idem. Campanha Operário Padrão, 1982.

## 5 OS OPERÁRIOS PADRÃO DO RIO GRANDE DO SUL (1970-1985)

O presente capítulo discorrerá sobre os trabalhadores que participaram e sagraram-se ganhadores do concurso no Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1970 e 1985. A análise está embasada na documentação elaborada para a campanha, mormente nos currículos dos operários, pelos quais eram avaliados pelo júri. Utilizar-se-á também entrevistas orais produzidas com alguns operários vencedores.

Inicialmente far-se-ão algumas considerações, baseadas nos documentos examinados para o presente estudo sobre o concurso no Rio Grande do Sul, especialmente sobre as condições da campanha neste estado.

### 5.1 O DESENVOLVIMENTO DO CONCURSO NO RIO GRANDE DO SUL

O concurso Operário Padrão realizou-se pela primeira vez no Rio Grande do Sul, no ano de 1965. Conforme as instruções do evento daquele ano (Anexo A), o certame era realizado nacionalmente pelo SESI, com a colaboração do jornal O Globo e, no caso do Rio Grande do Sul, contava com o apoio do jornal Zero Hora. Um dos requisitos para a inscrição do operário no concurso, em 1965, é que o mesmo deveria ter “dez anos de *casa*” (grifo nosso)<sup>252</sup>. Naquele ano, o vencedor foi o Sr. Francisco Iankowski, da empresa Cia Fiação e Tecidos Pelotense, da cidade de Pelotas.

No ano seguinte, o vencedor do concurso no Rio Grande do Sul também foi da cidade de Pelotas, o Sr. Elio Fagundes da Cunha, empregado da Laneira Brasileira. Nesse ano, o relatório da competição aponta a inscrição de 69 empresas de 18 municípios diferentes. Porto Alegre foi a cidade com maior número de empresas participantes (18), seguida por Ijuí (17).

O ano de 1970 continuou demonstrando baixa adesão das empresas à iniciativa do SESI: 67 empresas participantes de 16 municípios diversos. Pelotas foi

---

<sup>252</sup>Segundo o antropólogo Roberto DaMatta, a utilização do termo “casa” para referir ao estabelecimento onde se presta serviço remunerado pode gerar associação entre patrões (donos dos estabelecimentos) e a figura paterna, demonstrando uma certa ideia de relação entre empregados e empregadores onde não exista conflito, concepção essa que era divulgada pelo SESI (DA MATTA, Roberto. **A Casa & a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987).

a cidade com maior número de inscrições, seguida por Porto Alegre.<sup>253</sup> Conforme regulamento nacional, reproduzido pelo SESI RS, no ano de 1970, poderiam participar do concurso empresas industriais ou aquelas que contribuíssem para a entidade promotora. Cada estabelecimento deveria designar um representante responsável pelas informações do concurso junto ao SESI. Nesse ano, houve mudança em relação à exigência sobre o vínculo temporal dos candidatos à empresa, passando de 10 para 5 anos o tempo mínimo. A escolha do operário na empresa deveria, segundo o regulamento, ser efetuada por meio de eleição entre seus colegas; já para se chegar ao operário estadual, havia um júri composto de representantes do SESI, da FIERGS, da Delegacia Regional do Trabalho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, do SENAI e da Secretaria do Trabalho e Habitação. Ao regulamento estava anexado modelo de currículo que deveria ser preenchido pelo operário<sup>254</sup> (Anexo B).

Os dados constantes nos currículos poderiam ser atestados por documentos, fotos ou relatos de colegas ou da chefia. Posteriormente, na fase final, um assistente social do SESI confirmava as informações contidas no documento, para tanto, visitando as empresas e recolhendo depoimentos. No relatório enviado ao Departamento Nacional do SESI, o coordenador regional do concurso, no ano de 1971, menciona que houve ampla colaboração publicitária da campanha, porém pontua que existiam queixas de empresas em relação à iniciativa que “é lançada no improvisado”. Indica, como sugestão das próprias empresas, que o concurso seja institucionalizado e que tenha “data aproximadamente certa, para que as empresas interessadas possam fazer o melhor entrosamento desta promoção com outras programadas pela empresa”<sup>255</sup>.

O ano de 1974 revelou maior participação em números absolutos, seja na quantidade de candidatos/empresa – 127, como na de operários votantes – 30.416<sup>256</sup> e municípios envolvidos: 47. Tanto o Rio Grande do Sul como o Brasil experimentavam incremento numérico de estabelecimentos industriais

---

<sup>253</sup> Segundo dados do IBGE – Pesquisa Industrial Anual, em 1969, o Rio Grande do Sul contava com 3.663 estabelecimentos industriais (9,36% do país).

<sup>254</sup> Sabe-se que o documento não era preenchido pelo próprio participante. Isso era efetuado pelo representante da empresa ou por funcionário do SESI.

<sup>255</sup> SESI-RS. Concurso Operário Padrão 1971. **Relatório**. 2 de agosto de 1971. Ao que tudo indica, nesse ano, o concurso antecipou os prazos usualmente utilizados.

<sup>256</sup> De acordo com dados do IBGE (Pessoal ocupado na indústria), esse quantitativo correspondia a 10% das pessoas vinculadas ao setor industrial no ano de 1974, no estado do Rio Grande do Sul.

comparativamente a dados de 1969, em que o estado contava com 3.663 empresas, em 1974, tinha seu número acrescido para 6.748.

Dado curioso do relatório do Departamento do RS de 1974 diz respeito a trabalhadores que tiveram sua candidatura impugnada pelo quesito sindicalização:

Apresentaram-se vários casos de currículos de operários não sindicalizados. O Júri resolveu da seguinte forma: o operário padrão não sindicalizado, pelo motivo de não haver sindicato de classe em sua zona, foi aceito e recebeu certificado; o não sindicalizado, embora havendo sindicato de classe em sua zona, foi impugnado, não devendo receber certificado. Foram impugnados mais dois currículos, um por se tratar de estrangeiro e outro por não ter um ano de casa<sup>257,258</sup>

Apesar de dados sobre sindicato e atuação sindical estarem sempre presentes nos documentos dos operários, Antonia Colbari<sup>259</sup> infere que isso atesta apenas que os organizadores do concurso reconheciam a entidade como participante da vida do operariado nacional, no entanto resta evidente que havia maior valorização daquilo que era considerado como “vida comunitária” e envolvesse atividades ligadas ao clube esportivo, de bairro, escola e atividades de cunho religioso. Não há de esquecer que, durante a década de 1970, houve arrefecimento nas lutas sindicais, com diversas entidades sendo tomadas por elementos favoráveis ao regime político vigente.

Enquanto o número de unidades industriais aumentou de 1974 para 1978, de 6.748 para 8.450, respectivamente, o concurso não conseguiu projetar esse crescimento, mantendo os mesmos níveis de participação que vinha apresentando. Nesse ano, concorreram 113 empresas/candidatos, de 36 cidades diferentes, totalizando número de votantes de 43.710, o que correspondeu a 11,41% do pessoal ocupado na indústria<sup>260</sup>. Porto Alegre continuava sendo o município com maior ocorrência de empresas participantes, seguido agora por Caxias do Sul.

---

<sup>257</sup> Ver nota 254.

<sup>258</sup> SESI-RS. Concurso Operário Padrão 1974. **Relatório**. 5 de agosto de 1974.

<sup>259</sup> COLBARI, op. cit.

<sup>260</sup> Em 1978, o Rio Grande do Sul tinha 382.945 pessoas ocupadas na indústria, conforme o IBGE.

**Tabela 3 - Participação Concurso Operário Padrão Rio Grande do Sul**

<b>Ano</b>	<b>Empresas participantes</b>	<b>Municípios participantes</b>	<b>Empregados votantes</b>	<b>Número de candidatos</b>
1965	77	19	13.919	900
1966	63	18	15.000	1.029
1967	-	-	-	-
1968	71	25	11.931	1.164
1969	50	15	11.008	893
1970	67	16	12.261	721
1971	62	19	12.000	568
1972	71	21	16.085	638
1973	130	36	32.000	1.499
1974	127	43	30.416	1.477
1975	138	52	38.326	669
1976	96	33	36.656	670
1977	109	37	41.157	793
1978	113	36	43.710	868
1979	137	44	47.735	925
1980	121	42	52.005	3.039
<b>Total</b>	<b>1.432</b>	<b>52</b>	<b>414.209</b>	<b>15.842</b>

Fonte: SESI RS. Regulamento (Síntese) – Informações Operário Padrão/SESI-RS-1980.

De acordo com outras experiências que se pode observar com as instituições de classe, no caso empresarial, as iniciativas centrais nem sempre agradavam aos departamentos regionais<sup>261</sup>. Em se tratando da campanha operário padrão, apesar de ser um concurso nacional e de o estado do Rio Grande do Sul ter participação em todos os anos de sua ocorrência, por meio de seu Departamento Regional, nota-se certo descompasso entre as aspirações do Departamento Nacional, no Rio de Janeiro, na época, e o que ocorria no estado, conforme já tratado no capítulo anterior.

Em ofício encaminhado ao Departamento Nacional, o Sesi gaúcho informou sobre sua participação na campanha, até o ano de 1981, revelando reduzido envolvimento das empresas do estado.

Empresas que participaram 10 ou mais vezes: 15 ou 0,049%  
 De 5 até 9 vezes: 72 ou 0,236%  
 De mais de 1 até 4 vezes: 194 ou 0,637%  
 Participaram apenas 1 vez: 243 ou 0,798%

<sup>261</sup> Ver Weinstein (op. cit.) e Campos (**O Ensino...**).

Vê-se pelos dados percentuais acima, que as empresas gaúchas não responderam com significativa participação à COP.

Apesar de refletir certa insatisfação com as diretrizes da COP, o Sesi RS continuou participando das edições posteriores. A partir do exposto sobre a campanha realizada no estado do Rio Grande do Sul, cabe analisar a documentação que foi produzida para o certame relativa aos operários vencedores na região em tela.

## 5.2 CARACTERIZANDO O OBJETO DE ESTUDO

Ao tomar contato com a documentação produzida pelo Sesi ou pelas empresas para o concurso, objeto de análise desta pesquisa, o pesquisador depara-se com fontes pouco usuais em pesquisas históricas. O currículo elaborado para o concurso não deixa de ser fruto de uma entrevista com o trabalhador, mas ele tem um objetivo muito específico, ou seja, de enaltecer aquele indivíduo e suas ações na fábrica e fora dela. Essas ações, no entanto, devem estar de acordo com uma visão de mundo propagada pela entidade empresarial patrocinadora da campanha. A primeira parte do dossiê do operário era composta por seus dados de identificação e, assim, é possível traçar um pequeno perfil desses trabalhadores, vencedores do concurso no estado do Rio Grande do Sul, no período analisado.

A análise dos documentos dos operários escolhidos permite ao pesquisador perceber algumas características semelhantes entre esses indivíduos, mesmo que pertencessem a distintas regiões do estado ou a diferentes ramos fabris. Era o operário escolhido para representar todos aqueles “bons trabalhadores”, era o modelo destinado ao exemplo dos demais, o propagador de uma gramática sesiana e, portanto, empresarial. O operário padrão era aquele que “veio de baixo” e com seu esforço conseguiu triunfar, não substituir o empresário, pois a ideia do concurso era valorizar o trabalhador manual, mas vencer dentro da hierarquia da fábrica, sem rompê-la, com a ajuda da sua família e de seus colegas, com cooperação; e não com conflito.

Encontramos, nesses operários, mais semelhanças do que diferenças porque existia um roteiro prévio, conforme o qual o trabalhador deveria preencher uma série de categorias para ser o “padrão”. Assim, dos 16 trabalhadores selecionados, 15

eram do sexo masculino. Apenas em 1981, o SESI premiou uma mulher: Maria Araci Shneiders Kothe, funcionária da empresa Arcal S/A<sup>262</sup>, da cidade de Santa Cruz do Sul. A maioria trabalhava em empresas de grande porte, como o OP de 1971, vinculado ao Frigorífico Armour do Brasil, ou os OPs de 1972, 1975 e 1977 funcionários da empresa Amadeo Rossi S/A, da cidade de São Leopoldo. Esta empresa foi a que mais recebeu esse tipo de premiação, incluindo um operário padrão nacional, o Sr. Eto Antero Roehe, em 1975, seguida pela Calçados Catléia, do município de Campo Bom, com dois premiados, em 1983 e 1984. A capital do estado teve apenas uma empresa com trabalhador vencedor do concurso, em 1976, Paulo Urbano Manoli, da Metalúrgica Hercules S.A.

Como os ramos de atividades das empresas eram diversos, as ocupações também diferiam, no entanto, todos exerciam funções de chefia, à exceção dos trabalhadores vinculados ao setor público de serviço, premiados em 1973 (Refinaria Alberto Pasqualini – Petrobrás) e 1980 (CRT). Todos eram ou haviam sido casados e tinham filhos. Alguns com família bastante numerosa, como o caso de Raimundo de Oliveira Duarte, OP de 1973, que tinha nove filhos e ainda era responsável por um sobrinho, e de Alfredo Hansen, funcionário do Curtume Bender Schuck de Estância Velha, que tinha 12 filhos. Ter uma família e ser responsável por ela era um quesito importante para se tornar um operário padrão. A família representava responsabilidade e segurança e a esposa era a aliada nesse processo.

Os currículos demonstram que os operários lograram educação formal, mas a maioria possuía formação incipiente, ou seja, grau primário. Poucos avançaram um pouco mais no grau de instrução, como os OPs de 1973, Raimundo Duarte, 1978, Djalmo da Silva Flores, e o de 1985, Orildo José Coloda. Uma constante eram os cursos realizados no e pelo SENAI, todos descritos nos documentos individuais.

Ser religioso também era uma característica importante, assim todos os trabalhadores vencedores do concurso eram católicos, excetuando o Sr. Darci Negretto, OP 1982, que frequentava a Igreja Assembleia de Deus<sup>263</sup>.

---

<sup>262</sup> A empresa Arcal S/A era do ramo têxtil, setor em que o trabalho feminino é majoritário nas fábricas.

<sup>263</sup> O conteúdo moralizante do concurso se expressava, especialmente, nos itens relativos à vida familiar e à religiosidade, comungando com os preceitos defendidos pela elite nacional e pelo grupo que se instalou no poder após o golpe civil-militar de 1964.

Os operários selecionados eram sindicalizados, pois essa era uma regra do concurso, mas dois eram líderes sindicais: Pedro Rodrigues, OP 1971, e Djalmo da Silva Flores, OP 1978.

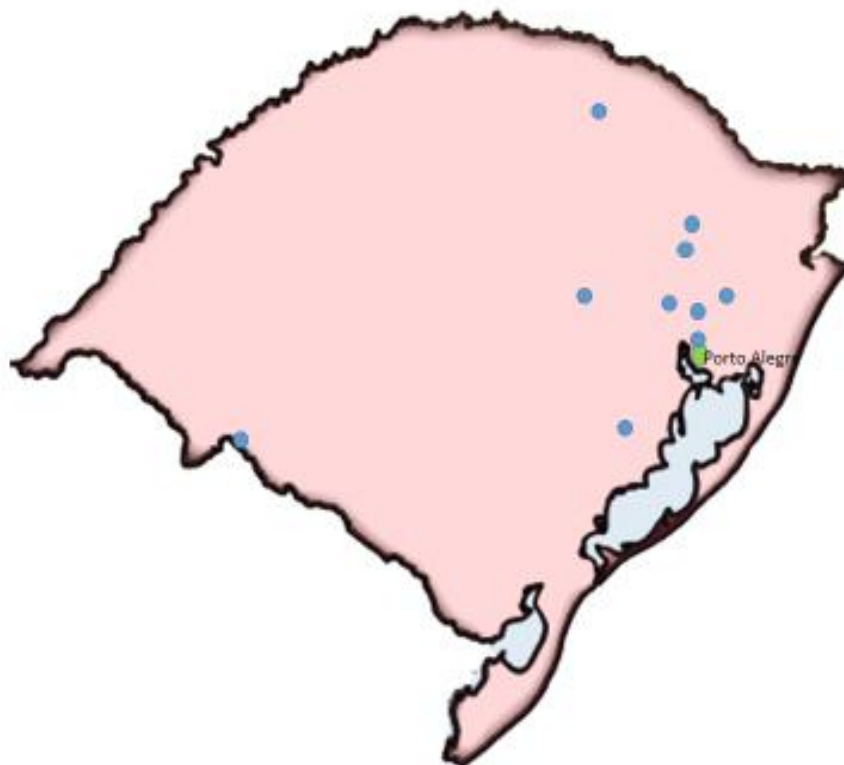
Apesar de ser um padrão, o operário que fora premiado não estava livre de sofrer acidentes de trabalho. Sabe-se que isso ocorreu com dois OPs: o de 1974, Alfredo Hansen, acidente descrito em entrevista concedida à pesquisadora, e o de 1979, Pedro Luiz da Silveira, acidente narrado no dossiê do trabalhador.

Além da premiação recebida pelo SESI, alguns OPs receberam homenagens do poder público. Em 2009, a Câmara Municipal de Canoas, através de Projeto de Lei, homenageou Pedro Silveira colocando seu nome em uma Unidade Básica de Saúde, localizada no bairro em que o trabalhador residia. Em 1978, a Prefeitura Municipal de São Leopoldo declarou Mario Carlet, OP 1972, cidadão leopoldense por meio da Lei Municipal nº 1.984/1978, “pelos relevantes serviços prestados à Comunidade no setor industriário”. A Prefeitura de São Leopoldo concedeu a mesma honraria aos OPs Eto Antero Roehe e Ary Arthur Furlan. Em 1998, uma rua desse município recebeu o nome de Eto Antero Roehe, homenagem ao único operário padrão nacional do Rio Grande do Sul.

Na sequência, no mapa do estado do Rio Grande do Sul, pode-se observar a distribuição dos operários vencedores do concurso ao longo dos 15 anos analisados neste trabalho.



Figura 7 - Mapa do estado do Rio Grande do Sul – Municípios dos OPs estaduais (1970-1985)



Fonte: A autora

Esses foram os trabalhadores escolhidos para serem os modelos a seus colegas de empresa e ao público mais amplo com o intuito de exaltar as virtudes do “bom trabalhador” na visão dos formuladores da Campanha. Havia similitudes entre esses personagens na tentativa de criar esse operário ideal, algumas características certamente correspondiam à realidade, como o tempo de empresa, no entanto outras podiam ter certa dose de criação ou exagero por parte do narrador, ou seja, o agente sesiano que deveria contar a história de vida e de trabalho daquele indivíduo. Mas o objetivo era vencer o concurso e, para além disso, divulgar uma imagem de trabalhador que se adaptasse aos preceitos do SESI.

### 5.3 DECIFRANDO O OPERÁRIO PADRÃO MODELO DO RIO GRANDE DO SUL

A partir da análise da documentação produzida para cada operário participante do evento em estudo, privilegiaram-se as categorias recorrentes nos currículos para esboçar um quadro com as principais características priorizadas pelos patrocinadores do concurso e que formaram um estereótipo de trabalhador a ser seguido por aqueles que também quisessem se tornar um OP, assim como pelos demais operários.

#### **O operário padrão e o ingresso no mundo do trabalho**

Uma constante entre os operários selecionados no concurso é que todos ingressaram muito cedo no mundo do trabalho devido às necessidades materiais impostas pelas condições familiares. Muitos deles vinham com suas famílias de áreas rurais para os núcleos urbanos, e a necessidade de trabalhar se mostrava sob muitos aspectos.

Da mesma forma relata Alexandre Fortes<sup>264</sup>, em estudo sobre operários porto-alegrenses do quarto distrito, área notadamente industrial da capital, o qual constatou, por meio de diversos depoimentos de trabalhadores, que era usual os operários entrarem no mundo do trabalho com pouca idade.

Antonia Colbari, examinando trabalhadores do estado do Espírito Santo, participantes do concurso Operário Padrão, conclui de forma semelhante.

São inúmeros os relatos que ilustram percursos profissionais com traços semelhantes. Originários de regiões agrícolas ou nascidos em áreas urbanas, todos esses homens ingressaram precocemente no mercado de trabalho, ainda na infância. Em muitos casos, a iniciação no trabalho deu-se no contexto familiar: começaram a trabalhar ajudando os pais na lavoura (ocasião em que estes eram pequenos proprietários, meeiros, colonos ou assalariados rurais) ou com eles aprenderam um ofício – uma tradição que remonta ao sistema doméstico clássico de produção, no qual a família era a peça-chave na garantia de emprego para as crianças e os pais eram os instrutores dos filhos, responsáveis pela sua aprendizagem técnica e disciplinar das artes e dos ofícios (Perrot, 1988). Na cidade, esse início pode ter sido em qualquer modalidade de subemprego: vendedores ambulantes, ajudantes de carga e descarga, ajudantes de oficina, carpintaria, marcenaria, etc. Para todos, contudo, é o ingresso em uma fábrica que marca o início de uma carreira profissional. [...] inserção precoce

---

<sup>264</sup> FORTES, op. cit.

dos filhos no mercado de trabalho não pode ser atribuída exclusivamente a razões de ordem econômica. Deve-se também à crença de que o trabalho e o enfrentamento das dificuldades são elementos forjadores do caráter, responsáveis pela assimilação do senso de responsabilidade perante a vida. Ser trabalhador é uma garantia do bom caráter, da retidão moral e da condição de “pessoa de bem”.<sup>265</sup>

Assim, para os operários examinados na presente pesquisa, temos os seguintes dados, referentes à idade de ingresso no mundo do trabalho:

**Tabela 4 - Operário Padrão Rio Grande do Sul - Idade de ingresso no mundo do trabalho**

<b>Operário Padrão (ano)</b>	<b>Idade em que iniciou atividades laborais</b>
1965	15 anos
1966	16 anos
1970	Sem informação
1971	17 anos
1972	17 anos
1973	14 anos
1974	Sem informação
1975	13 anos
1976	Sem informação
1977	14 anos
1978	13 anos
1979	13 anos
1980	10 anos
1981	19 anos
1982	13 anos
1983	12 anos
1984	9 anos
1985	7 anos

Fonte: A autora.

Como os dados foram extraídos dos currículos, pode-se supor que muitos iniciaram sua vida laboral muito antes do informado, pois os documentos podiam considerar apenas os dados formais, constantes nas fichas funcionais ou nas carteiras de trabalho dos operários, embora alguns dos currículos façam referência ao ingresso precoce e não fabril, como no caso do OP RS 1984:

A prosperidade também chegou para Antonio Luiz. Ele conseguiu seu primeiro emprego aos nove anos de idade. Era o mais novo “caixeiro”, uma atividade que misturava conserto de charretes e a condição de “charreteiro”, uma espécie de motorista particular que transportava pessoas do armazém às suas casas.<sup>266</sup>

<sup>265</sup> COLBARI, op. cit., p. 182.

<sup>266</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1984.

Ou então situação vivida pelo Operário Padrão RS 1980 que “na fazenda Capão Alto, arrendada por seu pai, Valdelírio, já com 10 anos, gostava de lavrar a terra. Se algum peão trabalhasse mais do que ele, chorava de desgosto, pois não admitia que ninguém o superasse n o trabalho”.<sup>267</sup>

A abnegação e atos em prol da família deveriam pautar a vida do operário padrão. Assim, o início das atividades laborais denotava a responsabilidade para com os seus, em detrimento de si próprio, como atesta o currículo de Darci Negretto:

A partir dos 13 anos de idade, Darci começou a trabalhar com a finalidade de auxiliar no sustento da casa. Deixou até mesmo o estudo para diminuir as despesas da família, que já estava passando algumas necessidades. Assim, vemos evidenciando, desde cedo, seu senso de responsabilidade e espírito de colaboração.<sup>268</sup>

Outro aspecto presente era a necessidade de auxiliar a família devido a uma situação de doença ou morte, caso do Sr. Eto Antero Roehe, que era “filho de família humilde, com 13 anos seu pai adoeceu e por isso abandonou os estudos para ajudar no sustento da casa”.<sup>269</sup> Situação similar fora experienciada por outro operário que, tendo falecido seu pai, “assumiu o comando da casa com quatro irmãos menores, provendo o sustento da família.”<sup>270</sup>

### **Os operários padrão e a vida sindical**

Um dos requisitos para o operário padrão era demonstrar sua participação no sindicato. Dado o período escolhido, à primeira vista, isso parece uma contradição, pois se sabe que uma das linhas de ação da ditadura era exatamente diluir ou acabar com a ação dos sindicatos, política esta com a qual, em sua quase totalidade, os empresários industriais estavam de acordo, pois objetivava acabar com greves e reivindicações que pudessem tumultuar o bom andamento do trabalho.

Segundo Colbari:

---

<sup>267</sup> SESI. Operário Padrão do Rio Grande do Sul de 1980.

<sup>268</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1982.

<sup>269</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1975.

<sup>270</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1978.

As formulações sobre o sindicato oscilam entre a defesa de sua incorporação na organização da Campanha Operário Padrão e o questionamento de sua representatividade. A participação nos sindicatos – embora a sindicalização seja obrigatória para se tomar parte no concurso – não se incorpora à constituição da imagem de trabalhador exemplar. Os OPs são sindicalizados, também, porque pertencem ao segmento da classe operária, na qual, como atestam várias pesquisas, incide a maior taxa de participação sindical. Maior grau de escolaridade, qualificação, e estabilidade no emprego e mais idade (atributos dos operários padrão) têm sido as variáveis que influenciam positivamente na sindicalização.<sup>271</sup>

Sabe-se igualmente que, na impossibilidade de fechar definitivamente as entidades sindicais, o governo optou por encampá-las e substituir direções combativas por direções mais alinhadas aos ideais do governo. Dos currículos examinados, apenas um não fazia referência à atuação do operário no sindicato, sendo que desses, três tinham participação ativa, como coordenadores, presidentes, secretários ou afins, e onze demonstravam apenas envolvimento como associados, participando de reuniões, assembleias e atividades culturais, esportivas ou assistenciais.

Caso extremo é o do operário padrão Rio Grande do Sul, 1978, que foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha de São Leopoldo por mais de 10 anos.

Djalmo é sócio, desde 1961, do Sindicato dos Trabalhadores em Artefatos de Borracha de São Leopoldo. Foi Secretário, de 1965 a 1967. É Presidente, desde agosto de 1967. [...] em 1975, o Sindicato da Borracha, celebrou a 1ª. Convenção Coletiva de Trabalho em São Leopoldo, tornando-se um exemplo no Vale do Rio dos Sinos, **para melhor entendimento entre empregados e as empresas.** (grifo nosso)<sup>272</sup>

Outro exemplo é o do operário padrão do Rio Grande do Sul, 1971, o qual também foi presidente do sindicato dos trabalhadores com uma filosofia adequada para um dirigente sindical à época:

Seu espírito dedicado, firme, conciliador, objetivo, sem arroubos ou fantasias, veio sendo forjado desde a meninice. Ainda como menor, com 14 anos, safrista, gostava de assistir às Assembléias do Sindicato, porque queria saber o que os dirigentes resolviam a respeito dos dramas do operário. Participava e ia formando sua opinião. Sua observação pensativa, foi lhe revelando que **a agressividade, o atropelo de muitas lideranças**

<sup>271</sup> COLBARI, op. cit., p. 160.

<sup>272</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1978.

**sindicais daqueles primeiros tempos de afirmação, não levava a resultados satisfatórios.** E, quando amadurecidos em sua atitude interior, de objetividade, conciliação e integração, foi guindado à presidência do Sindicato, em 1966, pelo período de dois anos, colocou em prática uma nova política de atuação sindical. **Sua atuação foi no sentido de conciliar os interesses do capital e do trabalho**, obtendo a colaboração de todos, para melhorias reais em favor do operário. Tanto que foi reeleito Presidente, em 1970, para um período de 3 anos. (grifo nosso)<sup>273</sup>

Esses documentos, ou parte deles, revelam a concepção do SESI, e assim de boa parte da classe patronal, de como deveria agir um líder sindical operário e quais deveriam ser os verdadeiros objetivos dos sindicatos dos trabalhadores: a busca pela harmonia, o melhor entendimento entre as partes, dessa maneira, evitando conflitos e problemas de ordem política, social e econômica para os donos das empresas. Era um modelo de sindicato também almejado pelo governo militar, que, ao destituir as lideranças combativas, deixava claro de que lado estava jogando. Todavia o mais comum era encontrar referências à participação sindical como sócio, como as que seguem:

Durante toda a sua vida de sócio sindical ou de entidade de classe nunca pertenceu ao quadro diretivo ou exerceu algum cargo. Todavia sempre apoiou e participou das atividades e iniciativas do Sindicato de Classe como sócio. Procura sempre acompanhar os movimentos sindicalistas para deixar seus subordinados informados a respeito.<sup>274</sup>

É sócio do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Campo Bom, desde 5 de agosto de 1974, sem ter assumido algum cargo.<sup>275</sup>

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo – desde 1945. Apenas sócio, tem participação sempre em Assembleias Gerais, e em 1969, presidiu a Assembléia geral anual.<sup>276</sup>

A atuação no sindicato, neste caso, é mais relevante, para quem pesquisa, devido a uma tradição historiográfica voltada para o estudo dos trabalhadores e que tende a privilegiar a atuação dos sindicatos e dos trabalhadores envolvidos com essas entidades.

<sup>273</sup> SESI. Currículo do Operário Padrão do Rio Grande do Sul. 1971.

<sup>274</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1982.

<sup>275</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1983.

<sup>276</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1975.

## Vida social e vida comunitária

De alguma forma, os trabalhadores participantes da Campanha Operário Padrão se destacavam em suas comunidades ou, pelo menos, isso é o que faz crer a descrição existente em seus documentos preparados para o concurso. Já se mencionou quanto às atividades sindicais e de como essas não eram tão importantes para os promotores da campanha, embora tivessem sua presença demarcada anualmente.

Assim, ao concurso operário padrão interessava outros tipos de inserção do indivíduo – operário – na sociedade, no bairro em que residia e em eventos sociais/esportivos da própria empresa.

Acreditando na filosofia de cultivar relações humanas, Orildo se dedicou muito à SAFIT – Sociedade Assistencial dos Funcionários de Irmãos Toigo, agremiação que praticamente engloba toda a atividade social, cultural e esportiva de São Gotardo, fato perfeitamente compreensível, pois a Toigo Móveis é a única grande empresa da localidade. Como membro da SAFIT, Orildo participou sempre de sua diretoria, desde a fundação da entidade, em 1978, destacando-se sempre como um dos funcionários mais votados em eleição direta.<sup>277</sup>

Dessa forma, o operário padrão também era uma figura pública de destaque em seu local de moradia, não só entre os muros da empresa, sendo mais uma oportunidade para divulgar as características de cidadão/trabalhador exemplar.

É sócio da Sociedade Leopoldense de Bolão, do Sport Clube Aimoré e Internacional e Sociedade Ginástica de São Leopoldo. Assume a Presidência do Grupo de Bolão Rossi [...], é membro do Conselho Fiscal do RCA (Rossi Atlético Clube), e Presidente da Cooperativa de Consumo Amadeo Rossi S/A; e nesta sua atual administração estão sendo construídas as novas instalações da Cooperativa de Consumo, para um melhor atendimento de auto serviço, para os 850 sócios. Possui atuação comunitária individual, auxiliando constantemente a paróquia de seu bairro com doações e organização de festas. É solicitado seguidamente para auxiliar o colégio de seu bairro, no que se refere à manutenção da escola, sendo ainda membro ativo do Clube de seu bairro. Há muito, anualmente organiza festas de São João entre os vizinhos de sua rua, e ultimamente

---

<sup>277</sup> SESI. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1985.

próximo à empresa, sendo que esta festa já se tornou característica no bairro.<sup>278</sup>

Existe nas referências a essas atividades uma predominância das atividades ligadas a clubes esportivos, no entanto também se distinguem ações comunitárias envolvendo a vizinhança, a igreja e até mesmo a escola a qual seus filhos frequentavam. Segundo Colbari, esse tipo de participação social invoca a ideia de “dever”: cristão e cívico, por isso, a realização dos mesmos privilegia esses espaços, em detrimento, neste caso, do sindicato.

### **Vida familiar exemplar**

O item “vida familiar” era muito importante para o concurso, pois deveria destacar que o trabalhador era um exemplo na fábrica e também fora dela. A família representava, nesse contexto, o alicerce para o operário. Ademais, um trabalhador que possuísse uma família constituída nos padrões exigidos pela sociedade, ou seja, com um chefe de família, uma esposa dedicada, filhos obedientes e estudiosos e, talvez, outros entes que dependessem do chefe, no caso, o trabalhador em questão, podia ser uma garantia de um bom cidadão, cumpridor de seus deveres.

Dos dossiês examinados, todos os operários eram ou haviam sido casados (alguns eram viúvos). Todos tinham filhos e alguns assumiam sob sua responsabilidade outras pessoas da família, como pais, sogros, sobrinhos. Isso poderia atestar a responsabilidade, pois do operário dependiam muitas pessoas. O bem-estar de sua família decorria de seu trabalho e da riqueza material advinda com ele. O chefe da família, o operário-padrão, era o modelo a ser seguido por seus colegas de empresa, mas também pelos seus filhos, especialmente os homens, afinal, o concurso queria provar que, com o esforço pessoal, poder-se-ia chegar à ascensão profissional e, com isso, à melhoria das condições materiais, traduzidas na casa própria, na aquisição do carro e, até, de uma casa na praia ou de um sítio.

Na casa do operário padrão imperava a harmonia. Era o lema da paz social aplicado na vida privada, como se pode perceber no caso da operária padrão eleita em 1981. Mesmo vivendo com a mãe, o filho e a nora, todos viviam bem, sem

---

<sup>278</sup> SESI. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1977.



antagonismos, pois o trabalhador modelo zela pela ausência de conflitos, seja em casa, seja na fábrica. Assim ocorria com o operário escolhido em 1982:

Darci é um amante da vida em família e **tudo faz para que a harmonia do lar seja a mais perfeita possível**. Ao lado da esposa e dos filhos é que gasta as suas horas de lazer. Ajudando a esposa nas atividades domésticas, executando pequenos consertos e melhorias na casa ou brincando com o filhinho, Darci é uma presença sempre viva, alegre e compreensiva. (grifo nosso)<sup>279</sup>

O papel da esposa é destacado como aquela que auxiliava o trabalhador. Gastava com parcimônia, educava bem os filhos, se possível, realizava alguma atividade para contribuir na economia doméstica. Poucos são os casos relatados em que as esposas também são operárias.

A família é muito unida. Todos se reúnem com frequência, os rapazes jogam futebol e aos domingos sempre há um churrasquinho com a família. Natal e aniversários são sempre festejados. Há televisor e gravador em casa, pois todos gostam de imagem e de som. [...] **A esposa Tereza é só para casa**. Não gosta de bailes. **Extremamente econômica, costura para a família. Não bota nada fora**. Um modo de economizar é não comprar de quilo, mas fazer todo o rancho de uma só vez, mensalmente. (grifo nosso)<sup>280</sup>

Além dos seis filhos criou uma afilhada e foi tutor de um menino órfão. [...] Para dar estudo aos filhos, Eto lutou muito, e deixou, de estudar como queria para fazer extras e com isso reforçar orçamento familiar. Sua esposa, pelo mesmo motivo, passou a lavar roupa para fora durante 11 anos.<sup>281</sup>

Assim, a família do OP era um testemunho de suas virtudes e da eficácia do exemplo.

### **Operário padrão não falta... só por doença: assiduidade e pontualidade**

Assiduidade e pontualidade eram quesitos diretamente relacionados ao cotidiano dos trabalhadores e, como colocado anteriormente, fator de fácil comprovação e muito destacado em todos os currículos. Como o concurso premiava aqueles que haviam ascendido na empresa, este era um item muito importante, pois tinha por objetivo demonstrar que, para se chegar a um posto de chefia ou

<sup>279</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1982.

<sup>280</sup> Idem. Currículo Operário Padrão do Rio Grande do Sul de 1980.

<sup>281</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1975.

supervisão, apresentar assiduidade e pontualidade no trabalho era essencial. Sabe-se que o absenteísmo<sup>282</sup> é uma das formas que os trabalhadores encontram para manifestar sua insatisfação contra o sistema de trabalho. Portanto, ser assíduo e pontual poderia trazer uma recompensa, ao passo que, ao contrário, revoltar-se contra o relógio da fábrica poderia desencadear prejuízos para o operário, de acordo com o discurso (não tão) oculto da campanha, segundo seus patrocinadores. Isso fica patente em diversos depoimentos registrados nos currículos, como, por exemplo, o trabalhador que foi premiado pela empresa, por dois anos consecutivos, por não ter faltado ao trabalho “nenhum minuto durante o ano”<sup>283</sup>.

Para alguns, somente sendo vitimado por doença grave era motivo para faltas ou atrasos, como “Eduardo Kania [que] foi admitido na empresa a 1º. de setembro de 1943, contando hoje com 32 anos de firma, sem ter tido nenhuma falta ao trabalho, a não ser por motivo de saúde (acidente de trabalho)”<sup>284</sup>, ou como o OP RS de 1984 que “nesses anos todos, só faltou por motivo de doença, mesmo assim teve abono médico”<sup>285</sup>. Para outros, contudo, nem mesmo ter uma enfermidade constituía razão para não comparecer ao trabalho, como testemunha currículo do OP RS 1977, pois teve “somente 6 faltas, por motivo de doença. Houve época, em 1967, em que pelo espaço de três meses corridos, sofrendo o mesmo de hepatite, não deixou de comparecer ao serviço, por estar ciente de suas responsabilidades”<sup>286</sup>.

Além da pontualidade e assiduidade, ressaltava-se o fato de que também esses operários estavam à disposição da empresa quando esta demandasse, como o Sr. Alfredo Hansen que “possui[a] o mérito de nunca ter chegado atrasado no trabalho, ficando, quando necessário, à disposição da empresa fora de seu horário normal.”<sup>287</sup> Ou como o OP RS de 1974:

Sempre pontual e assíduo em seus quatorze anos de serviço prestado à PETROBRÁS, a ficha do empregado registra, ainda, serviços fora de sua jornada de trabalho, prestando colaboração à Unidade em situações de emergência e cooperando com seus colegas que trabalham em horário especial.<sup>288</sup>

<sup>282</sup> Segundo Sandroni, o termo absenteísmo designa “o número de faltas, ou a porcentagem de ausências dos empregados ao trabalho, numa empresa ou instituição governamental” (SANDRONI, op. cit.).

<sup>283</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1982.

<sup>284</sup> Idem. Biografia de Eduardo Kania, Operário Padrão Rio Grande do Sul 1970.

<sup>285</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1984.

<sup>286</sup> Idem. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1977.

<sup>287</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1974.

<sup>288</sup> SESI. Currículo de Operário Padrão Rio Grande do Sul 1973.

### **Estabilidade na empresa ou quanto tempo um operário padrão se mantém na mesma “firma”**

O operário padrão era um trabalhador estável. Conforme já indicado, todos demonstraram ter muitos anos na mesma empresa, o que revelava estabilidade, tanto da empresa, como do próprio trabalhador. Mas cabe aqui uma ressalva, pois constatado o fato de que os operários premiados, em sua maioria, eram supervisores ou chefes de seção, deve-se considerar que para chegar a esse posto na empresa é necessário tempo, pois dificilmente um trabalhador ascende na hierarquia fabril repentinamente. O currículo da operária de 1981 demonstra essa ascensão profissional, relatando, por conseguinte, o tempo de permanência da funcionária na empresa:

De 1953 a 1955 atuou como costureira. Neste período como a empresa era muito pequena fazia toda a sorte de trabalhos além da costura, como faxineira da fábrica, manutenção das máquinas, às vezes até de babá dos filhos da patroa. Neste período também assumiu o controle da costura em facção fornecida a costureiras domésticas. Em 1955 assumiu o Risco e o Corte. Em 1960 assumiu a supervisão geral do Corte e Costura. Em 1970 passou a dirigir a Modelagem, a Seleção do Pessoal e seu treinamento, e a supervisão geral da Produção Planejamento do Risco, Sala de Corte, Sala da Costuraria, Acabamento e Controle de Qualidade. Em 1980, assumiu especificamente a Modelagem exercendo ainda o cargo de consultora da gerência de Seleção e Treinamento de Pessoal, e da gerência de Produção.<sup>289</sup>

**Tabela 5 - Operários Padrão RS – Tempo de empresa**

10 a 20 anos	3
21 a 30 anos	9
31 a 40 anos	3

Fonte: Currículos Operários Padrão Rio Grande do Sul 1970-1985

As histórias de vida de trabalho em determinadas empresas, contadas através dos currículos relatam por vezes essa epopeia do trabalhador rumo ao progresso, que por meio de seu esforço, dedicação e disciplina para o trabalho, conseguiram permanecer longo período na mesma empresa e foram premiados por isso, tornando-se um modelo.

<sup>289</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1981.

## O Operário Padrão e a casa própria

Como já mencionado, a casa própria era elemento significativo nos currículos dos operários, pois traduzia materialmente o crescimento pessoal, além de demonstrar responsabilidade do funcionário em relação a família. Dispor de uma casa própria representava a garantia de não ficar desamparado e não deixar os seus nessa situação. Se o imóvel era financiado poderia significar ainda a segurança para a empresa de que este funcionário não tomaria nenhuma atitude inconsequente, como a participação em uma greve, por exemplo, pondo em risco a estabilidade familiar.

A leitura dos currículos permite perceber um mundo repleto de dificuldades materiais, mas essas adversidades, para os operários padrão, eram resolvidas com o trabalho árduo e constante e com o apoio familiar, especialmente da esposa zelosa pela casa e pelos filhos, traduzindo o ideal de família de classe média, a que todos os trabalhadores deveriam almejar para seu sucesso e o da sociedade como um todo.

A casa própria era a representação máxima desse esforço. Não era adquirida facilmente, mas era fruto da dedicação e do empenho de todo o núcleo familiar. Conforme Colbari<sup>290</sup>, a casa simbolizava “estabilidade, segurança e a certeza de que em momento de dificuldades, principalmente de desemprego ou doença, pelo menos a moradia está assegurada”, especialmente para um grupo da população que se via as voltas com desemprego e instabilidade econômica. Ainda, a moradia própria, segundo a autora, “constituiu um investimento e um patrimônio que pode ser aumentado; trata-se de uma prova de ascensão social e do progresso pelo trabalho”.

Uma vez pago o terreno, Darci pensou em livrar-se do aluguel, objetivo esse que o levou a construir uma pequena casa de madeira para moradia própria e da família. Este empreendimento muito exigiu de Darci, passando até necessidades. A situação financeira de Darci aos poucos foi melhorando e a renda de seu trabalho já permitia realizar algumas economias mais significativas. Com isto, em 1966, deu início à construção da atual casa própria, pois as dimensões da anterior, que eram de 5,00 x 5,00m, pouco conforto ofereciam. Como não tinham condições financeiras suficientes para pagar a mão de obra, aos fins de semana e feriados, ele mesmo ia

---

<sup>290</sup> COLBARI, op. cit., p. 141-142.

concluindo os trabalhos de construção, valendo-se das habilidades manuais.<sup>291</sup>

Graças unicamente ao seu trabalho e empenho sempre crescente, construiu excelente residência de alvenaria, de 140 m<sup>2</sup>, em São Gotardo, próximo ao seu local de trabalho. Tem, ainda, três lotes na zona urbana de Flores da Cunha e um automóvel para os passeios da família.<sup>292</sup>

Pagar aluguel expunha o trabalhador a uma situação de vulnerabilidade, pois não havia garantia de que conseguiria fazê-lo no mês seguinte. Conforme Kowarick, ter uma moradia sua é

a vitória de uma moralidade que valoriza a família unida, pobre porém honesta, o trabalho disciplinado, enfim, a vitória da perseverança que leva à conquista da propriedade. É a respeitabilidade daquele que, com o esforço familiar, ergueu as paredes e o teto que representam real e simbolicamente a proteção contra os perigos e violências da rua, a tranquilidade barulhenta da televisão dominical, a sociabilidade da vida íntima e, no final, a esperança de maior segurança na velhice.<sup>293</sup>

A conquista da moradia simbolizava a concretização de um sonho há muito tempo almejado:

Conta com emoção que depois de 15 anos de casado, ele e a esposa conseguiram realizar um sonho sempre acalentado: morar numa casa que fosse de sua propriedade. Assim, em 1980, o casal e a família tiveram seu melhor presente de Natal: a casa própria, construída com união e esforço do casal, economizando aqui e ali, para que realizassem seu sonho.<sup>294</sup>

Em razão das dificuldades financeiras, a casa própria geralmente era adquirida mediante financiamento. Os currículos demonstram que o parcelamento era feito tanto pelo Banco Nacional de Habitação, entidade criada na ditadura militar, como ocorreu com o OP RS 1973, que “desde 1972, reside em apartamento de sua propriedade, o qual adquiriu através de financiamento do Banco Nacional da Habitação”; como também, em período anterior, pelo próprio SESI, como realizado pelo OP RS 1974, pois “em 1963, requereu e conseguiu um empréstimo do SESI, através de sua Carteira Predial, então existente, podendo, assim, construir a sua própria casa”.

<sup>291</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1982. (Darci Negretto).

<sup>292</sup> Idem. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1985. (Orildo José Coloda).

<sup>293</sup> KOWARICK, op. cit., p. 90.

<sup>294</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1983. (Delmar José da Costa).

## Religiosidade

Aspectos religiosos também estavam presentes na Campanha Operário Padrão. A maioria dos documentos analisados demonstra a vinculação do operário modelo e sua participação em atividades religiosas com o intuito de, principalmente, relacionar práticas religiosas a um modelo de cidadão. Mas não era qualquer atividade religiosa: o OP deveria ser cristão e preferencialmente católico, de acordo com a moral burguesa vigente na época e com os próprios princípios que nortearam a criação do SESI.

Quando o SESI fora criado, o presidente da CNI era o empresário Euvaldo Lodi. No início da década seguinte, Lodi, num pronunciamento carregado de ideias cristãs e metáforas bíblicas, expôs o motivo do sucesso do SESI, que “não se limitou ao frio instrumental da assistência e apelou, em vez disso, para a possibilidade de se constituir em elemento de atração calorosa, humana e cristã: porque se inspira nos princípios indiscutíveis e imperativos da doutrina social dos Papas”<sup>295</sup>.

Durante a década de 1960, a Igreja Católica passou por uma renovação a partir do Concílio Vaticano II e com as Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), na América Latina. Essas conferências resultaram em resoluções, nas quais a “Igreja brasileira teria papel central”. Também nesse período surge na América Latina a Teologia da Libertação, que propõe “uma transformação radical nas relações sociais e de poder nestas sociedades, sendo a Igreja propulsora dessa transformação”.<sup>296</sup>

Apesar desta renovação e de setores da Igreja Católica se aproximarem aos movimentos sociais durante os anos 60 e 70 do século vinte, Farias<sup>297</sup> argumenta que o catolicismo brasileiro continuou sendo uma religião conservadora, com a maior parte do clero constituída por este setor.

Essa tendência perdurou durante o período da ditadura militar, ainda que houvesse setores da Igreja Católica mais progressistas e que defendiam o retorno à

<sup>295</sup> SESI-RS. **Sesi**: Objetivos. Porto Alegre: Sesi, 1976, p. 35.

<sup>296</sup> FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem**: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo: 1930-1945. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 18-19.

<sup>297</sup> FARIAS, op. cit.

democracia e o fim dos abusos e crimes cometidos pelo regime instituído, especialmente a partir de 1968, como alude Carlos Fico.<sup>298</sup>

Como era um concurso organizado por entidade empresarial e por um veículo de comunicação impressa de tendências conservadoras, fato demonstrado por seu apoio ao golpe civil-militar desencadeado em 1964, pôde-se deduzir que as ideias de certa elite conservadora dos anos de 1960 e seguinte, especialmente no que diz respeito à religiosidade, estariam presentes no concurso. Essa valorização do aspecto religioso ligado ao cristianismo, mais declaradamente católico, estava em consonância com o que propugnavam grupos religiosos, como a TFP<sup>299</sup>, e os diversos grupos femininos surgidos no pré-golpe, como a CAMDE, a LIMDE e a UCF<sup>300</sup>.

O apego a uma religião leva a crer que o trabalhador fazia parte de um grupo social maior que partilhava certas convicções, entre as quais, a obediência a um pai, a valorização da hierarquia e outros valores preconizados como a paz, ordenamento social, resignação com sua condição social, valorização do trabalho, e outros essenciais para o bom trabalhador.<sup>301</sup>

Dessa forma, por meio dos documentos examinados, verifica-se que o operário padrão era um trabalhador, comumente, religioso e participante das atividades da igreja. Mormente se dizia católico. Dos currículos verificados, apenas um não pertencia à religião católica, visto que “desde 1976 é membro do Conselho Fiscal da Igreja Assembleia de Deus de Caxias do Sul, tendo sido reeleito, desde aquela data, em cada nova gestão da entidade”.<sup>302</sup>

Segundo Colbari, a participação dos trabalhadores em atividades religiosas pode “estimular condutas morais favoráveis ao *ethos* do trabalho: abstinência de álcool, reputação, honestidade, abnegação, respeito às autoridades, cultivo dos

---

<sup>298</sup> FICO, op. cit., p. 155-168.

<sup>299</sup> Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Organização leiga de caráter religioso, propugnando o conservadorismo da religião católica.

<sup>300</sup> Campanha da Mulher pela Democracia (Rio de Janeiro), Liga da Mulher pela Democracia (Belo Horizonte) e União Cívica Feminina (São Paulo).

<sup>301</sup> A Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891, no papado de Leão XIII, trata da questão social dos operários e foi um contraponto às ideias marxistas que ganhavam força no final do século XIX. Nessa Carta, constam vários conceitos fundamentais para a Igreja Católica sobre o operariado, sendo o mais importante, para o escopo deste trabalho, o que discorre sobre a “harmonia entre as classes sociais” em contrapartida à luta de classes, a “aceitação, pelo homem, de sua condição social”, a “defesa da propriedade privada”, a “importância do trabalho e da família para o indivíduo”.

<sup>302</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1982.

valores familiares, enfim, virtudes que asseguram aos seus portadores vantagens no mercado de trabalho”<sup>303</sup>, como se percebe no trecho que segue:

Antonio Luiz também tem participação religiosa junto à diretoria da Paróquia Cristo Rei e Santa Teresinha, na organização de quermesses e auxílio espiritual, ao mesmo tempo em que é cursilista. “Loiva e eu nos reunimos semanalmente com outros seis casais, para ajudarmos as famílias mais carentes. Fazemos um mutirão de alimentos e os levamos àquelas pessoas necessitadas. Cada família leva alguma coisa. No final fazemos a doação. Também visitamos o asilo e o hospital. Enfim, levamos palavras de conforto a quem está precisando”.<sup>304</sup>

Ao analisar o período pós-guerra, Souza<sup>305</sup> infere que o catolicismo pode ser um instrumento, uma “instituição formadora e legitimadora de valores”, que auxilia outros organismos da sociedade, inclusive econômicos, a erigir novos significados para compreender o mundo.

Operário Padrão de 1970, Sr. Eduardo Kania, segundo informa sua documentação, no ano em que venceu o concurso no estado, participava, com “atuação especial na construção da Capela Nossa Senhora Aparecida, situada na comunidade de sua residência”. O operário Alfredo Hansen, vencedor da fase estadual, em 1974, era bem atuante em sua comunidade religiosa, conforme consta de seu currículo, sendo da diretoria administrativa da comunidade, foi representante do vicariato de Novo Hamburgo e no mesmo ano que participou do concurso, “ajudou a fundar o movimento de casais da Paróquia de Estância Velha”, além de várias outras atividades descritas em seu currículo.

Podia ocorrer de o OP não ter atividade expressiva na comunidade religiosa, entretanto, registrava-se sua participação nas cerimônias, como o OP RS 1973, Sr. Raimundo de Oliveira Duarte que, “é católico e frequenta com sua família as cerimônias religiosas na Igreja São João”. Ou do OP 1978, Djalmo da Silva Flores, que se dedicava mais ao sindicato, mas não se deixou de marcar que era “membro da Igreja Católica de Santo Inácio, do Rio dos Sinos”.

Não só o operário tinha sua participação comprovada nas atividades religiosas, mas sua família também, assim, aumentando o potencial moral do trabalhador, como se verifica no caso do OP de 1979, em que sua esposa

<sup>303</sup> COLBARI, op. cit., p. 155.

<sup>304</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1984.

<sup>305</sup> SOUZA, Rogério Luiz de. Catolicismo e capitalismo de bem-estar social (1945-1970). **Revista Brasileira de História das Religiões, Anpuh**, Ano V, n. 14, set. 2012, p. 209-223.



“Concheta é muito religiosa, especial devota do Padre Reus, a quem conheceu em vida, quando jovem morava em São Leopoldo”.<sup>306</sup>

Observa-se que o pertencimento a uma congregação religiosa, preferencialmente católica, revelava um bom operário, nos moldes do concurso, posto que este seria mais um elemento a atestar sua “boa índole” e adequação ao tipo social defendido pelo concurso.

### **Riqueza fruto do trabalho – Dedicção ao trabalho**

A dedicação ao trabalho era outro item de cunho moralizante, assim como a religião. Nessa parte do currículo podia-se evidenciar como o trabalhador modelo se dedicava ao labor, como isso era importante para a sua vida e como seu esforço incansável e pessoal foi decisivo para sua ascensão profissional. Orildo Coloda descreve o motivo de sua ascensão na empresa Toigo Móveis, uma vez que “começou lá de baixo como auxiliar de lixção e foi indo, foi indo [...] e o crescimento veio ao natural, em função da vontade da gente querer alguma coisa a mais na vida”<sup>307</sup>.

Possivelmente neste item esteja o cerne da mensagem disseminado pela campanha: pelo esforço e dedicação ao trabalho é possível ascender profissionalmente e, em consequência, materialmente, sem atritos entre as classes, mas através da cooperação entre elas. Capital e trabalho juntos para o bem de todos. Talvez mais presente em alguns currículos em relação a outros, mas o objetivo do concurso era divulgar que era possível a ascensão profissional pelo esforço individual e que existiam exemplos em todas as empresas.

Ascender profissionalmente, nesse caso, não significava deixar de executar funções ligadas à produção, tornando-se um trabalhador ligado à burocracia ou até um empreendedor. A ascensão ocorria, no caso dos OPs, na mesma empresa, e geralmente vinculada à profissão de ingresso na instituição: poderia tornar-se chefe da seção X ou Y, ou então coordenador do setor tal. Esse crescimento profissional trazia em consequência incremento econômico, descrito nos currículos como a aquisição da casa própria, reformas ou acréscimo da área construída da casa,

<sup>306</sup> SESI. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1979.

<sup>307</sup> COLODA, Orildo José. **Depoimento do Operário Padrão 1985** [2 maio 2010]. Entrevistadora: Daniela de Campos. Flores da Cunha, 2010.

compra de um segundo imóvel, compra de um automóvel. Caso descrito na documentação do operário Darci Negretto, ganhador do concurso estadual em 1982, que “nunca recebeu nada a título de herança ou doação. Todos os bens que possui são frutos de seu trabalho, que sempre revestiu de total honestidade, seriedade e dedicação”.<sup>308</sup>

No currículo do Operário Padrão de 1971, funcionário do Frigorífico Armour, de Santana do Livramento, evidencia-se a concepção do mérito pelo esforço pessoal, no que seria a própria visão do trabalhador, pois “tem ele dito que, na sua observação, se o operário quiser melhorias, ele mesmo deve ter a iniciativa”<sup>309</sup>. Assim, por meio desse discurso, calcado no mérito pessoal, a responsabilidade pelo progresso material era do próprio trabalhador, eximindo a responsabilidade social do Estado e também daqueles que empregavam a força de trabalho.

Da mesma forma, o OP RS 1980 percebia que sua atividade era “social por excelência”. Para realizá-la, precisava dispendir enorme esforço físico, porém, para esse trabalhador, segundo descrito em sua documentação, “forcejar é bom para a saúde”<sup>310</sup>.

Antonia Colbari entende que esse atributo do operário padrão está ligado à “ideologia do êxito”, para a autora “a visão de mundo do operário-padrão incorpora o credo puritano, a mentalidade que associa o êxito à virtude e à vontade individual”<sup>311</sup>. Assim, o empenho do trabalhador, sua diligência para com as atividades laborais, como demonstram as narrativas dos currículos, é recompensada pelo progresso material, discurso chave da campanha.

A “força de vontade” como propulsora do progresso individual ao associar o êxito à vontade de vencer, motiva o acionamento das qualidades físicas, intelectuais e morais, no sentido da construção de uma carreira profissional sólida. A assimilação desse *ethos*, que remete a o “individualismo possessivo”, impulsiona o operário a enredar-se numa busca contínua de maximização de seus ganhos materiais visando melhorar sua posição social. A esse processo se associa a crença no esforço, na vontade e na responsabilidade individual como formas de assegurar o êxito profissional e as possibilidades de ascensão social.<sup>312</sup>

<sup>308</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1982.

<sup>309</sup> Idem. Currículo do Operário Padrão do Rio Grande do Sul, 1971.

<sup>310</sup> Idem. Operário Padrão do Rio Grande do Sul de 1980.

<sup>311</sup> COLBARI, op. cit., p. 230.

<sup>312</sup> Ibidem, p. 230.

Esse aspecto do operário padrão, evidencia a sobreposição e a valorização do individual sobre o coletivo, pois o que importava era o esforço individual, ainda que isso se transformasse em melhorias para o conjunto familiar. Nessa categoria de análise do concurso, as interações sociais realizadas pelos trabalhadores não possuíam relevância.

A aposentadoria deveria ser para o trabalhador o término de suas atividades laborais formais. Entretanto sabe-se que, no Brasil, a jubilação do trabalho, para a grande massa de trabalhadores, não é a garantia de um descanso tranquilo e sem percalços financeiros. O sistema previdenciário brasileiro não garante aos seus beneficiados uma vida despreocupada após os anos dedicados ao trabalho e, por isso, para muitos, a única opção possível é continuar com suas atividades por mais alguns anos até que a renda familiar possibilite que, enfim, o trabalhador realmente se aposente. Assim, em alguns casos, o discurso anterior, sobre o progresso material por meio do esforço pessoal, não correspondia à realidade experienciada pelo próprio operário no momento de sua aposentadoria, uma vez que ele deveria continuar com suas atividades na empresa:

Em 09.09.1978 um fato muito importante aconteceu na vida de Darci. Após 25 dedicados anos de trabalho e empenho profissional, viu todo o seu esforço coroado pela merecida aposentadoria (aposentadoria especial) da Previdência Social. E Darci, um homem cheio de vigor, julgou que muito podia fazer ainda como trabalhador, fato este que o levou a continuar na Empresa e o que é mais importante, com o mesmo cargo que vinha desempenhando até então.<sup>313</sup>

O progresso material, mensurado pelos bens adquiridos pelo operário através do seu trabalho e da economia da família, representada pela esposa, assume um significado de exemplo para os demais trabalhadores no contexto do concurso. Dessa forma, trabalhar muito, dedicação à empresa e adequação às normas estabelecidas pode trazer uma recompensa ao operário, entretanto não significava, necessariamente, uma aposentadoria sem percalços.

---

<sup>313</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1982.

### **Relações com a chefia e subordinados: o operário padrão é um bom companheiro**

Se no item anterior o que se valorizava era o esforço individual, no que diz respeito às relações existentes entre o operário padrão e seus colegas, bem como com pessoas alocadas em postos hierárquicos mais elevados, há um destaque para as interações sociais, descritas nos documentos do concurso, como sendo de harmonia. De acordo com a proposta do SESI, descrita no segundo capítulo deste texto, o espaço de trabalho deveria ser pautado pela concórdia entre as classes, aquilo que o SESI difundia como a “paz social”. Essa harmonia e, portanto, ausência de conflitos, deveria estar presente nas relações dos próprios trabalhadores entre si, como também em relação às chefias e seus subordinados. Dessa forma, havia nos currículos um item que descrevia a relação dos OPs com seus subordinados e como esses trabalhadores modelos se relacionavam com suas chefias, em alguns casos, com os próprios donos das empresas.

Darci sempre soube manter um bom relacionamento com seus subordinados e demais operários da fábrica, fazendo com que sempre fosse bem aceito por todos. Esta aceitação ficou nitidamente demonstrada por ocasião da votação, pois os operários manifestaram sua alegria através de atitudes e cumprimentos eufóricos pela vitória de Darci.<sup>314</sup>

Para Colbari, a presença de características que falam sobre a interação social no âmbito do concurso tem o objetivo de demonstrar a existência de solidariedade entre as pessoas que convivem no mesmo espaço de trabalho, resgatando “a humanidade esmagada nas relações monótonas entre homens e coisas que marcam o ato de produzir”<sup>315</sup>.

Assim, no documento do operário Mario Carlet, OP de 1972, mencionava-se campeonato esportivo organizado por esse trabalhador. Essa atividade, segundo o texto, era uma oportunidade de integração entre os operários da empresa, mas também ocasião em que os diretores do estabelecimento prestigiavam a atividade, “como padrinhos do campeonato”, convidados pelo próprio Carlet, de acordo com o documento, no intuito de “maior aproximação do empregador e seu empregado”. O relato prosseguia com a informação de que o operário fazia isso quando percebia

---

<sup>314</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1982.

<sup>315</sup> COLBARI, op. cit., p. 205.

que “as lideranças institucionais da empresa começam a se distanciar” e, portanto, “lança mão destas promoções, no sentido de uma aproximação e confraternização.” Esse OP, além de se relacionar satisfatoriamente com seus colegas e com sua chefia, segundo os pressupostos divulgados pelo concurso, também, colaborava para um ambiente harmonioso.

O clima de conciliação existente na empresa que o concurso desejava revelar manifestava-se em determinadas atitudes e comportamentos presentes nos discursos sobre o operário padrão, tal como relatado a respeito do OP RS 1983:

Delmar é calmo e ponderado em suas atitudes, estável em seu comportamento, sendo atencioso para com os demais. Procura atuar dentro de um espírito de equipe, favorecendo um ambiente de coleguismo e colaboração, indo ao encontro dos demais para que o ambiente humano de trabalho seja favorecido.<sup>316</sup>

Para os promotores do concurso importava passar uma imagem de trabalhador com eficiência técnica, responsável e disciplinado, mas que também sabia ser solidário e companheiro nas relações estabelecidas no ambiente de trabalho. Esse tipo de comportamento também podia ajudar no crescimento profissional do operário, como narrado pelo OP RS 1985 em entrevista:

Mas todo mundo que a gente trabalhou, que fui chefe, não tem ninguém, nunca briguei com ninguém, nunca discuti com ninguém. Se eu tivesse que repreender uma pessoa, repreendia, mas dava elogio. Tinha que ter essa política, de repreender que tava fazendo errado, mas dava o elogio. Olha tu sabe fazer! Eu tive várias passagens dentro dessa situação. Assim como eu tive oportunidade, eu dei oportunidade, para aqueles que trabalhavam no meu setor de trabalho. E muitas dessas pessoas cresceram na vida também. Oportunidades [...].<sup>317</sup>

Já Valdelírio Garcia, funcionário da CRT, mantinha boa relação com seus colegas de trabalho e ajudava-os em quaisquer dificuldades, e, mais importante, “através de conselhos, tem conseguido vencer sentimentos de revolta de seus colegas com a situação no trabalho”. Percebe-se que a situação de trabalho a que estavam submetidos os funcionários da CRT não era satisfatória. A própria descrição do trabalho realizado por Valdelírio indicava dificuldades na realização de suas tarefas cotidianas. No entanto destacava-se a prontidão do funcionário para

---

<sup>316</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul 1983.

<sup>317</sup> Entrevista.

resolver esses conflitos, mesmo em condições de igualdade hierárquica, uma vez que esse OP não ocupava posição de chefia na empresa, distribuindo conselhos para diminuir o sentimento de revolta e assim minimizar as divergências.

Djalmo Flores era presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Borracha. Exercia também função na Justiça do Trabalho e, como tal, agia no sentido de promover o entendimento entre as classes:

Como vogal das 2ª. Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de São Leopoldo (desde 1977) procurou tornar realidade o seu sonho de entendimento universal dentro da Justiça. Djalmo tem aqui vasto campo para exercer suas tendências de humanidade e justiça.<sup>318</sup>

Eventualmente a descrição sobre o “índice de companheirismo” ultrapassava os domínios da fábrica, como no caso do OP RS 1971, Sr. Pedro Rodrigues, pois mantinha com os colegas um relacionamento ótimo, “que se confunde[ia] com o relacionamento com toda a cidade. Pedro é excelente companheiro, grande colaborador, o que é confirmado pela votação”<sup>319</sup> recebida para o concurso. Dizia ainda que este trabalhador era “uma figura eminentemente social, relacionada com a vida do bairro, demonstrando ser sempre um líder, de fácil comunicabilidade e de grande interesse na solução dos dramas de seus co-irmãos”,<sup>320</sup> Da mesma forma, observa-se na documentação do OP RS 1973:

Realmente sente-se que a amizade que todos os colegas lhe dedicam é grande e isto pode-se afirmar que ela a conquistou com sua maneira correta de agir e seu grande espírito de colaboração e ajuda aos companheiros de trabalho. [...] Raimundo é um colega que desempenha elevado índice de companheirismo, pois em diferentes circunstâncias que surgem na vida das famílias dos colegas de trabalho sua presença é sempre notada, levando o calor de seu espírito humanitário.”<sup>321</sup>

O “companheirismo” constituía item obrigatório nos currículos dos Ops, conforme as regras do concurso. Supõe-se, porém, que nem todos tinham os atributos desejados. Havia, entretanto, outras formas de demonstrar o companheirismo, ainda que não envolvessem manifestações de solidariedade e auxílios diretos. O OP RS 1975, também vencedor da fase nacional, teve seu

<sup>318</sup> SESI. Currículo do Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1978.

<sup>319</sup> Idem. Currículo do Operário Padrão do Rio Grande do Sul, 1971.

<sup>320</sup> Idem.

<sup>321</sup> Idem. Currículo do Operário Padrão do Rio Grande do Sul, 1973.

companheirismo aferido, por meio de suas “invenções”, posto que criava formas de proteger o maquinário a fim de evitar acidentes com “operários novos”<sup>322</sup>.

Mas ser solidário não significava abrir mão da disciplina e da hierarquia impostas pelo sistema produtivo. Importava manter a ordem, mesmo que com um “verniz” de brandura, demonstrada pelo comportamento do operário padrão:

É pessoa que se aproxima das demais pessoas, procurando sempre uma forma de melhorar seu relacionamento. Junto aos seus colegas de chefia, procura a união, promovendo jantãs mensais em sua casa. Com esta sua maneira acessível e confiante conquista as pessoas. Com seus subordinados é amistoso, porém firme em suas atitudes, tratando-os com consideração e sempre que possível resolvendo variados problemas profissionais e particulares.<sup>323</sup>

Orildo Coloda, OP 1985, cumpria os objetivos proclamados pelo SESI, no momento em que sua atitude com os demais trabalhadores da fábrica era fator para que se alcançassem resultados positivos, pois, conforme sua documentação, Orildo “pela amizade que conquistou, hoje, quando exerce a função de Supervisor de Controle de Qualidade e trabalha com praticamente todos os funcionários da empresa, consegue ótimos resultados, pois todos o respeitam e o admiram”<sup>324</sup>.

Certamente esse companheirismo exaltado pelo SESI através do concurso não é aquele que permite uma solidariedade de classe, sendo possível ao trabalhador identificar-se com um grupo específico que se opõe a outro (trabalhadores – empresários). Mas sim um sentimento que perpassa todas as relações existentes na fábrica ou empresa, ressaltando a cordialidade do operário padrão em contrapartida a qualquer conflito que possa estar presente nas relações de trabalho.

A partir daquilo que era informado nos currículos dos OPs, percebe-se que as ações de solidariedade estão circunscritas, em sua maioria, aos próprios colegas de empresa, mas não se exclui que o “sentimento de companheirismo” envolva também níveis hierárquicos superiores. A empresa é vista, dessa forma, como ambiente não só de produção, mas também um espaço no qual o trabalhador poderia se sentir acolhido. A hierarquia existe e ela é necessária, porém onde o operário padrão exercia suas atividades ela não estava mediada pelo conflito ou violência nas

---

<sup>322</sup> Idem. Currículo do Operário Padrão do Rio Grande do Sul, 1975.

<sup>323</sup> SESI. Currículo do Operário Padrão do Rio Grande do Sul 1977.

<sup>324</sup> Idem. Currículo do Operário Padrão do Rio Grande do Sul 1985.

relações de trabalho, mas, sim, pela harmonia e solidariedade entre todos, mesmo que isso fosse apenas um discurso.

### **A importância do esporte**

O Sesi foi criado em 1946, quatro anos após o surgimento de seu congênere voltado para a educação industrial: o SENAI. Se já existia um organismo empresarial direcionado à formação da mão de obra para a indústria qual a função do Sesi? Atuar no campo social, junto aos trabalhadores, como já foi elucidado em outra parte deste trabalho. No entanto parece necessário retornar ao tema, uma vez que surge aqui um dos motivos da criação desse Serviço: o esporte, não só na forma de lazer, mas também como atividade que educa e disciplina corpo e mente para o trabalho.

Já se verificou que o Sesi estava voltado, e ainda hoje é assim, para a educação, saúde e lazer dos operários. Na página eletrônica da Confederação Nacional da Indústria, verifica-se que, além dos programas de educação básica para os trabalhadores da indústria e seus dependentes, o Sesi mantém “pistas de atletismo, piscinas, quadras para jogos e campos de futebol”, locais em que “os trabalhadores e a comunidade encontram programas que estimulam a prática de exercícios físicos, atividades esportivas, lazer e integração social”<sup>325</sup>.

De acordo com Barbara Weinstein, o Sesi desde a época de sua criação, procurou incentivar e organizar atividades recreativas para os operários. O futebol amador foi alvo da “disciplina” sesiana e tinha objetivo de legalizar clubes de fábricas ou bairros operários. Para tal, o Sesi certificava-se que os “líderes dos clubes desejavam difundir entre os seus associados e outros clubes a política do Sesi de aproximação entre empregados e empregadores”<sup>326</sup>. Essa prática do Serviço ia ao encontro às aspirações do concurso.

Dessa forma, a inserção da categoria práticas esportivas ou a valorização dessas, no currículo do operário, podia ser uma oportunidade de legitimar uma ação do Sesi, ou de ideias defendidas por essa entidade perante outros trabalhadores. Um dos pilares conceituais para a criação do Sesi, o esporte do operário, foi

---

<sup>325</sup> Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/sesi/institucional/2012/03/1,1789/o-que-e-o-sesi.html>>.

<sup>326</sup> WEINSTEIN, 2000, p. 258-259.



transferido para o concurso a fim de averiguar como o esporte podia ser um objeto moralizante dentro do *ethos* empresarial.

A forma como isso aparecia nos currículos podia ser de caráter individual, como no caso de Darci Negretto, que fazia da prática esportiva uma “forma de reconstituição física e emocional para o trabalho”, aproveitando “os fins de semana para praticar esportes, participando ativamente de equipes de futebol do bairro e da cidade”, ao mesmo tempo em que socializava com a comunidade a que pertencia.

Outro caso eram os trabalhadores que faziam parte de clubes esportivos das próprias empresas. Aqui, reside uma dupla função: além do caráter moralizante e disciplinador atribuído ao esporte, na visão do SESI, disseminava-se ainda o nome da empresa; os companheiros de profissão também eram os colegas de jogo, convivendo, preferencialmente em harmonia, ainda que isso envolvesse disputa.

A participação do operário padrão não se restringia à prática do esporte. Podia também organizar os eventos esportivos, pois muitos faziam parte das diretorias dos clubes. Como no caso supramencionado e nos que seguem. Era um líder dentro e fora da fábrica, mas um líder nos moldes requeridos pelo SESI, conforme apontou Weinstein<sup>327</sup>.

Antonio Luiz fez da Catléia uma extensão de sua vida comunitária. Dentro da fábrica, desde sua admissão, procurou incentivar os valores esportivos dos colegas. Por isso, é sócio fundador da Associação de Funcionários, sendo que já foi seu presidente e tesoureiro. Paralelamente organizou campeonatos e foi atleta de destaque no time dos “veteranos” de futebol de campo. Ainda promoveu, por intermédio do SESI, o nome da empresa, levando as equipes para excursões fora de Campo Bom. Mas para ele “o forte mesmo é o bolão”. Já conquistou várias medalhas nesta modalidade esportiva, treinando nas próprias canchas que a associação possui, graças ao seu incentivo.<sup>328</sup>

No Setor de Esportes teve participação intensa no Armour Futebol Clube. Durante 5 anos foi atleta, depois desempenhou vários cargos de diretoria, para em 1968 assumir a presidência. Levou seu time ao campeonato da cidade, coisa que não acontecia há 8 anos, desde então, seu Clube não perdeu Campeonato, sagrando-se tricampeão da cidade em 1970.<sup>329</sup>

Em alguns casos, a comunidade local e as atividades da empresa se mesclavam, especialmente quando se tratava de uma localidade pequena, do

---

<sup>327</sup> WEINSTEIN, 1995.

<sup>328</sup> SESI. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1984.

<sup>329</sup> Idem. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1971.

interior, caso da empresa Toigo Móveis, do OP Orildo Coloda, localizada num distrito de Flores da Cunha.

Como participante da diretoria da SAFIT, foi um dos grandes colaboradores na construção do ginásio de esportes da sede campestre e da cancha de bocha. Sempre participou ativamente na realização de campeonatos e nas atividades culturais e recreativas promovidas pela SAFIT. Tão logo foi morar em São Gotardo, Orildo fez parte da diretoria do Clube Cruzeiro por duas gestões (79/80 e 80/81), ocupando a presidência. [...] Na gestão 80/81, teve grande participação na vitória do Clube no Campeonato Municipal, contribuindo na organização de uma das maiores festas já realizadas no Clube. Após esta vitória, obteve mais duas consecutivas, sempre participando como atleta. Desde 1972 é atleta do Clube Cruzeiro e participa ativamente dos campeonatos de futebol de campo. Como integrante da diretoria do Clube, foi responsável pela organização de vários torneios na comunidade e no município. No período em que permaneceu na presidência do Clube, foi construído o Ginásio de Esportes da Comunidade, fato de que Orildo tem o maior orgulho, pois lhe coube conseguir a doação do terreno, junto à Mitra Diocesana. O Ginásio de Esportes foi o primeiro a ser construído no interior do município de Flores da Cunha.<sup>330</sup>

O sentido da inserção do esporte no contexto do concurso não é apenas de uma ação lúdica, puro lazer, mas sim apresenta um valor de prática educativa e moralizadora, que, segundo Souza, também são “reprodutores de um pensamento burguês”. Ainda segundo esse autor, o esporte, “aproxima as classes sociais ocultando o antagonismo político-econômico e a relação de exploração existente entre eles. Portanto, um produto da sociedade industrial que serve de difusão do ideário e dos interesses da classe dominante”.<sup>331</sup>

Ainda, pode-se inferir que, ao incentivar a prática esportiva, o SESI, por meio da Campanha Operário Padrão, procurava “preencher as horas de folga dos trabalhadores com divertimentos saudáveis”<sup>332</sup>, disciplinando, assim, o tempo de lazer dos trabalhadores. A COP não fazia isso diretamente, mas valorizava essa prática afirmando que esse era um talento do operário modelo.

### **O operário padrão é um trabalhador inventivo... para o lucro do patrão!**

Um dos elementos que constituem a análise dos currículos dos OPs diz respeito à capacidade técnica demonstrada por meio de “invenções” que

<sup>330</sup> SESI. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1985.

<sup>331</sup> SOUZA, C., op. cit.

<sup>332</sup> TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5: a FIESP e o desenvolvimentismo**. Petrópolis: Vozes, 1986, (apud SANTOS, A., op. cit., p. 41).

colaboravam na melhoria do processo produtivo. Esse era um quesito que correspondia a um “tempo qualitativo” em oposição ao “tempo quantitativo”<sup>333</sup> que o trabalhador devotava à empresa.

Nesse sentido, a experiência adquirida com os anos dedicados ao trabalho gerava um conhecimento sobre a rotina, processos e quanto ao próprio maquinário que podiam ser utilizados na “busca de autossuficiência da empresa”.<sup>334</sup>

No concurso Operário Padrão, o modelo de operário vai além de um conhecimento específico. Muitas vezes, dominava todo o processo da fábrica, pois podia ter atuado em vários setores da empresa e/ou já estava há muitos anos no mesmo local de trabalho. Ademais, por ter ciência desse processo, muitos deles contribuía para melhoria da rotina de trabalho ou até mesmo acabaram inventando novos mecanismos, peças ou produtos que melhoraram a produção. Nas palavras de Colbari, o operário padrão “integra uma elite operário- técnica”.<sup>335</sup>

Por conseguinte, o currículo continha o item “inventiva e criatividade”, em que se descrevia os feitos dos trabalhadores no sentido de melhorar o sistema de produção de sua empresa. Pela forma como era narrado, parece que isso ocorria de forma espontânea através da experiência prévia que se tinha e pela necessidade de melhoria dos processos.

Utilizando sua capacidade criativa e senso profissional sempre procurou desenvolver novos métodos e mecanismos de trabalho, tendo em vista aumentar a produtividade de seus setores e de oferecer melhorias nas condições de trabalho de seus subordinados. Como exemplo, entre tantos fatos citamos como principais: sistema automático para pintura eletroestática da estrutura de poltronas, mecanismo para alinhamento dos assentos da poltrona, fixação aérea das máquinas de solda MIG, sistema de bandejas para abastecimento de componentes na montagem das peças, estufa de amolecimento do plástico para facilitar o revestimento das poltronas. Este mecanismo permitiu aumentar a produção de 260 para 350 poltronas/dia, sem aumentar o número de empregados.<sup>336</sup>

O caso acima descrito demonstra que o esforço do trabalhador redundou em benefício para a empresa. Isso claramente era o que se esperava do OP, pelos parâmetros do concurso. O aumento da produção/dia, sem a contrapartida na contratação de novos trabalhadores, gerou um bônus para a empresa, mas em que

---

<sup>333</sup> ROSA, Maria Inês. **Trabalho, subjetividade e poder**. São Paulo: Edusp/Letras & Letras, 2002, p. 76.

<sup>334</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>335</sup> COLBARI, op. cit., p. 189.

<sup>336</sup> SESI. *Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul*, 1982.

medida contemplou os trabalhadores? Situação semelhante aconteceu com o OP Antonio Rodrigues da Silva, funcionário da Calçados Catléia. O documento referente a esse trabalhador expõe que, ao observar “dois funcionários que trabalhavam em máquina de prensar”, percebeu que “um deles preparava o material, outro prensava”, logo, “concluiu que um poderia fazer o serviço sozinho e com a mesma produção”. Para isso, “treinou os dois funcionários para trabalharem separadamente”. O documento concluía que “com o bom assessoramento, os resultados não tardaram a aparecer. Cada funcionário passou a operar individualmente uma máquina, ambos produzindo a contento”. Assim, se anteriormente cada máquina necessitava de dois operadores, após o treinamento de Antonio, apenas um trabalhador daria conta de cada máquina, reduzindo assim o custo da mão de obra. Obviamente o currículo não menciona se, a partir dessa invenção, houve redução no quadro funcional ou incremento na produção, desse modo, mantendo-se o mesmo número de funcionários.

Além da melhoria nos processos de produção, sob a ótica empresarial, o OP também podia criar novas máquinas ou sugerir modificações nos materiais produzidos pela empresa:

Construiu, sem assistência técnica de terceiros, um moinho separador de siconite do Refratário, produtos usados no sistema de função por micro-fusão, bastante raro e de alto custo. Sem similar no país.<sup>337</sup>

Durante o período em que ocupou a função de Chefe de Seção comprovou ainda mais suas capacidades e conhecimentos, realizando projetos que proporcionaram grandes melhorias, sendo estes aceitos pelo Departamento de Engenharia e Direção da Empresa. Para ilustrar podemos citar os seguintes: projeto para modificar o estilo da arma 20.000, no facetado, ocasionando economia de mão de obra e materiais, sendo utilizado até hoje; modificação no sistema de retentor nas máquinas de alargar canos. Esses retentores eram em borrachas e comprados de terceiros. Introduziu encostos de ferro que eliminaram esta compra, o que ainda hoje é utilizado; modificação no sistema de alargar o corpo da arma de pressão, sendo que este trabalho era realizado manualmente e com isto obtendo um acabamento irregular, sugeriu então a fabricação de uma ferramenta chamada bilha e um dispositivo, proporcionando um aumento de 500% (quinhentos) na produção diária daquela operação, diminuindo a mão de obra e conseguindo-se um acabamento de ótima qualidade.<sup>338</sup>

---

<sup>337</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1975.

<sup>338</sup> Idem. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1977.

O conhecimento do trabalhador, conforme se deduz, era assim aproveitado pela empresa e isso gerava, na maioria das vezes, aumento de produção sem o correspondente acréscimo no número de funcionários. Ao contrário! Essa é uma característica que estava presente em alguns trabalhadores<sup>339</sup>, com maior experiência de trabalho, que, devido ao seu conhecimento do sistema produtivo da empresa, era-lhes facultado a interferência no processo de produção por meio de suas “invenções”. Como isso significava benefícios ao estabelecimento ao qual estava vinculado, foi expresso como característica a ser valorizada pelo concurso. De outra parte, para o trabalhador, podia ser mais uma garantia de manutenção do emprego e de valorização de suas atividades na empresa.

### **Atos de heroísmo**

O operário padrão requerido pelos patrocinadores da COP era pontual, assíduo, preocupado com seu trabalho e com sua família, responsável, inventivo, religioso e também um herói! Esse trabalhador se preocupava com as outras pessoas e fazia o possível em benefício do próximo, demonstrando preocupação com a coletividade e revelando ser um indivíduo incomum. A presença de informações relacionadas a “atos de heroísmo” praticados pelos trabalhadores participantes do concurso poderia denotar o quanto aquele indivíduo era especial, mesmo que se tratasse de atos corriqueiros de auxílio aos seus conhecidos, que podiam ser colegas de empresa ou não. Havia um significado nessas atitudes ditas heroicas, qual seja o do auxílio mútuo para benefício de todos. Novamente, o operário padrão expressava um comportamento a ser seguido.

Em situações ocorridas no âmbito da fábrica, envolvendo acidentes de trabalho, não há, certamente, menção ao perigo inerente ao serviço que devia ser executado. Neste caso, além da notável atitude do operário, existia também um discurso pedagógico sobre o uso de equipamentos de segurança.

Fazendo transporte de uma máquina pesada, junto com a equipe, a roda do carro guincho passando em terreno falso, ameaçando tombar e com ele a máquina, com extremo perigo para todos. Eto gritou para os companheiros, rapidamente escorou o guincho com escora de madeira, evitando acidente e elevados prejuízos à empresa. Na ocasião, foi ferido por um apêndice do

---

<sup>339</sup> Conforme ROSA, op. cit.

guincho e salvo pelo uso do capacete de segurança; não fosse isto, teria sua cabeça esmagada.<sup>340</sup>

Acidentes envolvendo fogo foram descritos em mais de um currículo, tanto na empresa, como no caso de Raimundo Duarte, que demonstrou “bravura por ocasião de um incêndio de grandes proporções na Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, na Bahia, no ano de 1962”, como na comunidade em que residiam.

Prestou auxílio a várias pessoas, por uma vez arriscando sua vida para socorreu uma família vizinha, salvando do fogo duas crianças por ocasião de um incêndio na residência destes. Na enchente ocorrida em 1965, abrigou em sua residência cinco pessoas, até a normalização das águas, estas pessoas eram ligadas por parentesco.<sup>341</sup>

Em 1976, deu-se com um incêndio em casa próxima à sede do Sindicato. Era de dia, e havia duas crianças trancadas na casa, estando os pais ausentes. O Sr. Djalmo com outros vizinhos arrombaram a casa, salvando as crianças e alguns pertences.<sup>342</sup>

Por vezes, os “atos de heroísmo” envolviam situações mais prosaicas do cotidiano do OP e das pessoas que faziam parte de seu dia a dia, como o descrito no documento do OP RS 1979, que, poucos dias antes da elaboração de seu currículo, prestou “socorro [...] a pobre mulher, que estava com a pressão 4x2. Levar parturientes, pobres, sem direito a INAMPS ou crianças acidentadas ao hospital, é coisa freqüente para Pedro Luiz”.

Essas narrativas também trazem à tona as adversidades das pessoas que viviam em bairros mais distantes ou em condições de precariedade econômica e estavam, muitas vezes, desassistidas pelo poder público, como em casos de incêndio ou enchentes, e que necessitavam da ajuda de vizinhos e parentes para socorrê-las. Da mesma forma, em casos envolvendo problemas de doença, em que ocorria necessidade de transporte para hospitais ou postos de saúde.

Ele também guarda outra grande lembrança em sua vida com muita emoção “há algum tempo socorreu duas pessoas acidentadas, seriamente lesionadas, levando-as ao hospital prontamente. Ambas sobreviveram. Antonio ficou na memória destas duas pessoas, incansáveis em agradecer-lhe pelo espírito humano demonstrado naquele momento tão difícil. [...] Mais do que nunca seu espírito de companheirismo se fez presente durante a

<sup>340</sup> SESI. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1975.

<sup>341</sup> SESI. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1977.

<sup>342</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1978.

grande enchente que assolou o município de Campo Bom, este ano. Junto com a Catléia, Antonio Luiz conseguiu transporte para os pertences de seus colegas de trabalho mais necessitados, colocando-os a salvo da tragédia.<sup>343</sup>

O operário padrão nestes momentos, devido, talvez, a uma condição que se apresentava mais favorável perante a comunidade que o cercava e porque tinha características de líder, acabava por tomar atitudes consideradas excepcionais, colaborando na construção da imagem do trabalhador ideal.

### **Operário padrão abdica do descanso em benefício de seu trabalho – ócio x trabalho**

De acordo com Antonia Colbari, os operários padrão “não representariam o tipo médio do operário brasileiro, comporiam uma elite de trabalhadores”<sup>344</sup>, por ocuparem “funções de mestre, encarregado e supervisor”. Assim também, para Weinstein<sup>345</sup>, esse indivíduo era a representação, segundo o SESI, não exatamente do trabalhador ideal, mas sim do supervisor exemplar, ainda que, conforme a autora, não se deva perder de vista que se tratava de trabalhadores, mesmo que conformados aos ideais dos industriais. De outro modo, Rezende entende que esses operários eram gestores, dentro do sistema fabril, sendo alçados a essa categoria pela “nomeação aos cargos de chefia”<sup>346</sup>.

Em consonância com o descrito no decorrer deste capítulo, procurou-se demonstrar as diversas formas com as quais o operário padrão denotava seu senso de responsabilidade e comprometimento com a empresa, sendo, por isso, considerado modelo para os demais. Mas é possível visualizar, nos discursos sobre os OPs, de modo contundente, como o trabalhador se relacionava com seu trabalho e a importância que esse assumia em sua vida quando abdicava de seu descanso, diário ou até mesmo das férias, para responder ao chamado da empresa.

<sup>343</sup> SESI. Currículo de Operário padrão Rio Grande do Sul, 1984.

<sup>344</sup> COLBARI, op. cit., p. 86.

<sup>345</sup> WEINSTEIN, 1995.

<sup>346</sup> O estudo efetuado nesta tese não concorda com a ideia de que os operários padrão não estejam inseridos na categoria “trabalhadores”, ainda que se diferenciem, não sejam efetivamente o “padrão”, não podem, entretanto, ser tratados como uma categoria a parte tal como defende Rezende (REZENDE, Vinicius Donizete de. **Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980)**. 2012. 383 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012).

É dispensável afirmar que um homem como Pedro Luiz não teve faltas, a não ser por doença, as legais ou, excepcionalmente, por motivo muito relevante e plenamente justificado. Mais comum foi fazer horas extras, dobrar a noite, trabalhar em domingo até, quando necessidades imperiosas o exigissem. Certa ocasião, interrompeu o veraneio, para ajudar a resolver problema numa caldeira.<sup>347</sup>

Esse comportamento era muito valorizado pelo concurso. Privar-se de seu descanso e do convívio com sua família era algo muito positivo, mesmo constituindo um paradoxo para os ditames do concurso que valorizava a vida familiar, mas em nome do trabalho a convivência com a esposa e os filhos poderia ficar em segundo plano, como no caso do OP RS 1970, que “devido a sua responsabilidade pela manutenção do fogo em chama regular, é obrigado a dar uma chegada à fábrica, inclusive aos domingos e feriados”.<sup>348</sup> O mesmo ocorria com o OP de 1975, posto que “trabalha[va] com dedicação sem restrições de horários, atendendo prontamente chamados de urgência a qualquer hora”.<sup>349</sup>

#### Segundo Colbari:

O trabalho como uma espécie de sacerdócio exige dedicação, renúncia e abnegação, ressaltando-se o desprendimento em relação à recompensa material. Esta, por si só, não é capaz de motivar a realização de um esforço que supere os obstáculos e as condições adversas inerentes ao trabalho no setor industrial.<sup>350</sup>

Dessa forma se compreende as atitudes expostas nos documentos. A execução de seu trabalho e as responsabilidades exigidas pela sua função colocavam as atividades laborais em primeiro plano. Esse era o preço a ser pago pela ascensão profissional e, conseqüentemente, pelo retorno financeiro, mas também desse comportamento advinha o reconhecimento de seus superiores, como comprova ter sido escolhido operário padrão.

---

<sup>347</sup> SESI. Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1979.

<sup>348</sup> Idem. Biografia de Eduardo Kania, Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1970.

<sup>349</sup> Idem. Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1975.

<sup>350</sup> COLBARI, op. cit., p. 225.



### A versão feminina do operário padrão

A historiadora Bárbara Weinstein<sup>351</sup> expõe, em seu estudo sobre a Campanha Operário Padrão, em São Paulo, que a imagem do trabalhador industrial brasileiro, apesar da presença feminina nas fábricas, é essencialmente masculina; e, no tocante à imagem do Operário Padrão, pode-se inferir que é ainda mais masculina. Ao se tomar o caso da escolha de uma mulher como OP nacional de 1985, nota-se que o evento foi uma exceção, mas, segundo a autora, também assinalou a ânsia do SESI para se adaptar às novas circunstâncias, ainda que timidamente.

**Figura 8 - Cosma Andrade de Lima, vencedora da Campanha Operário Padrão 1985.**



Fonte: Agência O Globo

Weinstein também atenta para o detalhe do uso do pronome masculino na nomenclatura do concurso e diz que esse fato é deliberado, posto que indicaria uma enganosa inclusão, na generalização que o uso do pronome pode levar, de trabalhadoras mulheres na conceitualização da campanha. Isso não significa que as mulheres estavam formalmente excluídas ou inteiramente ausentes; muitos locais incluíram algumas mulheres na competição e, como já mencionado, houve uma Operária Padrão Nacional em meados da década de 1980 e novamente na década

---

<sup>351</sup> WEINSTEIN, 1995.

seguinte, entretanto o modelo pretendido pelo concurso era claramente masculino<sup>352</sup>.

De acordo com Colbari, “apesar de ter sido consagrada Operária Padrão no Brasil nos anos 1985 e 1991<sup>353</sup>, a participação da mulher é inexpressiva na fase nacional do evento”<sup>354</sup>. A autora, ao estudar a região da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo, averiguou que a maioria das mulheres operárias participantes do concurso estavam vinculadas à indústria têxtil, mesma situação pode ser verificada pela OP do Rio Grande do Sul, 1981, a Sra. Maria Araci Schneiders Kothe. Conforme Lúcia Alves Mees<sup>355</sup>, as denominadas “profissões da agulha”, ou seja, vinculadas à indústria têxtil, estão tradicionalmente relacionadas ao feminino.

De acordo com Holzmann, a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres é uma das formas mais simples e também “mais recorrentes da divisão social do trabalho”. Assim, por muito tempo existiram, e talvez ainda persistam nas sociedades ocidentais, divisões bem marcadas do que é típico trabalho masculino, e daquilo que é atribuído à mulher.

Qualquer sociedade tem definidas, com mais ou menos rigidez e exclusividade, esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo. Tradicionalmente, a esfera feminina restringiu-se ao mundo doméstico privado, da produção de valores de uso para o consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e do cuidado das crianças, dos velhos e dos incapazes, enquanto que as atividades de produção social e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, eram atribuições masculinas.<sup>356</sup>

A OP RS 1981 teve que incorporar esse “saber doméstico”, pois, conforme indica sua documentação, além do trabalho prestado na fábrica de roupas, ela também desenvolveu atividades tipicamente domésticas, como “cuidar dos filhos” dos donos da empresa, algo visto positivamente pelos elaboradores do currículo, pois demonstrava as diversas “habilidades” da operária

Há que se considerar também o fato, já mencionado, de que o vencedor do concurso patrocinado pelo SESI, assim como a maioria dos participantes, não era

<sup>352</sup> WEINSTEIN, 1995, p. 101-102.

<sup>353</sup> Em 1985, a Operária Padrão nacional foi Cosma Andrade Lima, da Philips do Brasil, do estado do Amazonas. Seis anos depois, a vencedora nacional do concurso foi Maria Amélia Dutra Guimarães, da São Braz S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, do estado da Paraíba.

<sup>354</sup> COLBARI, op. cit., p. 127.

<sup>355</sup> MEES, Lúcia Alves. Existe o trabalho da mulher? In: JERUSALINSKI, Alfredo. Et all. **O Valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. P. 129-132.

<sup>356</sup> HOLZMANN, op. cit., p. 125.

um trabalhador comum, era, geralmente um operário que já havia passado por diversos setores e que alcançara um posto de chefia na hierarquia da empresa, um fator que restringia a participação feminina<sup>357</sup>, mesmo que não formalmente.

Segundo Colbari<sup>358</sup>, a trabalhadora e operária padrão geralmente “ocupa uma posição de destaque na provisão do sustento de suas respectivas famílias”, assim ocorreu com Maria Araci, que por ser viúva era responsável pelo sustento de sua família e também da mãe inválida que vivia com ela conforme informa o currículo da trabalhadora.

Ainda conforme Colbari, as Ops pesquisadas por ela foram

impelidas por imperativos econômicos a ingressar no mercado de trabalho, iniciaram a vida profissional no exercício de funções que incorporaram o aprendizado doméstico e as referências familiares. Nas confecções, aproveitavam um saber que possuem e que já configura uma identidade de trabalhadora: ser costureira. Apesar de operarem máquinas industriais e de serem submetidas a um trabalho parcelado (muitas vezes são somente ‘cortadoras’ ou ‘costureiras de linha reta’), elas fazem questão de frisar: ‘sabem tudo de costura’.<sup>359</sup>

Maria Araci tinha 47 anos quando venceu o concurso e trabalhava na empresa Arcal S/A, do ramo do vestuário, localizada na cidade de Santa Cruz do Sul. Na época, contava com 28 anos de empresa. Como os demais, residia em casa própria. Conforme seu currículo, a casa, construída com muito sacrifício, abrigava os familiares, que viviam em “perfeita harmonia”, pois eram “quatro gerações sem conflitos, na união do amor”, em conformidade com os ideais propagados pelo Sesi.

Apesar de ser uma trabalhadora exemplar, tanto que teve a possibilidade de vencer uma edição do concurso, os atributos típicos femininos estavam presentes no currículo da operária. Entretanto, apesar de ser mãe e de cumprir com os “deveres” de esposa (antes de se tornar viúva) e dona de casa, não preteriu suas responsabilidades na fábrica. Assim, segundo o documento entregue ao SESI, “por ocasião do nascimento de seu único filho Gerson, em 1955, trabalhou na Fábrica até às vésperas de dar à luz ao menino”.

---

<sup>357</sup> De acordo com Holzmann (op. cit., p. 126) ainda hoje é comum que, nas empresas, mesmo empregando maior número de trabalhadoras em detrimento à mão de obra masculina, “os cargos de chefia e supervisão são ocupados, preferencialmente, por homens...”

<sup>358</sup> Op. cit., p. 127.

<sup>359</sup> Ibidem, p. 128.

Nesse sentido, pode-se perceber também que, mesmo tendo as incumbências inerentes à maternidade, o currículo fazia questão de salientar que Maria Araci não deixava de ser pontual e assídua, como os demais OPs. Informa ainda que, “nem mesmo o nascimento de seu filho a impediu de cumprir com as obrigações com o trabalho: [...] Só faltou trinta dias quando do nascimento do único filho, Gerson”.<sup>360</sup>

Ainda conforme o documento, a funcionária “se habituou a trabalhar entrosada com os objetivos da empresa”, pois esteve sempre com a “atenção voltada aos interesses da empresa, sua disponibilidade de trabalho inclusive nas horas de lazer quando necessário, capacidade de trabalho em equipe bem demonstram que ela age como se a empresa fosse sua”, demonstrando que a trabalhadora se adequava às necessidades da empresa, abdicando, inclusive, de seu descanso.

A operária, segundo o documento e em conformidade com os demais currículos, também colaborou para a melhoria do processo de trabalho da empresa:

Fruto de constante estudo das operações de costura dos diversos modelos nas linhas de fabricação, costuma apresentar novas opções objetivando a redução do tempo e movimentos conseguindo, assim, excelentes resultados econômicos para a empresa e a diminuição do esforço físico das operadoras.

Criou, por iniciativa própria, um modelo de jaqueta que já seis anos é campeão de vendas daquela linha de fabricação. Recentemente criou um modelo exclusivo de calção esportivo. Este modelo, que levou a referência “Arcal-18”, já nos primeiros dois meses de lançamento atingiu 50% do total das vendas de roupas esportivas da empresa.<sup>361</sup>

Assim como os outros exemplos, Maria Araci dedicava-se à vida religiosa participando de grupo de orações da Igreja Católica da comunidade a que pertencia. Seu currículo descrevia participação sindical atuante, sendo sócia do sindicato desde 1961 e, a partir de 1971, ocupando cargos na agremiação operária, até 1983.

De tudo que foi exposto, percebe-se que existiam mais semelhanças do que diferenças entre a operária e os demais ganhadores do concurso promovido pelo SESI. Porém as trabalhadoras não tinham tanto destaque nessa campanha porque, desde sua concepção, ela foi pensada considerando o trabalhador. A mulher

---

<sup>360</sup> A legislação vigente na época do nascimento de seu filho dizia que estava proibido o trabalho da mulher grávida no período de seis (6) semanas antes e seis semanas depois do parto (CLT).

<sup>361</sup> SESI. Currículo Operária Padrão Rio Grande do Sul, 1981.

aparecia no concurso como a esposa, aquela que cuidava da casa e dos filhos, mantendo a família dentro da ordem e num clima de paz, essencial para que o trabalhador, o marido, o pai, este sim, alvo primordial da campanha, pudesse realizar adequadamente suas funções na empresa. Definem-se, assim, os papéis sociais de cada um, na família, na empresa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sesi foi criado em 1946, quatro anos após a implantação do Senai, órgão voltado para a educação daqueles que trabalhavam na indústria ou para formação de mão de obra qualificada para esse setor. Se o Serviço de Aprendizagem teve um objetivo bem determinado, o Serviço Social surgiu com várias finalidades voltadas para o trabalhador e sua família: educação, lazer, esporte e atendimento social. Entre suas metas essenciais, desde a sua criação e vigentes até hoje, estão a elevação da produtividade, por meio da valorização e do cuidado com o trabalhador e o desenvolvimento da solidariedade entre as classes. Algumas das atividades realizadas pelo Sesi se assemelham às atividades oferecidas pelos sindicatos aos seus trabalhadores. Entretanto existe uma fundamental diferença entre esses dois tipos de instituição, pois a entidade mantida pelos empresários tinha como premissa fundamental a ação voltada para a concórdia entre as classes sociais, revelando o tipo de sociedade ideal que se queria.

Todos os órgãos vinculados ao Sistema S (de aprendizagem e de assistência social) sempre estiveram presentes na vida do trabalhador e da sociedade em geral. Em 2008, o governo federal firmou um acordo com aquelas entidades que se comprometeram a estabelecer um programa de gratuidade em seus cursos e destinou recursos específicos do Sesi e do Sesc para a área da educação, ambos a ser implementados de forma crescente. Para o ano de 2014, Sesi e Sesc terão que destinar um terço de suas receitas para programas de educação, conforme o acordo. Segundo o Ministério da Educação “essa é a primeira grande reforma empreendida no estatuto das entidades que integram o Sistema S”<sup>362</sup>. O acordo parece um indício da importância do Sistema e da necessidade de o governo ter maior ingerência em entidades que arrecadam anualmente somas significativas das empresas a elas vinculadas.

A compreensão da Campanha Operário Padrão, objeto analisado nesta tese, deve passar necessariamente pelo entendimento do surgimento e dos fins do Serviço Social da Indústria, o SESI. Apesar de o concurso ter surgido sob os auspícios do jornal O Globo, foi o SESI que lhe atribuiu uma sistematização e o

---

<sup>362</sup>Disponível em:

<[http://sitesistec.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=278&Itemid=213](http://sitesistec.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=278&Itemid=213)>. Acesso em: 27 dez. 2013.

propagou para todos os recantos do país, como se procurou demarcar ao longo desse trabalho.

O concurso Operário Padrão pode ser inserido nas tentativas do Sesi para empreender a harmonia entre as classes, pois objetivava valorizar o trabalhador que estava alinhado às diretrizes sociais do empresariado nacional, tornando-o modelo a ser seguido pelos demais. Essa é a ideia central desenvolvida neste estudo, pois se entende que o concurso, ao eleger determinado trabalhador, o qual deveria necessariamente guiar sua experiência laboral e vivência familiar e comunitária de acordo com preceitos defendidos pelo SESI, estaria visando a todos os outros, pois, de outra forma, não teria sentido uma campanha, com a dimensão da empreendida pela COP e que durou tanto tempo, se ela fosse direcionada a apenas um indivíduo.

A COP foi uma experiência duradoura, por mais de 40 anos organizou-se o concurso e pode-se inferir que fez parte do imaginário social de muitos trabalhadores até os anos de 1980. Ele obteve mais sentido durante a vigência da ditadura militar, pois, dessa forma, aliavam-se objetivos econômicos, maior produtividade, e os políticos, de conformação da classe trabalhadora, ambos alinhados com os ideais do governo instaurado após 1964. O concurso vigorou até o ano de 1995, dez anos após o fim do regime ditatorial e, desde 1987, contou com nova nomenclatura, Campanha Operário Brasil. Entretanto não se modificou a estrutura e os objetivos que vinham sendo praticados até então, o que ocorreu foi a mudança apenas de nome. Segundo os organizadores do concurso, o objetivo era o de “modernizar o nome da Campanha”<sup>363</sup>, uma vez que se viviam novos tempos, não mais um governo nacional comandado por militares ditadores, mas uma democracia.

A COP esteve muito associada ao regime anterior e “modernizar o nome da Campanha” pode ser entendido como uma tentativa de desvincular a iniciativa do regime ditatorial. Mas os tempos são outros, os sindicatos adquiriram fôlego renovado com as manifestações, primeiramente, no ABC paulista, e, depois, nos demais estados, e a COP começou a perder seu sentido de existência. Portanto, outro argumento defendido pela tese é de que, apesar de não ser uma iniciativa do governo, o concurso contou com seu apoio e era bem-visto por aqueles que

---

<sup>363</sup> BARROS, Péricles. **Reconstituição Histórica**. Rio de Janeiro: SESI, 1992.

estavam no poder. A COP assumiu maior sentido e relevância justamente no período da ditadura.

Outra premissa importante para o entendimento da COP, neste trabalho, é o caráter disciplinador que ela pode ter assumido em relação aos demais trabalhadores da indústria. O operário padrão era destacado como um exemplo, modelo de trabalhador e de cidadão. Trabalhou muitos anos numa mesma empresa, portanto tinha certa estabilidade; ascendeu na hierarquia da instituição, logo, seu trabalho mereceu reconhecimento e conseguiu melhorar seu nível de vida. Ademais, era bem-visto pelos superiores e, às vezes, podia manter relações com os próprios donos das empresas; tinha conhecimento técnico, pois além de saber sobre os processos de produção por sua vivência dentro da fábrica, geralmente, havia feito muitos cursos oferecidos pelo Senai e valorizados pelas empresas<sup>364</sup>. Ademais, era capaz de sustentar sua família, às vezes, numerosa, conseguiu adquirir casa própria e, eventualmente, um segundo imóvel. Seus filhos eram exibidos como estudantes dedicados ou até trabalhadores esforçados que, certamente, seguiam os passos do pai, operário padrão. Na comunidade, era reconhecido pela ação junto a entidades religiosas, de bairro, esportivas ou das escolas em que seus filhos estudavam. Estava sempre disposto a ajudar a comunidade, portanto, era referência para a mesma.

Para os organizadores do concurso esse era um ideal que muitos deveriam almejar e, por certo, muitos trabalhadores desejavam ter ascensão profissional e social e poderiam seguir os preceitos divulgados pela campanha. A disciplinarização ocorria por meio de um mecanismo de premiação, e não de punição, e também de afirmação de um modelo de trabalhador a ser seguido por outrem. Premiava-se o melhor dentro dos parâmetros do Sesi, mas o objetivo não era excluir os demais, mas sim inclui-los na lógica que orientava as ações do Sesi e, por conseguinte, o concurso. Ainda assim, acredita-se que não havia o desejo de transformar todos os trabalhadores da indústria em modelos, tal como aquele.

Assim, entende-se que o objetivo era o de conformar os trabalhadores, especialmente prepará-los para uma vivência em harmonia dentro e fora da fábrica, ainda que nem todos se tornassem um “modelo” capaz de vencer o concurso, mas o mais próximo possível disso.

---

<sup>364</sup> O nível de educação formal que o operário possuía era um elemento presente no currículo, porém não era um fator relevante.



A empresa também se beneficiava da campanha, especialmente as de maior porte, pois estas tinham melhores condições de “construir” um operário padrão, visto que era necessário elaborar um currículo convincente que demonstrasse todo o potencial de seu trabalhador para que este pudesse ser vencedor nas etapas posteriores à da fábrica. Constituía uma oportunidade para divulgação da empresa, talvez maior que a do próprio trabalhador. Apesar da visão de alguns estabelecimentos sobre os “benefícios” de sua participação na iniciativa sesiana, verificou-se baixa adesão dos estabelecimentos industriais, especialmente para o caso do estado do Rio Grande do Sul, realidade examinada nesta pesquisa.

Nem todas as iniciativas e projetos defendidos por alguns industriais que estavam à frente das Federações e dos demais órgãos ligados a elas refletiam o desejo de todos os empresários. Assim ocorreu quando da implantação do SENAI e também do SESI, pois, para muitos, isso podia significar maiores cobranças, desse modo, não visualizando retorno efetivo para seus estabelecimentos. A COP, em menor medida, também, pode ser enquadrada nesse esquema: nem todos os empresários desejavam ou tinham condições de participar de um concurso em que o regulamento e as normas eram ditados pelo Departamento Nacional do SESI. Por isso, também, havia discordância do Departamento Regional do Rio Grande do Sul e, possivelmente, de outros DRs não centrais (Rio de Janeiro e São Paulo), pois a autonomia para agir conforme “as necessidades regionais”, desde sempre, foi uma queixa do DR. Assim, se, por um lado, a uniformização do concurso para todo o território nacional garantia que todos seguiriam as mesmas regras e facilitava a escolha do operário na fase nacional; por outro lado, posteriormente, suscitou críticas e descontentamentos com os rumos do concurso.

Na tentativa de atenuar os discursos dissonantes sobre a Campanha, o SESI investia na publicidade e em ações de divulgação do concurso. Além da propaganda feita pelo O Globo, e que muitos reclamavam ser insuficiente, o Serviço Social elaborava material de propaganda e punha em ação seu “exército” de assistentes sociais, que iam às empresas difundir e explicar as normas do concurso, com isso, procurando agregar o maior número de participantes possível.

Entre as muitas características de um operário padrão talvez a mais significativa seja ele ser do sexo masculino. Poucas vezes, as mulheres tiveram oportunidade de vencer a edição do concurso. Nacionalmente, apesar de o concurso

ter ocorrido por mais de 40 anos, apenas duas mulheres conseguiram vencê-lo, em 1985, ainda Operário Padrão, e em 1991, como Operário Brasil. No Rio Grande do Sul, isso ocorreu apenas uma vez. Para compensar esse fato, o Sesi criou o prêmio Honra ao Mérito Feminino, destinando uma homenagem à operária melhor classificada em cada edição. Como foi explicitado no trabalho, um dos problemas de premiar uma mulher no concurso é que a grande maioria dos candidatos era chefe de seção ou supervisor, o que dificultava a participação feminina, pois esses cargos eram ocupados quase que exclusivamente por homens.

Do mesmo modo, não se percebeu que os vencedores desempenhassem ocupações mais simples, que não as supracitadas. Essa característica também excluía alguns possíveis candidatos. Não que essa fosse uma exigência explícita, entretanto o regulamento e os requisitos que deveriam ser preenchidos levavam a isso.

A escolha recaía quase sempre em indivíduos que demonstravam excelente capacidade técnica adquirida, empiricamente, pelos longos anos na mesma empresa ou por meio de cursos técnicos, geralmente, desenvolvidos no SENAI. Entretanto fatores comportamentais e relações com os familiares, colegas de empresa e pessoas da comunidade eram sobremaneira valorizados. Constituíam um meio de atestar a “boa índole” daquele trabalhador e de que forma ele contribuía, em seu cotidiano, para a construção de laços de solidariedade e, dessa forma, colaborando para a consecução da paz social.

A elaboração deste trabalho foi baseada em fontes escritas produzidas pelo Departamento Nacional do Sesi, Departamento Regional do Rio Grande do Sul e pelos currículos dos operários que podiam ter sido produzidos pelo Sesi ou por funcionário indicado pela empresa. São documentos que refletem determinada concepção de trabalhador, ou seja, é a visão dos empresários que está ali contida. A ideia inicial era utilizar mais amplamente entrevistas desses operários, porém as entrevistas que puderam ser realizadas, inclusive com a coordenadora nacional da Campanha, demonstraram que o discurso existente sobre aquela experiência pouco se diferenciava daquilo que foi encontrado nos documentos, o que revelou a apropriação feita tanto pelos operários como por funcionários do Sesi de um discurso que deveria ser disseminado pela sociedade.

Compreender o concurso operário padrão é entender uma prática voltada para a tentativa de conformar os trabalhadores industriais e, nesse sentido, anular ou reduzir a influência dos sindicatos de classe. É também uma possibilidade de perceber as relações de trabalho existentes no Brasil, durante o período da ditadura militar. Acima de tudo, examinar esse concurso que esteve em vigor por quatro décadas é conhecer um determinado tipo de trabalhador nacional pouco estudado pelas pesquisas acadêmicas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ADORNO, Sérgio. Prefácio. In: ROSA, Maria Inês. **Trabalho, subjetividade e poder**. 2. ed. São Paulo: EDUSP/Letras & Letras, 2002.
- AIZPURU, Mikel. RIVERA, Antonio. **Manual de historia social del trabajo**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1994.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- ALMEIDA, Antônio de. Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista – 1964/1990. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999.
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **A vitória da razão (?)**. O Idort e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. Para onde vai o mundo do trabalho? In: ARAUJO, Ângela Maria Carneiro (org.). **TRABALHO, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997. p. 105-115.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 432-437.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). **Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta, 1997.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. Vigiar e punir ou educar? **Biblioteca do Professor: Foucault**, São Paulo, n. 3, p. 26-35, 2012.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BATALHA, Claudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da História institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 8, p. 91-99, dez. 1997.
- \_\_\_\_\_. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/34, p. 87-104, jan./dez.2006.
- \_\_\_\_\_. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Junia Ferreira (orgs.). **Trabalho livre, Trabalho escravo**. Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e Trabalho: Análise da Construção Identitária dos Operários Porto-Alegrenses (1896-1920)**. 2005. 280fls. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, v. XXIV, n. 127, p. 711-732, 1994. Disponível em:  
<<http://www.ufpel.edu.br/faurb/program/documentos/artigo1-habitacaosocial.pdf>>.  
Acesso em: 4 abr. 2010.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42.

BOSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José. O trabalho em disputa. In: VARUSSA, Rinaldo José (org.). **Mundos dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel: EDUNIOEST, 2009. p. 27-52.

BRESCIANI, Luís Paulo. **Da resistência à contratação**. Tecnologia, trabalho e ação sindical no Brasil. Brasília: SESI/DN, 1994.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BRODY, David. Reconciling the old labor History and the new. **The Pacific Historical Review**, v. 62, n. 1, p. 1-18, feb. 1993.

BUENO, Eduardo. **Produto Nacional: uma história da indústria no Brasil**. Brasília: CNI, 2008.

BUSETTO, Aureo. **A Democracia Cristã no Brasil: princípios e práticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAMINO, Carmen. **Direito individual do trabalho**. 4. ed. Porto Alegre: Síntese, 2004.

CAMPOS, Daniela de. A categoria trabalho na sociedade brasileira: do final do século XIX aos anos 1930. **Revista Ciências Humanas**, Criciúma, v. 9, n. 2, p. 33-43, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **O ensino profissional no Brasil e a criação do SENAI:** o caso do Rio Grande do Sul. 2004. 166fls. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2004.

CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. In: **1964-2004: 40 anos do golpe:** ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 226-239.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil:** uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho.** Disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. Um mundo surpreendente. In: BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fabio (orgs.). **Brasil Globalizado.** O Brasil em um mundo surpreendente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 3-62.

CASTIONI, Remi. **O sistema de proteção ao trabalho no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia.** 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente.** Bauru: EDUSC, 1999.

COLBARI, Antonia L. **Ética do Trabalho.** A vida familiar na construção da identidade profissional. 2. ed. São Paulo: Letras & Letras/FCAA/UFES, 1995.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Manual de Orientação ao contribuinte da Indústria.** CNI: Brasília, 2008.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Pesquisa Histórica e Análise de Conteúdo:** pertinência e possibilidades. Porto Alegre: PUCRS (mimeo).

DaMATTA, Roberto. **A Casa & a rua.** Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

\_\_\_\_\_. **Carnavais, malandros e heróis.** Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. **Profissões industriais na vida brasileira:** ontem, hoje e amanhã. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/SENAI/Ministério do Trabalho e Emprego, 2003.

DE TONI, Miriam. Fim do trabalho *versus* centralidade do trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia.** 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 191-192.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: **21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 198-231.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-1984. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 271-309.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas; GROSSI, Yonne de S. Historiografia e movimento operário: o novo em questão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 65, jul 1987.

FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo: 1930-1945**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: **ENTREVISTAS: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.

\_\_\_\_\_. História, tempo presente e história oral. **Topói**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

FICO, Carlos. La classe média brésilienne face au régime militaire. Du soutien à la désaffection (1964-1985). **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, v. 1, n. 105, p. 155-168, 2010.

FIGUEIREDO, Betania Gonçalves. **A criação do SESI e do SESC: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio**, 1991. 221fls. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

\_\_\_\_\_. A produtividade do ócio: SESI e SESC. **Revista Brasileira de História**, n. 9, agosto 1989, p. 47-54.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO JR., Hilário. **As utopias medievais**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: FURTADO, Júnia (org.). **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 75-9.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **El orden y la producción**. Nacimiento y formas de la disciplina de fábrica. Madrid: Trotta, 1991.

GIROLETTI, Domingos. **Fábrica**: convento e disciplina. 2. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Caminhos Cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: USP/Curso de Pós-Graduação Sociologia/34, 2004.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Remate de Males**, São Paulo, n. 5, 1985.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

HARRES, Marluza Marques. Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 143-156, jul./dez. 2004.

HAUPT, Georges. Porque a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v.5, n.10, mar./ago. 1985.

HERRLEIN JR., Ronaldo; CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-85). In: GERTZ, René (org.) **República**: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 137-168.



HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho**. Novos estudos sobre História Operária. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os trabalhadores**. Estudos sobre a História do Operariado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLZMANN, Lorena. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1985. Tomo II – O Brasil Monárquico. v. 3: Reações e Transações.

IGNATIEF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v.7, n.14, mar./ago. 1987.

IGREJA CATÓLICA. **Rerum Novarum**. Carta encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. 18. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 disco. CD-ROM.

JHONSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e vadiagem**. A origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KRUEGER, Thomas A. American labor historiography, old and new. **Journal of social history**, v. 4, n. 3, 61, p. 277-285, Spring 1971.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira**. As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOBO, Eulália L. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 217-239.

LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

LUCA, Tania Regina de. **Indústria e trabalho na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012. Introdução p. VII-XXIII.

MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: Balanço da literatura e agenda de pesquisa. In: V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE. **O mundo empresarial e a questão social**. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/5workshop/index.htm/>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**. Do milagre econômico à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Metrôpoles desgovernadas. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 7-22, apr. 2011.

MARSON, Adalberto. O taylorismo e seus artifícios. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). **Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta, 1997. p. 153-175.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEES, Lúcia Alves. Existe o trabalho da mulher? In: JERUSALINSKI, Alfredo. Et all. **O Valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. p. 129-132.

MELLO E SILVA, Leonardo. Sobre algumas influências teóricas na construção de um tema: trabalho e classe trabalhadora na literatura recente. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, p. 181-205, jan.-jul. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>>. Acesso em: 27 ago. 2010.

MELLO E SILVA, Leonardo; NOZAKI, William Vella; PUZONE, Vladimir Ferrari. O trabalho visto de baixo. **Tempo Social**, v.17, n.2, p. 351-379, nov. 2005.

MENDOZA, Carlos Alberto Castillo. Estudio introductorio. In: GAUDEMAR, Jean-Paul. **El orden y la producción**. Nacimiento y formas de la disciplina de fábrica. Madrid: Trotta, 1991.

MENESES, Ulpiano T.; Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 117-125, jun. 2006.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues. **Marx, Taylor, Ford**: as forças produtivas em discussão. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUCHAIL, Salma Tannus. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In: RIBEIRO, Renato Janine (org.). **Recordar Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicol. Soc.** [on-line], v.19, n.esp., p. 14-20, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: OFFE, Claus. **Trabalho & Sociedade**. Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1- A crise. p. 13-41.

OLABUÉNAGA, José Ignacio Ruiz. **Metodología de la investigación cualitativa**. 2. ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. In: **1964-2004: 40 anos do golpe**: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 219-225.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de Sociologia e Política**, n. 9, Curitiba, p, 7-23, 1997.

PAOLI, Maria Celia et al. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 6, p. 129-149, set. 1983.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PEREIRA, Vera Maria Candido. **O coração da fábrica**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PETERSEN, Aurea Tomatis. Memória e Identidade: um estudo das trabalhadoras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – 1943-45. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXXII, n. 1, p. 209-225, jun. 2006.

POCHMANN, Márcio. Mudanças Sociais, Direitos Humanos e Desenvolvimento. **Revista de Direitos Humanos**, Brasília, n. 8, p. 6-9, jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: **O BRASIL Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-241.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é Taylorismo.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

REZENDE, Vinicius Donizete de. **Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980).** 2012. 383 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. **História do jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2007.

ROSA, Maria Inês. **Trabalho, subjetividade e poder.** São Paulo: Edusp/Letras & Letras, 2002.

RÜDIGER, Francisco. Pensamento Histórico Contemporâneo: de Weber a Foucault. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 18, p. 53-76, maio 1997.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth L. C. (org.). **A aventura antropológica.** Teoria e pesquisa. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SADER, Emir. **Forum Social Temático 2012.** Porto Alegre, 26 janeiro de 2012.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: **O BRASIL Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 283-313.

SANTOS, Ana Paula Balthazar dos. **SESI: Ação sociopolítica do empresariado industrial junto aos trabalhadores**, 1995. 118 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SENETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOARES, Gláucio Ary Dillon et al. **21 Anos de Regime Militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOARES, Walmer Jacintho. **Os interesses industriais na consolidação do nacional-desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, [1990?].

SOUZA, Carlos Eduardo de. O modelo esportivo CNI/SESI: a formação do atleta-trabalhador do futuro. In: VII SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO. EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE, 2010, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2010.

SOUZA, Rogério Luiz de. Catolicismo e capitalismo de bem-estar social (1945-1970). **Revista Brasileira de História das Religiões. Anpuh**, Ano V, n. 14, p. 209-223, set. 2012.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.18, n.1, p. 173-195, jun. 2006.

VASCONCELLOS, Gilberto; SUZUKI JR., Matinas. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: FAUSTO, Bóris (org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Tomo III – O Brasil Republicano. v. 4: Economia e Cultura (1930-1964). p. 501-524.

WEBER, Regina. Considerações sobre a cultura operária. **Humanas**, Londrina, v. 1, n. 1, mar. 1999.

WEFFORT, Francisco. **Participação e conflito industrial**: Contagem e Osasco, 1968. São Paulo: CEBRAP, 1972.

WEINSTEIN, Barbara. The model worker of the paulista industrialists: The “Operário Padrão” Campaign. **Radical History Review**, Durham, NC, p. 92-123, Winter 1995.

\_\_\_\_\_. **(RE)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez/CDAPH-IPHAN/Universidade São Francisco, 2000.

WERNECK VIANNA, Luiz. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária na República. CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 111-153.

## DOCUMENTOS

BARROS, Péricles. **Reconstituição Histórica**. Rio de Janeiro: SESI, 1992.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 9403**, de 25 de junho de 1946.

MANGE, Roberto. Escolas Profissionais Mecânicas. **Revista Polytechnica**, São Paulo, p. 12, out./nov. 1924.

O OPERÁRIO Padrão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 1955.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA RIO GRANDE DO SUL. **Concurso Operário Padrão 1978**. Informativo.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **Campanha Operário Padrão 1983**. Regulamento Nacional.

SESI RS. **Concurso Operário Padrão 1971**. Relatório. 2 de agosto de 1971.

SESI RS. **Concurso Operário Padrão 1974**. Relatório. 5 de agosto de 1974.

SESI RS. **Estudo sobre a Campanha Operário Padrão**. 27 de julho de 1981.

SESI. **Biografia de Eduardo Kania, Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1970**.

SESI. **Currículo de Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1973**.

SESI. **Currículo do Operário Padrão do Rio Grande do Sul, 1971**.

SESI. **Currículo Operário Padrão do Rio Grande do Sul, 1980**.

SESI. **Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1977**.

SESI. **Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1979**.

SESI. **Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1985**.

SESI - Departamento Regional do Rio Grande do Sul. **Origens e Objetivos do SESI**. Informativo para empresários industriais e para estudiosos de obras sociais. Porto Alegre, 1976. 36f.

SESI. **I Encontro de Coordenadores da Campanha Operário Padrão**. Rio de Janeiro, abril de 1979.

SESI. **Operário Padrão do Rio Grande do Sul de 1980**.

- SESI. **Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1974.**
- SESI. **Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1975.**
- SESI. **Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1978.**
- SESI. **Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1981.**
- SESI. **Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1982.**
- SESI. **Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1983.**
- SESI. **Resumo de Currículo Operário Padrão Rio Grande do Sul, 1984.**
- SESI-DN. **Campanha Operário Padrão, 1982.**
- SESI-DN. **Informações gerais sobre a Campanha Operário-Padrão, 1979.**
- SESI-DN. **Objetivos da Campanha Operário-Padrão, 1975.**
- SESI-DN. **Ofício CONGAB 119/81, 1 de setembro de 1981.**
- SESI-DN. **Opinião de Operários Padrão, 1979.**
- SESI-DN. **Perfil do Operário Padrão, 1979.**
- SESI-DR RS. **Estudo sobre a Campanha Operário Padrão, 19 de outubro de 1981.**

## **ENTREVISTAS**

- COLODA, Orildo José. **Depoimento do Operário Padrão Rio Grande do Sul 1985** [2 maio 2010]. Entrevistadora: Daniela de Campos. Flores da Cunha, 2010.
- FLORES, Djalmo da Silva. **Depoimento do Operário Padrão Rio Grande do Sul 1978** [29 ago. 2009]. Entrevistadora: Daniela de Campos. Portão/RS, 2009.
- FIALHO, Áurea. **Depoimento** [2 nov. 2009]. Entrevista concedida por mensagem eletrônica. Rio de Janeiro, 2009.
- HANSEN, Alfredo. **Depoimento do Operário Padrão Rio Grande do Sul 1974** [26 set. 2009]. Entrevistadora: Daniela de Campos. Estância Velha/RS, 2009.
- SILVA, Antônio Rodrigues da. **Depoimento do Operário Padrão Rio Grande do Sul 1984** [29 set. 2009]. Entrevistadora: Daniela de Campos. Campo Bom/RS, 2009.

**APÊNDICE A - Nominata de operários padrão 1956-1990**



### NOMINATA DE OPERÁRIOS PADRÃO 1956-1990

Ano	Estado	Operário	Empresa
1956	RJ	Aldo Valente	Fundição Luporini
1965	RJ	João Pereira Gomes	Empresa Brasileira de Energia Elétrica
1966	PR	Luiz Germano Zettel	Indústria de Móveis Ritzman
1967	SC	Rudolfo Papst	Empresa Industrial Garcia
1968	GUANABARA	José Ilídio de Souza	Manchete
1969	MG	Murilo Valentim Canavez	Cia Textil Joanense – São João Del Rey
1970	BA	David dos Santos Caldeira	Petrobrás
1971	SC	Antonio Pedro Assini	Electro Aço Altona S/A
1972	CE	Albany Camelo Sampaio	Petrobrás
1973	SP	Vitor Manoel Penha Peres	COSIPA – Cia Siderúrgica Paulista
1974	GUANABARA	Norberto Gomes Ribeiro	Gillette do Brasil S/A
1975	RS	Eto Antero Roehe	Amadeo Rossi S/A
1976	DF	José Vicente Guedes de Abreu	Construtora Rabello S.A
1977	PE	Oscar Rodrigues Esteves Jr.	CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
1978	SP	Angelo Pelicani	S/A Ind. Matarazzo do Paraná
1979	PE	Bento Barbosa Bezerra	TELPE – Telecomunicações de Pernambuco S/A
1980	SP	Sebastião Correia Leme	Lorenzetti S/A – Inds. Brasileiras Eletrometalúrgicas
1981	PB	Adão de Souza	S/A Indústria Têxtil de Campina Grande
1982	SC	Agostinho Rausis	Fundição Tupy
1983	ES	Celson Santos Valentim	Real Café Solúvel do Brasil
1984	PE	Floro Firmino Alves	Indústrias Coelho
1985	AM	Cosma Andrade Lima	Philips do Brasil
1986	SP	Antônio Ignácio Rodrigues	Philips do Brasil
1987	MG	Élcio Lage Procópio	Cia Vale do Rio Doce
1988	RJ	Élcio Carvalho	Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil
1989	BA	José Antonio Toniolo	Alcan Alumínios do Brasil S.A.

1990	MG	Gilberto Patry	TCE Componentes do Brasil
------	----	----------------	---------------------------

**APÊNDICE B - Nominata de operários padrão Rio Grande do Sul 1970-1985**

### NOMINATA DE OPERÁRIOS PADRÃO RIO GRANDE DO SUL 1970-1985

<b>Ano</b>	<b>Operário</b>	<b>Empresa</b>	<b>Cidade</b>
1970	Eduardo Kania	Frigorífico Boavistense	Erechim
1971	Pedro Rodrigues	Frigorífico Armour	Santana do Livramento
1972	Mário Carlet	Amadeo Rossi	São Leopoldo
1973	Raimundo de Oliveira Duarte	Refinaria Alberto Pasqualini	Canoas
1974	Alfredo Hansen	Curtume Bender Schuck	Estância Velha
1975	Eto Antero Roehe	Amadeo Rossi	São Leopoldo
1976	Paulo Urbano Manoli	Hércules S.A.	Porto Alegre
1977	Ary Arthur Furlan	Amadeo Rossi	São Leopoldo
1978	Djalmo da Silva Flores	Borbonite S/A	São Leopoldo
1979	Pedro Luiz da Silveira	Frigorífico Sul Riograndense	Canoas
1980	Valdelírio Garcia	CRT	Pacheca (Camaquã)
1981	Maria Araci Schneiders Kothe	Arcal S/A	Santa Cruz do Sul
1982	Darci Negretto	Marcopolo S/A	Caxias do Sul
1983	Delmar José da Costa	Calçados Catléia	Campo Bom
1984	Antonio Luiz Rodrigues da Silva	Calçados Catléia	Campo Bom
1985	Orildo José Coloda	Toigo Móveis	Flores da Cunha